

**Angela Figueiredo**

**CLASSE MÉDIA NEGRA**

**TRAJETÓRIAS E PERFIS**





**CLASSE MÉDIA NEGRA**

**TRAJETÓRIAS E PERFIS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITORA

Dora Leal Rosa

VICE-REITOR

Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninō El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

**Angela Figueiredo**

**CLASSE MÉDIA NEGRA:  
TRAJETÓRIAS E PERFIS**

**EDUFBA**

**Salvador, 2012**

2012, Angela Figueiredo.

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia.

Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

**CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO**

Lúcia Valeska Sokolowicz

**NORMALIZAÇÃO**

Lucas M. Esperança Vieira

**REVISÃO**

Yasmine Spínola dos Santos

---

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Figueiredo, Angela.

Classe média negra : trajetórias e perfis / Angela Figueiredo. - Salvador : EDUFBA, 2012.  
208 p.

ISBN 978-85-232-1007-6

1. Negros - Identidade racial - Brasil. 2. Mobilidade social. 3. Classe média. 4. Brasil -  
Relações raciais. 5. Negros - Brasil - Condições sociais. 5. Brasil - Relações raciais. I. Título.

---

CDD - 305.896081

Editora filiada à:

**ALEC**  
ASOCIACION DE EDITORIALES  
UNIVERSITARIAS DE AMERICA  
LATINA Y EL CARIBE

**ABEU**  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

**CBaL**  
Câmara Bahiana do Livro

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Rua Barão de Jeremoabo s/n  
Campus de Ondina – 40.170-115  
Salvador – Bahia – Brasil  
Telefax: 0055 (71) 3283-6160/6164  
edufba@ufba.br – www.edufba.ufba.br

Aos meus filhos Pedro e Giulio,  
companheiros de minha história.



## Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao CNPq e CAPES.

Meus sinceros agradecimentos a todos que, acreditando no projeto e conscientes da dificuldade em conseguir informantes que preenchessem os critérios básicos da pesquisa e, sugeriram pessoas para que eu entrevistasse. Agradeço, particularmente, a Sílvia Humberto.

Ao Rio de Janeiro que me acolheu de braços abertos e me permitiu conhecer tantos lugares e pessoas lindas. Ao pessoal do Afro, como carinhosamente nos referíamos ao Centro de Estudos Afro-Brasileiros (UCAM), naquele período: Márcia Lima, Elielma Machado, Helena Costa, Suely Silva, Suely Santos, Simone Silva, Joselina da Silva e Rosana Jordano.

Ao meu orientador, Carlos Hasenbalg, pela excelente orientação e pela determinação para que eu aprendesse a lidar com o universo dos números.

Esse livro foi escrito em diferentes momentos: os dois primeiros capítulos foram elaborados quando eu morava no Rio – agradeço aos professores e colegas do IUPERJ, a Patrícia Farias e Filó pelo apoio e pela amizade; o terceiro capítulo, em que comparo a experiência da classe média negra norte-americana com a classe média negra brasileira, resultou de um período em que estive nos Estados Unidos e que pude desfrutar do melhor do imperialismo norte-americano: as bibliotecas. Agradeço a Jean Rahier e a Mariama por terem possibilitado a minha estadia naquele país e ao meu amigo Ramon Grosfoguel e Steve Small pela oportunidade que me deram em conhecer melhor as dinâmicas raciais norte-americanas. O último capítulo foi escrito após o meu retorno e o meu reencontro em Salvador. Agradeço aos meus amigos desta terra, Jamile Borges, Zé Carlos e Gilvânia Rodrigues.

Já o terceiro momento, quando da preparação do texto para a publicação, contei com o afeto, dedicação e apoio incondicional de Cintia. Agradeço imensamente a ela por fazer parte da minha vida.



Agradeço a minha família pelo apoio, especialmente as minhas irmãs. A minha querida mãe, que, sempre forte, alegre e determinada, ajuda-me a superar as dificuldades e prosseguir.

## Sumário

- 11 INTRODUÇÃO
- 17 BAHIA: TERRA DE PRETO DOUTOR
- 31 DE QUE CLASSE MÉDIA ESTAMOS FALANDO? ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE NEGROS E BRANCOS INSERIDOS NA MESMA CLASSE SOCIAL
- 69 ORIGEM, ESTRUTURA E TRANSFORMAÇÃO DA *BLACK MIDDLE CLASS*
- 105 PERFIS, TRAJETÓRIAS, RECURSOS E ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE UTILIZADOS PELOS EMPREGADORES NEGROS
- 153 ASSIMILAÇÃO EM TEMPOS MODERNOS
- 177 CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 183 REFERÊNCIAS
- 195 ANEXO



## INTRODUÇÃO

Há muito tempo mantenho o desejo de publicar este texto inédito, não somente por ser resultado da tese de doutorado defendida no IUPERJ, em 2003, mas, principalmente, pelos temas abordados neste trabalho: a trajetória da mobilidade social e a temática da identidade entre os membros da classe média negra no Brasil. Parte da dificuldade reside no fato de que, depois de mais de oito anos de produzido o texto, as dinâmicas das relações raciais no Brasil mudaram muito; do mesmo modo que a autora, relendo seu próprio texto, deu-se conta de que ela também havia mudado. Todos somos testemunhas de que as dinâmicas raciais mudaram. Em 2003, as ações afirmativas eram uma política de ingresso para negros e oriundos de escolas públicas apenas em duas universidades: Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atualmente tal prática se expandiu para diversas universidades públicas em todo o país. Entretanto, a experiência do racismo, da discriminação e, conseqüentemente, do sentir-se fora do lugar, ainda caracteriza a experiência da maioria dos negros de classe média.

Para não adiar mais esta tarefa e as eternas promessas de que mudaria algumas coisas no texto para uma provável publicação, assumi o desafio e os riscos de fazer apenas algumas alterações, reduzindo significativamente o número de tabelas do segundo capítulo e mantendo o texto original dos outros capítulos.

O estudo da classe média negra, tema abordado neste livro, ainda que muito importante para a compreensão das dinâmicas sociorraciais, esteve à margem dos grandes temas que dominaram os estudos das relações raciais no Brasil, os quais seguem uma perspectiva diferente daquela existente nos Estados Unidos, cuja temática da classe média tem sido determinante para a compreensão da relação entre negros e brancos e entre negros de diferentes classes sociais. Este texto tem dois impor-

tantes objetivos que estão relacionados entre si: o primeiro refere-se ao levantamento de dados sobre a classe média negra brasileira e o segundo diz respeito à investigação sobre a trajetória ascendente dos empresários negros.<sup>1</sup> Em ambos os casos, constata-se uma absoluta falta de informações e de bibliografia que poderiam melhor orientar esta pesquisa; no entanto, diante disso, recorri à literatura estrangeira e tive necessariamente que definir os critérios identificadores de classe média para os propósitos da pesquisa. Para dar conta dos objetivos, realizei entrevistas com empregadores negros que demonstravam indicadores de pertencimento à classe média e cujos estabelecimentos já tinham relativa estabilidade do ponto de vista econômico.

A análise sobre os temas mencionados – mobilidade social e identidade negra – sempre ocorreu isoladamente, inclusive como resultado da formação distinta dos pesquisadores que trabalham com essas temáticas. De forma esquemática, poderíamos mencionar a existência de um corte entre as pesquisas realizadas por sociólogos e antropólogos nos estudos contemporâneos sobre as relações raciais no Brasil. Os sociólogos estão mais interessados em discorrer sobre as desigualdades raciais constatadas na configuração do mercado de trabalho, no acesso à educação e nos desníveis salariais entre negros e brancos; já os antropólogos frequentemente abordam questões relativas à construção da diferença expressa na cultura e na dinâmica da elaboração da identidade negra. Dito de outro modo, as pesquisas que mencionam os efeitos da discriminação racial na sociedade brasileira interessam-se pouco em entender como os indivíduos interpretam e lidam com as práticas discriminatórias no cotidiano. Enquanto isso, as pesquisas que focalizam a cultura geralmente não extrapolam suas análises para a compreensão da questão racial nos espaços em que os negros têm menor autonomia, ou seja, nos espaços relativamente fechados à participação dos negros, a exemplo do mercado de trabalho. (SANSONE, 1995)

Um exemplo ilustrativo disso são as referências à classe média negra, que tem sido tratada como um tema tabu, tanto para as Ciências Sociais quanto para a parcela significativa dos ativistas negros. No primeiro caso,

---

<sup>1</sup> A noção de empreendimento é tomada num sentido amplo, e a categoria empresário refere-se aos proprietários que empregam terceiros.

grande parte dos pesquisadores brasileiros e estrangeiros interpretou a mobilidade ascendente dos negros como um exemplo contundente da ausência de preconceito racial e de racismo na sociedade brasileira. Ironicamente, no passado, todos os mecanismos de mobilidade social empregado pelos negros envolviam, necessariamente, uma relação de dependência e subordinação dos negros com relação aos brancos.

Com relação ao segundo caso, parece haver receio no uso político que pode ser feito da divulgação de dados que revelem a existência de um grupo de negros que fazem parte da classe média e que, provavelmente, também são influenciados pela crença de que o dinheiro “branqueia”, presente no senso comum e nos textos acadêmicos.

Somente uma pesquisa sobre os negros em posição econômica mais elevada – aqueles que ousaram sair dos lugares historicamente reservados aos negros no Brasil – será capaz de oferecer novos caminhos para a reflexão sobre o “nó” que se constituíram as interpretações sobre a mobilidade ascendente dos negros, e, quem sabe, de lançar um novo olhar sobre as dinâmicas da desigualdade racial e do racismo em nossa sociedade.<sup>2</sup> Figueiredo (2002), numa pesquisa sobre a mobilidade ascendente dos profissionais liberais negros em Salvador, destaca a importância e a influência da classe no processo de sociabilidade e de visão do mundo – ou do *habitus*, como propõe Bourdieu. Procedendo desta forma, há uma tendência a constatar diferenças marcantes em termos de estilo de vida e visão de mundo entre dois grupos que estão situados em posições econômicas distintas, negligenciando, portanto, a influência e a determinação da classe social em prol da ênfase exclusiva atribuída à cor.

A opção em trabalhar com as trajetórias dos empresários negros resulta não somente do interesse específico em entender as dinâmicas e os mecanismos que operam na escolha das estratégias de mobilidade social (ou seja, a ascensão social interpretada por dentro), mas também do resultado do histórico diálogo estabelecido entre o Brasil e os Estados

---

<sup>2</sup> Realizar uma pesquisa sobre as relações raciais hoje é totalmente diferente do que ocorria no passado, quando imperava a crença na democracia racial. Atualmente, a nossa tarefa não é mais a de constatar e convencer os leitores de que há desigualdades raciais na sociedade brasileira, já que até os órgãos governamentais já reconheceram isso.

Unidos no campo das relações raciais e, conseqüentemente, da importância atribuída aos empresários negros no contexto americano.

O resultado desta pesquisa está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresento as especificidades do contexto baiano no que tange as relações raciais. No segundo, dada a ausência de informações acerca da classe brasileira, são apresentados os critérios de identificação de classe média para os propósitos da pesquisa e faz-se uma análise dos dados quantitativos acerca da classe média negra, numa perspectiva comparativa com a classe média branca brasileira, em que são respondidas as seguintes questões: Quem são? Quantos são? Qual a escolaridade? Qual a ocupação? Onde vive a classe média negra brasileira dos anos 90?

No terceiro capítulo, recupera-se a tradição comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos e faz-se uma investigação acerca da *Black middle class* e dos *Black entrepreneurs*, em que são destacadas algumas vantagens e limites dos estudos comparativos.<sup>3</sup> O primeiro passo nessa direção é a reconstrução das interpretações sobre os temas mencionados, com o objetivo de demonstrar as origens, estrutura e transformação da *Black middle class*; em seguida, destaca-se como as perguntas formuladas acerca desse grupo, originalmente, dizem respeito ao contexto racial norte-americano. O argumento principal é de que o maior problema da comparação não está na elaboração de questões similares, mas na procura de respostas semelhantes, já que, em sociedades com dinâmicas raciais distintas, as estratégias de mobilidade são diferenciadas.

No quarto capítulo, em que se aborda o perfil dos empregadores com base nos dados quantitativos, são analisadas as entrevistas qualitativas que destacam as características da amostra, a escolaridade, a trajetória dos entrevistados e os aspectos relativos ao empreendimento, tais como: a escolha do ramo de atividade, o capital inicial para montar o empreendimento, os critérios para contratação de funcionários, as implicações positivas e negativas em trabalhar com os membros da família, etc. A partir da análise das entrevistas, delineiam-se as características comuns aos empresários negros baianos, enfocando no pioneirismo dos entrevis-

---

<sup>3</sup> Para marcar a diferença entre as duas experiências, optou-se por utilizar os termos *Black middle class* e *Black entrepreneur* quando a referência é aos negros norte-americanos.

tados, no contexto familiar, e no significado da ausência de tradição na família, no exercício das atividades por eles desenvolvidas.

Neste mesmo capítulo, são abordadas as questões relativas à representação da classe e à percepção do racismo e da discriminação racial. Ainda que os entrevistados tenham rendas e bens – indicativo do pertencimento à classe média e, em alguns casos, à classe mais alta – há uma rejeição por parte deles a se identificarem com as classes mais elevadas. Frequentemente, eles utilizam o argumento que se refere, em última instância, à sociabilidade, expresso na constante referência aos espaços frequentados por pessoas que eles consideram pertencer à classe média – e, de fato, a grande maioria deles não foram sociabilizados como membros da classe média. Acrescenta-se à explicação nativa o fato destas pessoas serem membros da primeira geração que ascende – somente dois dos entrevistados nasceram em uma família identificada como classe média. Por isso, eles mesmos consideram sua posição ainda vulnerável com relação à classe média.

O enfoque sobre a percepção do racismo resulta da constatação de que os entrevistados reconheciam que os negros eram alvos do preconceito racial na sociedade brasileira e que, algumas vezes, eles próprios foram vítimas disso. Contudo, a identificação desta situação não foi suficiente para que eles esboçassem uma reação. A questão é entender: como, quando e em quais circunstâncias eles reagiriam frente à situação de preconceito.

Finalmente, no quinto capítulo, é abordado o tema da identidade negra no contexto moderno, em que é estabelecido um elo entre as teorias sociais que enfatizam a fragmentação e a possibilidade de escolhas na conformação das identidades na modernidade tardia. É importante lembrar que as Ciências Sociais brasileiras não têm realizado muitas pesquisas sobre a classe média e que tais pesquisas sobre esse tema quase sempre referem-se à sociabilidade e ao estilo de vida dos membros da classe média (ALMEIDA, 2001; COELHO, 2001; VELHO, 1986), restando pouca curiosidade em mencionar os aspectos relativos a critérios de identificação de classe, estratégia de mobilidade, manutenção da posição de classe para os filhos e as redes de relações entre os membros da classe média. Por outro lado, não existe, no Brasil, sequer um livro sobre a



classe média negra brasileira, tendo sido, por isso, necessário lançar mão da literatura estrangeira com o propósito de delinear melhor a investigação. Nesse sentido, a perspectiva comparativa é menos uma opção do que uma imposição, dada pela ausência de referência bibliográfica na literatura brasileira.

Certamente, os leitores mais rigorosos perguntarão: o que une uma bibliografia aparentemente tão distinta? Ou: o que há de comum entre a classe média em diferentes países? É o que eles conhecerão a partir da leitura deste livro.

## BAHIA: TERRA DE PRETO DOUTOR

A Bahia é conhecida pela qualidade excepcional da vida folclórica de seus negros. O que os negros fazem na Bahia é ‘típico do Brasil’ [...].  
Landes, 1967

Será que Salvador, considerada a “Roma negra brasileira”, tem se constituído num bom termômetro ou numa boa medida para avaliar as mudanças ocorridas na estrutura da sociedade brasileira e, conseqüentemente, na dinâmica das relações raciais?

Situada no nordeste brasileiro, Salvador é tida como menos moderna e dinâmica que as capitais do Sudeste, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo. De fato, Salvador tem amargado elevados índices de desigualdade ao longo dos últimos anos. Mas, do ponto de vista dos estudos sobre as relações raciais, Salvador tem historicamente se constituído como um lugar privilegiado e determinante na construção simbólica da tradição afro-brasileira e da identidade negra, em que aparece como a matriz, de onde emana a força da cultura negra no Brasil. (SANSONE, 1995; CHAGAS, 2001)

Contudo, a capital baiana tem ocupado pouco espaço nas reflexões sobre os movimentos políticos negros.<sup>4</sup> Isso se deve, em grande parte, à perspectiva de diversos autores que acreditavam que as relações raciais na Bahia eram efetivamente distintas das que aconteciam no resto do país, uma vez que as consideravam mais amenas. Thales de Azevedo (1996), por exemplo, considera Salvador como um caso exemplar de um caldeirão “etno euro-africano brasileiro”, já que a sociedade baiana tenderia a anular os antagonismos de cor e de classe a partir do processo de

---

<sup>4</sup> Dentre as poucas pesquisas sobre os movimentos negros na Bahia, destaca-se o trabalho de Bacelar sobre a Frente Negra baiana no livro *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador* (2001) e Butler (1998), enquanto o grosso das pesquisas sobre o tema diz respeito a investigações realizadas entre o Rio e São Paulo.

acomodação recíproca e através da existência do homem cordial, cujo protótipo é o homem baiano. (cf. HOLANDA, 1936)

Salta aos olhos de qualquer observador o expressivo número de negros na cidade de Salvador. Entretanto, esse expressivo contingente populacional não se traduz numa melhor distribuição racial na estrutura ocupacional e tampouco significa uma maior participação dos negros na classe média soteropolitana. Também no que se refere à participação na política, a população negra tem, de fato, estado à margem do poder e das decisões políticas. Uma pesquisa pioneira sobre a participação dos negros na política (OLIVEIRA, 1996) destaca o pequeno percentual de negros em cargos eletivos.

Porém, estas informações parecem surpreender uma parcela significativa de brasileiros que ainda acreditam que, na Bahia, a dinâmica racial é diferente da que ocorre em outros estados. Isso se deve, efetivamente, à construção simbólica sobre os negros que foi produzida, prioritariamente, em Salvador, e que contou, em grande parte, com a contribuição dos estudiosos das relações raciais.

De acordo com Jeferson Bacelar (2001), efetivamente, a Bahia viveu um período de estagnação econômica pós-abolição só alterado na década de 50 com a instauração da Petrobrás.<sup>5</sup> E, ainda que a bibliografia insistentemente nos fale sobre a relativa facilidade de ascensão social dos negros em Salvador no período anterior, não há registros que respaldem esta afirmação, tampouco fontes que deem conta do percentual de negros em posições mais elevadas naquele período. Ao contrário: a pesquisa realizada por Bacelar, tendo como fonte documental a análise dos inventários – único registro no período que continha as informações sobre ocupação e cor –, demonstra como há, em Salvador, a manutenção da hierarquia racial no mercado de trabalho existente no período escravista e, no que se refere às relações de trabalho, que ainda imperavam as relações pessoais e não contratuais baseadas nos costumes e em normas tradicionais.

Essa hierarquia pode ser esquematicamente apresentada da seguinte forma: o segmento economicamente mais importante ainda era a expor-

---

<sup>5</sup> A maioria das pesquisas sobre o mercado de trabalho em Salvador se debruça sobre o período posterior aos anos 50 e 70, que corresponde, respectivamente, à instauração da Petrobrás e do Pólo Petroquímico de Camaçari. (AGIER, 1995; CASTRO; GUIMARÃES, 1995)

tação, dominada pelos portugueses, enquanto o segmento mais numeroso do comércio, inclusive em termos de emprego de mão de obra, era representado pelos bares, tavernas, cafés, restaurantes, armazéns de secos e molhados, açougues, lojas de tecidos e artigos de vestuários – as profissões liberais eram majoritariamente representadas pelos brancos. Os não brancos eram bastante representativos no setor secundário (cerca de 68,6%), enquanto que os africanos e pretos permaneciam em atividades que tradicionalmente já ocupavam no período escravista, tais como nas atividades agrícolas, na pesca, no ramo dos transportes tradicionais e na construção civil. Provavelmente, tinham grande participação também no pequeno comércio, fixo ou ambulante, e no emprego doméstico.

Os pardos exerciam atividades que requeriam alguma especialização e escolarização – alguns eram professores e conquistaram posições no serviço público; outros tinham posições de destaque na estiva, além de avançarem na hierarquia militar.

Pertencer ao serviço público, mesmo nas posições subalternas, já denotava alguma forma de prestígio, indicando, no mínimo, as boas relações com os donos do poder político [...] na medida que a inserção se dava pelo clientelismo e apadrinhamento. (BACELAR, 2001, p. 78)

Mas se a hierarquia racial no mercado de trabalho se mantinha da mesma forma que no período anterior à abolição, em que os não brancos continuavam exercendo cargos de menor *status* e prestígio, como explicar a ausência de conflitos raciais na capital baiana? De acordo com o autor, a manutenção desta ordem não poderia se sustentar sem a contrapartida ideológica que justificasse tal estrutura. Nesse sentido, o ideário liberal, contido na Primeira República, tornando todos, com isso, cidadãos, caía como uma luva nas mãos dos grupos dominantes.

Além disso,

[...] o discurso assimilacionista da igualdade racial era consoante com a ordem jurídica instalada e, sobretudo, impedia o despertar de formas de organização, com base no critério racial, no seio da população não branca, mas, de forma simultânea, desqualificava-se o negro, através da construção de atributos, a partir da vivência, das práticas,

do cotidiano dos negros pobres de Salvador, tornando naturais, a caracterizar negativamente a sua situação. (BACELAR, 2001, p. 50)

Bacelar (2001, p. 51) indaga também sobre o porquê dos não brancos aceitarem passivamente uma representação simbólica negativa sobre si. De acordo com ele, isso ocorreu por dois motivos: primeiro, porque

[...] a ascensão dos mestiços, mínima, mas realizada e realizável, era um dado visível. Segundo, porque estava entranhada ainda em todos os poros a escravidão, marcada pelo estatuto social e cultural diferenciado de libertos e escravos, crioulos e africanos, brancos e pretos.

Dada a relevância das conclusões a que chegou Bacelar – no que diz respeito à hierarquia existente no mercado de trabalho, no período pós-abolição –, uma questão permanece: o que teria levado alguns importantes autores a serem tão otimistas com relação à mobilidade social dos negros na Bahia?

Já no que diz respeito às agremiações e à vida social, parece que os negros soteropolitanos sempre tiveram um comportamento bastante distinto daquele apresentado em outras cidades. Azevedo (1996) observa que,

[...] até a década de 1930, as únicas organizações de ‘gente preta’ existente na cidade eram as irmandades e algumas associações beneficentes, nenhuma das quais tinha a finalidade expressa de defesa das pessoas de cor contra os preconceitos raciais.

Bacelar (2001) reafirma a inexistência de organizações negras na Bahia, com este propósito, durante a Primeira República.

Contudo, no segundo semestre de 1932, foi criada a Frente Negra da Bahia, que durou pouco mais de 12 meses. Do ponto de vista ideológico e de algumas ações, existem muitas semelhanças entre a Frente Negra paulista e a baiana.

Assim como em São Paulo, a Frente Negra não vai contra a ordem estabelecida. O que ela pretende é a integração do negro, através da conquista das oportunidades e garantias sociais legalmente consagradas pelo regime vigente. (BACELAR, 2001, p. 149)

Porém, no que se refere aos membros que a compõem, havia grande diferença entre as duas cidades, uma vez que a Frente Negra de Salvador é inteiramente rejeitada pela elite mestiça e pelos pretos que galgaram alguma prosperidade material, sendo majoritariamente formada por operários. (cf. BUTLER, 1998)

Dada a composição racial de São Paulo e considerando que os pretos e os mestiços foram, durante toda a Primeira República, substituídos pelos imigrantes no mercado de trabalho, havia grandes expectativas de superação da dominação racial na década de 30, não só pela “massa de cor”, mas também pelos segmentos das “camadas médias negras”. Ao contrário, ao manter a mesma hierarquia racial existente no período escravista e incorporar alguns mestiços em cargos mais elevados no mercado de trabalho, a Frente Negra Baiana encontra maior resistência, tanto com relação à capacidade de mobilizar os pretos e mestiços, membros das camadas médias, quanto a sensibilizar a elite baiana.

Paralelo à diferença entre a capacidade de mobilização e de integração implementadas pela Frente Negra baiana e paulista, parece que os negros baianos também tiveram um comportamento social distinto daquele identificado em outras cidades. Durante os anos cinquenta, devido à industrialização ocorrida em algumas importantes capitais brasileiras, uma pequena parcela da população negra se beneficiou das novas oportunidades surgidas no mercado de trabalho. De acordo com Silva (2000), foi nesse período que no Rio de Janeiro ocorreu a entrada dos negros no serviço público; segundo a autora, a mobilidade social dos negros favoreceu ou intensificou o número de associações de negros no estado, citando como exemplo o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Teatro do Povo Brasileiro (TPB) e alguns jornais, como *Quilombo*, *A Redenção* e *A Voz da Negritude*. Na esteira disso surgem também os clubes sociais negros, sendo o mais importante deles o Renascença, voltado, sobretudo, para ser um espaço de lazer e sociabilidade entre os negros de classe média.<sup>6</sup>

É curioso o fato de que na Bahia, ainda que tivesse um contingente populacional de negros bastante expressivo, nunca tenha existido um espaço de sociabilidade específica para os negros de classe média, como

---

<sup>6</sup> A origem do Renascença diz respeito, também, a uma situação de discriminação racial vivenciada por um dos sócios fundadores e esposa, quando se dirigiram a um clube social de classe média.

ocorreu em São Paulo, com o clube Aristocrata, no Rio de Janeiro, com o clube Renascença, ou mesmo em Porto Alegre, na década de 50.<sup>7</sup> Provavelmente, a “elite” negra da época dialogava com os símbolos de *status* da sociedade dominante e, naquele período, os clubes sociais tinham grande importância para a classe média branca. Do mesmo modo, parece que os concursos de beleza assumiam grande relevância no contexto social da época – basta lembrarmos como eram concorridos os concursos promovidos pelo clube Renascença, enquanto não temos notícia semelhante de algo similar na Bahia.

A primeira agremiação (blocos) específica para negros surge na Bahia somente na década de setenta, com o Ilê Ayê. Mesmo assim, o Ilê não pode ser considerado um espaço de sociabilidade para os negros de classe média, embora um de seus mitos de origem nos fale exatamente disso. (AGIER, 1999) Ainda que tenha existido outro bloco composto majoritariamente por negros, no passado, como por exemplo Os Filhos de Gandhi, este não tinha como propósito ser um espaço diferenciado apenas para os negros e, muito menos, para os negros de classe média; ao contrário, Os Filhos de Gandhi era formado por trabalhadores da estiva.

Diante disso, duas questões são importantes: como explicar a ausência de agremiações específicas para negros de classe média numa sociedade em que, aparentemente, a mobilidade dos negros era frequente? Qual a especificidade baiana no que se refere à mobilidade social?

Já vimos as explicações de Bacelar acerca das estratégias de manutenção da ordem hierárquica racial, no período pós-abolição, e da aceitação pelos não brancos da representação negativa acerca do grupo. Contudo, gostaria de acrescentar duas observações que podem contribuir para uma melhor formulação da resposta às questões acima.

A primeira, de cunho mais demográfico, diz respeito ao fato de que, tendo uma população branca relativamente pequena, provavelmente havia uma maior brecha para que os mestiços ocupassem espaços que, em outros lugares, eram exclusivamente ocupados por brancos – note-se que

---

<sup>7</sup> Na bibliografia consultada não encontramos referência acerca da existência de um clube social de negros na Bahia, tampouco algo que possa ser considerado como representativo de uma imprensa negra. Certamente, os leitores mais exigentes indagarão sobre as irmandades, mas, ao que parece, as irmandades tinham uma outra função e, em hipótese alguma, podem ser consideradas como um espaço de encontro, sociabilidade e lazer para os membros da classe média.

aqui falo de mestiços, e não de pretos ou negros, ou seja, pessoas de ascendência negra, mas de características fenotípicas brancas; aqueles que podem se mover na escala classificatória da cor no Brasil, no sentido de tornarem-se menos negros ou socialmente brancos.

A segunda refere-se ao fator econômico e à estagnação descrita por Bacelar (2001), que possibilitaram que apenas um número relativamente pequeno de negros (pretos e pardos) fizesse parte da classe média. Provavelmente, esse número reduzido favoreceu que estes indivíduos, enquanto indivíduos e não como grupo, fossem incorporados, ainda que marginalmente, à vida social da classe média local.

Parece que a questão mais específica revelada pelos estudos realizados na Bahia, no que se refere à mobilidade social dos negros é, de fato, o maior grau de "integração" dos negros à sociedade. Esta integração, porém, pode ser interpretada como uma maior relação de dependência e subordinação entre os negros baianos e a elite local, ou seja, o que Azevedo denominou como acomodação recíproca pode ser entendido como a legitimação da hierarquia racial estabelecida desde o período colonial, em que cada grupo racial se acomodou aos seus respectivos lugares na hierarquia social e na construção simbólica.

## Um breve apanhado sobre o mercado de trabalho e as estratégias de ascensão social dos negros

Ainda que haja diferenças nos resultados e nas abordagens das pesquisas realizadas a partir dos anos trinta, a maioria delas é unânime em constatar que a ascensão social dos negros só se efetivou a partir das relações sociais e de dependência mantidas entre os negros com relação aos brancos – isto é, para ascender socialmente, os negros deveriam ser apadrinhados pelos brancos, casar-se com um branco ou comportar-se como um na forma de se vestir e falar.<sup>8</sup>

Com relação ao apadrinhamento, Azevedo (1996, p. 166) observa:

---

<sup>8</sup> Com relação à participação dos negros no mercado de trabalho, privilegiei os textos que ofereciam interpretações sobre a mobilidade social e menos as pesquisas sobre as dinâmicas do mercado de trabalho propriamente dito.



É importante registrar que, até este momento, o principal canal de ascensão social, através do qual grande número de pretos e mestiços têm adquirido *status* elevado é a educação no duplo sentido de boas maneiras e de uma instrução de elevado nível, além da adesão aos mores e concepção da cultura dominante, o que, em última análise, é um problema da aculturação ou de mais completa integração das massas de cor na sociedade dominante. [...] Um dos mecanismos que facilitam essa integração é a proteção e a ajuda que muitos padrinhos e madrinhas proporcionam aos seus afilhados de cor, educando-os em suas próprias casas ou, pelo menos, obtendo-lhes empregos ou encaminhando-os aos estudos secundários e superiores e, muitas vezes, continuando a orientá-los e protegê-los [...].

Além disso, Azevedo identifica algumas ocupações em que se verificava a mobilidade social ascendente, tais como as atividades artísticas e desportivas e o emprego público.

Provavelmente a partir da década de 50, em algumas capitais, e no Brasil como um todo, a partir de 70, ocorreram mudanças estruturais na sociedade brasileira que repercutiram nos mecanismos ou nas estratégias de ascensão utilizadas pelos negros. Nesse sentido, é importante ressaltar as transformações na estrutura ocupacional decorrentes da intensificação do processo de urbanização e de industrialização, como a relativa democratização do ensino público. Contudo, essas mudanças estruturais não foram suficientes para criarem igualdade de oportunidades entre brancos e negros e, ainda que os negros tenham sido beneficiados pela expansão do ensino público, estes se concentram nos níveis mais baixos de escolaridade.

A estrutura do mercado de trabalho brasileiro tem sofrido grandes transformações ao longo dos últimos anos. A chamada crise dos anos 80 teve, como consequência, a diminuição do trabalho industrial surgido na década anterior; a redução dos níveis salariais; a diminuição do trabalho agrícola; o aumento do desemprego e a expansão do mercado de trabalho informal.<sup>9</sup> Ainda que nos anos 90 tenha ocorrido uma reestruturação econômica, agravam-se algumas características mencionadas anteriormente, visto que o emprego industrial tem diminuído drasticamente.

---

<sup>9</sup> O mercado de trabalho informal pode ser caracterizado pela presença de trabalhadores manuais no setor terciário, empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria.

As pesquisas que enfocam a participação dos negros no mercado de trabalho destacam, sobretudo, a expansão e a redução da participação dos negros nos diversos setores. Assim, é conhecido o fato de que os negros estão majoritariamente representados na base da hierarquia ocupacional, nas profissões de baixo *status* e de prestígio social, em oposição aos brancos, os quais estão sobrerrepresentados no topo da hierarquia ocupacional.

Atualmente, ainda que a população preta e parda mantenha desvantagens no mercado de trabalho, alguns negros (provavelmente um número bem mais expressivo do que na década de 30 e 40) ocupam posições mais elevadas. As mudanças estruturais mencionadas anteriormente repercutem nos mecanismos de ascensão social dos negros brasileiros. Provavelmente, hoje, a ascensão social pode ocorrer sem necessariamente haver uma relação direta de dependência dos negros com relação aos brancos.

Um bom exemplo disso é o acesso ao emprego público, uma vez que, no passado, pertencer ao setor público era indicativo das boas relações que pretos e pardos mantinham com os brancos, revelando o clientelismo existente na contratação e nas relações de trabalho; atualmente, argumenta-se que o critério de preenchimento de vagas no setor público, através de concursos, elimina ou ameniza os efeitos perversos do preconceito e da discriminação racial.

Independente dos mecanismos de mobilidade, vale a pena destacar que a ascensão social dos negros no Brasil se efetiva, basicamente, a partir do uso de estratégias individuais, muito embora algumas pesquisas recentes apontem para a importância da família no percurso ascensional. (TEIXEIRA, 1998) Azevedo observou que “a ascensão social dos escuros como indivíduos é frequente e fácil de verificar. Como grupo, no entanto, as pessoas de cor vêm ascendendo mais dificilmente.” (AZEVEDO, 1996, p. 164)

Na dissertação de mestrado, (FIGUEIREDO, 2002) constatou que as estratégias de ascensão utilizadas pelos profissionais liberais foram a escolaridade elevada e a associação entre emprego público e privado – re-

cursos que marcaram as trajetórias da maioria dos meus entrevistados.<sup>10</sup> Verificou-se, também, a importância do investimento e do apoio familiar nas suas trajetórias ascensionais.

No que se refere ao casamento inter-racial, visto como uma das estratégias de ascensão, parece só ocorrer após a melhoria da condição econômica dos negros, o que leva a pensar que o casamento pode ser uma estratégia de consolidação do *status* social, mais do que um mecanismo de mobilidade. Além disso, a maioria dos entrevistados era solteira, o que indica que os casamentos só ocorriam após a conclusão do curso superior. Nesse sentido, podemos indagar se postergar o casamento pode ser visto como uma das estratégias de mobilidade social utilizada pelos negros.

O interesse sobre a ascensão social dos negros ou a integração do negro na sociedade de classe não é recente (FERNANDES, 1972, 1978), muito embora nessas análises ter havido pouca curiosidade para entender a ascensão social dos negros em alguns setores específicos do mercado de trabalho, bem como quanto a entender as estratégias utilizadas no processo ascensional.

Historicamente, o mercado de trabalho brasileiro não tem sido visto como segmentado etnicamente, embora saibamos que existem ocupações que são exercidas majoritariamente pelos negros, configurando um mercado racialmente diferenciado. Nos mercados de trabalho etnicamente segmentados, a concentração de um grupo racial ou étnico em determinados setores é acompanhada por um discurso étnico, atribuindo-se qualidades específicas pautadas em critérios étnicos e culturais. (cf. BONACHICH, 1973)

No Brasil, são quase inexistentes as pesquisas sobre as particularidades étnico-raciais do mercado de trabalho, e, mesmo quando isso ocorre, não se tem buscado compreender como se dá a reprodução da força de trabalho, principalmente para os grupos ascendentes. Somente na bibliografia sobre as atividades comerciais dos imigrantes é que encontramos referências às estratégias e aos recursos utilizados pelos grupos

---

<sup>10</sup> Hasenbalg (1998, p.10) observa que “[...] com exceção dos empregados públicos, entre os quais quase quinze por cento tinha outro trabalho além do principal, a proporção das outras categorias ocupacionais afetadas pelo fenômeno do multi-emprego é relativamente baixa, oscilando entre 5% e 7%”.

para ascender socialmente.<sup>11</sup> A literatura sobre o tema aponta para a existência de uma identidade étnico-racial pautada na crença de uma origem comum, somada à convicção da existência da habilidade do grupo para o desenvolvimento de atividades específicas no mercado de trabalho brasileiro. Mais do que isso: os imigrantes lançam mão de estratégias de ajuda mútua, favorecendo o estabelecimento e a inserção de novos membros da comunidade nos seus negócios, ao mesmo tempo em que reafirmam a identidade e a solidariedade grupais (BACELAR, 1994; GRÜN 1992; TRUZZI, 1991)

Algumas das estratégias utilizadas pelos empresários étnicos são comuns aos diferentes grupos, no que pesam suas especificidades culturais – são os denominados recursos e estratégias étnicas, que são características socioculturais que um grupo utiliza em benefício próprio. “Os recursos étnicos típicos são: talento cultural, relativa satisfação no trabalho, trabalho padronizado, criação de associações que organizam e direcionam as atividades e o uso de estratégias coletivas. A exploração da estrutura familiar nas atividades comerciais ou nos ‘nichos étnicos’ e o uso de encontros sociais e ou religiosos para a troca de informações”. (WALDINGER, 1990, p. 31)

Parece que algumas características demarcam a fronteira entre as estratégias de ascensão dos grupos de imigrantes e dos negros durante o projeto de ascensão no Brasil. Ainda que o Brasil da década de 30 tivesse uma ideologia assimilacionista, as primeiras levas de imigrantes mantiveram-se relativamente isoladas, conservando alguns aspectos socioculturais fundamentais para a reprodução de suas particularidades étnicas, o que não se chocou com o projeto de ascensão. Contrapondo-se à ascensão dos imigrantes, a assimilação aos códigos e valores da sociedade brasileira sempre foi à condição *sine qua non* para a ascensão social dos negros.

A população negra brasileira não tem recorrido às tradicionais formas de solidariedade étnica baseada no uso de estratégias coletivas de que lançavam mão os imigrantes. De modo contrário, a ascensão social do negro tem sido historicamente orientada a partir do uso de estratégias indivi-

---

<sup>11</sup> Parece que no Brasil somente durante o período de grandes imigrações ocorreu uma relativa ocupação do mercado de trabalho com base em princípios étnicos.

duais. Os negros que ascendem são vistos, quase sempre, como exceção à regra do grupo, sendo majoritariamente representados nos estratos inferiores da hierarquia profissional.

Contrariando estas características, surgiram, em 1997, duas iniciativas pioneiras no Rio de Janeiro e em São Paulo de criar solidariedade entre os profissionais negros com base no apelo étnico-racial. Uma organização não governamental Centro de Empresários Negros (CEN), apoiada pela fundação Palmares, é fundada com o objetivo de oferecer apoio técnico e administrativo a partir do aprimoramento das condições burocráticas, administrativas e de marketing do empreendimento; assim como se instala O Círculo Negro, uma rede de solidariedade entre clientes e profissionais negros.<sup>12</sup> O Círculo tem a tarefa de romper o silêncio e anunciar a existência de profissionais negros nas mais diversas áreas. Além disso, o propósito do Círculo é de criar uma estratégia de ajuda mútua entre os negros. De acordo com o editor da revista, “A idéia básica é fazer com que o dinheiro circule entre nós, negros. O dinheiro girando em nossas mãos, mudando a atitude e valorizando a mão de obra dos negros”. No caso, a inspiração vem do reconhecimento do “sucesso” da estratégia dos negros norte-americanos.

Segundo os organizadores, o projeto é o resultado de uma iniciativa privada. Nesse sentido, a intenção é comercial, “ainda que tenha um propósito político, pois acaba por despertar a solidariedade entre os afro-brasileiros”. De acordo com o editor, o Círculo Negro não é um movimento racial, “não somos contra nenhuma etnia. A questão prioritária e privilegiar a nós, negros”. Mas a entidade também tem anunciantes brancos, que oferecem serviços para a população negra e que são os denominados simpatizantes.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Além das duas atividades mencionadas, há uma terceira e, provavelmente, a mais conhecida que é o pré-vestibular para negros e carentes desenvolvido no Rio de Janeiro e em Salvador. Provavelmente, o número mais significativo de atividades voltadas para negros e carentes seja do domínio das ONGs. Mas nem o pré-vestibular, nem as atividades desenvolvidas pelas ONGs será alvo desta pesquisa.

<sup>13</sup> O terceiro livro do Círculo traz na capa a foto de um músico branco (Carlinhos do Cavaco). Segundo o editor, isso ocorre por merecimento, ou do reconhecimento de que o músico tem uma banda composta por 10 músicos negros. Sem dúvida, a escolha desta foto criou alguns problemas para os diretores do projeto.

A outra explicação sobre a origem do Círculo diz respeito à solidão, ao isolamento do negro que ascende, tanto no contato social quanto no ambiente de trabalho e universitário. Havia, para os editores, uma necessidade de os negros que ascendem encontrarem os seus pares, fazendo, assim, o dinheiro circular dentro da comunidade negra. Tal como foi descrito por Franklin Frazier (1975), que identificou no setor de serviços o maior número de atividades comerciais dirigidas por negros, também os anúncios do Círculo Negro concentram-se no setor de serviços. Dentre as ofertas do segundo livro, encontramos, em primeiro lugar, os anúncios de cabeleireiros (13,86%)<sup>14</sup> – mais de 1/4 dos serviços oferecidos pelo guia está concentrado na manipulação do visual ou do corpo.

Estas iniciativas pioneiras têm o desafio e o compromisso de incentivar e consolidar uma estratégia desconhecida da população negra brasileira: a solidariedade profissional com base em princípios étnicos. Temos conhecimento de que somente no passado, durante o período escravista, ocorreram iniciativas coletivas de emancipação e mobilidade social com base na solidariedade racial. Sabemos também que os negros brasileiros nunca tiveram experiências consideradas como expressões típicas de mobilização étnica, tais como o voto e o consumo étnicos.

---

<sup>14</sup> Total de anúncios do segundo Círculo: 101, do terceiro: 103. Somando os serviços de cabeleireiros, cursos formação de cabeleireiro, maquilador, serviço de massagem e fabricação e vendas de perfume, vendas de cosméticos, fabricações e vendas de jóias, chega-se ao total de 21,78% de anúncios que se situam em atividades ligadas à manipulação do corpo ou, da estética. Se acrescentarmos, ainda, a fabricação e venda de roupas, resulta num total de 26 anúncios, equivalentes a (25,74%).



## DE QUE CLASSE MÉDIA ESTAMOS FALANDO? ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE NEGROS E BRANCOS INSERIDOS NA MESMA CLASSE SOCIAL

Constata-se nos últimos anos um momento singular da presença dos negros na mídia televisiva e na imprensa de modo mais amplo no Brasil. É notório o apelo ao consumo feito por parte dos meios de comunicação e *marketing* à chamada “classe média negra”, tendendo, muitas vezes, a superdimensioná-la em termos numéricos. Contudo, pouco sabemos sobre quantos são, quem são, com o que trabalham e como vivem os membros da chamada “classe média negra” dos anos 90.

É relativamente recente o debate nos círculos acadêmicos acerca dessa “classe média negra”. Isso pode ter ocorrido tanto pela crença no inexpressivo número de negros em posições mais elevadas, como pela opção clássica das Ciências Sociais, principalmente da Antropologia, por estudarem os grupos de algum modo marginalizados e/ou excluídos. Mas até que ponto os negros em posições sociais mais elevadas estão, de fato, integrados no sistema de *habitus* da classe à qual pertencem? E quais são os constrangimentos provocados pela sua cor que denuncia a origem social?

É importante destacar a importância de uma perspectiva comparativa entre os negros e brancos de classe média; caso contrário, comparam-se os negros que estão em posições econômicas mais elevadas com aqueles que estão na base da hierarquia social, constatando, a partir disso, diferenças marcantes entre os estilos de vida e inferindo, com isso, questões acerca da negação de uma suposta identidade negra.

As pesquisas sobre relações raciais, cultura e identidade negra no Brasil têm privilegiado exclusivamente os negros que estão situados na base da hierarquia social, em detrimento aos estudos sobre os negros que ocupam melhores posições. Até o momento, muito pouco se tem pesquisado sobre as estratégias que os negros utilizam para ascenderem so-



cialmente. É consensual a percepção de que alguns espaços do mercado de trabalho têm se constituído em áreas mais fáceis para a ascensão social dos negros, a exemplo do esporte e da música, embora essas atividades reservem poucos lugares para os aspirantes à mobilidade.<sup>15</sup>

Os estudos sobre ascensão social, *status* e prestígio apontam para a importância da educação no processo de mobilidade dos grupos e/ou indivíduos, principalmente para a população negra. Os trabalhos de Castro e Barreto (1992) concluem que, para ocuparem cargos melhores na hierarquia das empresas, os negros têm que possuir melhor nível educacional que os brancos. Mas, ainda assim, permanecem as desigualdades salariais entre os trabalhadores negros e brancos.

A ausência de estudos sobre a classe média no Brasil tem dificultado o estabelecimento de parâmetros comparativos e de critérios objetivos para sua definição. Não é o objetivo deste trabalho fazer uma exegese do conceito de classe social, como propõem alguns autores como Scalon (1998, 1999) e Santos (2002). Contudo, Scalon (1999) evidencia a inevitável tarefa dos pesquisadores que lidam com temas como mobilidade social, trajetórias ocupacionais e estrutura de emprego, a fim de estabelecerem critérios para definir uma classificação por estratos.

A autora analisa três hipóteses interpretativas sobre mobilidade, buscando identificar qual delas melhor se aplica ao caso brasileiro. A primeira, a tese do fechamento social, argumenta que a maior taxa de mobilidade ocorre entre indivíduos que ocupam posições intermediárias da estrutura social, produzindo um nível de mobilidade mais baixo entre os extremos; a segunda, referente à zona de contenção, que se liga à divisão entre ocupações manuais e não manuais, considera essa fronteira como a mais importante na estrutura de classe; a terceira, a tese da contramobilidade, ou tese da compensação, está baseada no pressuposto de que o incremento na mobilidade ascendente via educação em décadas recentes é “compensado” pelo decréscimo de mobilidade durante a vida produtiva. (SCALON, 1998, 1999, p. 122) A tese da contramobilidade é contrária

---

<sup>15</sup> Os termos mobilidade e ascensão social estão sendo utilizados num mesmo sentido. Por ascensão social entende-se, neste caso, o processo através do qual os indivíduos, ou grupos, movimentam-se de uma posição social inferior para as camadas médias e altas da estratificação social.

à ideia de que a expansão da educação formal permitiu uma distribuição mais igualitária das chances de mobilidade ascendente.

De acordo com a análise da autora, as duas primeiras teses se aplicam ao caso brasileiro. Já a tese da contramobilidade parece plausível apenas para homens, já que os dados sobre as mulheres revelam que a mobilidade ascendente é maior entre as mais jovens. Scalón (1999, p. 116) considera que:

O alto nível de mobilidade ao redor da fronteira manual não manual funciona como uma barreira para bloquear a mobilidade de longa distância, formando, dessa maneira, uma área que impede e ‘amortece’ a mobilidade em direção aos estratos localizados na extremidade da estrutura social. Nesse sentido, a zona de contenção está relacionada à idéia de fechamento social, uma vez que ela previne a mobilidade de longa distância garantindo fechamento no topo da pirâmide da estratificação.

Do que foi sumariamente exposto sobre as teorias de mobilidade, destaca-se a importância atribuída à fronteira manual, não manual, como indicador de classe, assim como o fato de a mobilidade ocorrer, frequentemente, entre os indivíduos que ocupam posições intermediárias, em oposição aos extremos.

Ainda que não seja utilizado o conceito de classe proposto por Bourdieu (1989), neste capítulo, já que a análise dos dados quantitativos não permite inferir questões relativas ao estilo de vida, do ponto de vista teórico, parece adequado a utilização do conceito proposto por esse autor, o qual inclui, além da renda, os gostos e os valores comuns. Tudo isto leva à conformação de um estilo de vida comum, indicador de uma determinada classe social. Assim, as classes são construídas relacionalmente, a partir de elementos diferenciadores (a renda, por exemplo). Entretanto, este fator em si – a renda – não explica a existência de um grupo homogêneo,

[...] no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta; poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe provável, enquanto grupo de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro grupo de agentes. [...] A classe social é, portanto, formada por um conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes, têm, com

toda probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomada de posições semelhantes. (BOURDIEU, 1989, p. 136)

Assim, é necessário estabelecer critérios definidores para a categorização de estratos, como sugere Scalón (SCALÓN, 1998, 1999), e para a ocupação (identificando as ocupações não manuais), como o definidor da classe média. O ponto de partida são as 13 categorias ocupacionais agrupadas por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, a partir dos dados originais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).<sup>16</sup>

De acordo com a classificação acima mencionada, pode-se definir a classe média a partir do recorte trabalhadores não manuais e trabalhadores manuais. Contudo, dentro desta definição há diferenças significativas em termos de renda e escolaridade. Assim, este grupo foi dividido em três sub-grupos, assim classificados: a) Classe média alta (os dirigentes, os profissionais universitários e os empregadores); b) Classe média média (as ocupações artísticas e supervisão manual) e c) Classe média baixa (os empresários por conta própria e as ocupações das atividades não manuais de rotina).

Tendo em vista a escassez de pesquisas quantitativas sobre a classe média e, principalmente, sobre a classe média negra, o capítulo será iniciado com alguns dados relativos à média de renda do trabalho principal e a média de anos de estudo dos indivíduos distribuídos nas categorias ocupacionais não manuais no ano de 1999.

De acordo com os dados, a renda média dos empresários/empregadores (1.818,11) é superior à renda dos dirigentes (1.548,59) e dos profissionais universitários (1.610,26). Entretanto, quando analisada as médias de escolaridade, observa-se que os empregadores possuem médias de escolaridade inferiores (6,48 anos de estudos) às ocupações de profissionais universitários (14,11), dirigentes (11,68 anos de estudos), às técnicas, artísticas e de supervisão manual (10,65 anos de estudos). As ocupações técnicas, artísticas e de supervisão manual estão, de fato, num patamar intermediário em termos de renda entre as três categorias ocupacionais

---

<sup>16</sup> As categorias estão dispostas da seguinte forma: no topo, estão os profissionais universitários, seguidos dos dirigentes, empregadores, técnicos, artísticos e de supervisão manual, empresário por conta própria, profissionais de atividades não-manuais de rotina, manuais da indústria moderna, manuais da indústria tradicional, manuais terciário, ambulantes e de serviço doméstico. Excluímos as atividades agrícolas. (trabalhadores e proprietários rurais). Todos os dados apresentados são relativos às pessoas ocupadas (P.O.) de 15 anos e mais.

acima e as duas abaixo. Isso justifica considerar as pessoas alocadas neste grupo como membros da classe média média.<sup>17</sup>

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas características gerais da classe média brasileira em termos de escolaridade, ocupação, renda e cor. A partir da análise dos dados mais gerais, pretende-se responder a algumas importantes questões, tais como: qual o perfil da classe média brasileira em termos de origem familiar e rendimentos? De quantos indivíduos ou de quantas famílias é composta a classe média brasileira? Qual a proporção de brancos e negros na classe média? Há diferenças entre a classe média negra e branca? Quais são as ocupações mais permeáveis à entrada de negros ou quais são as ocupações que mais concentram a participação destes?

Com o intuito de responder a essas questões, serão analisados os dados fornecidos pelas PNADs realizadas em 1988 e 1999, para que seja possível efetivar uma comparação entre estes dois anos, bem como pelo fato de a última PNAD, que contém informações sobre mobilidade, ter sido realizada em 1996. As informações sobre mobilidade são obtidas a partir dos dados relativos à ocupação do pai do respondente.<sup>18</sup>

Com o intuito de investigar melhor as diferenças entre negros e brancos na mesma classe social, serão analisados os dados da Pesquisa sobre Padrão de Vida (PPV) realizada nas regiões Nordeste e Sudeste em 1996-1997. Foi analisada a seção XV, que continha informações acerca da opinião dos entrevistados sobre educação, segurança, saúde, infraestrutura etc.; enfim: o que foi definido como avaliação subjetiva da classe.

## Educação e mobilidade

Algumas pesquisas que objetivam entender a dinâmica das desigualdades sociais no Brasil têm assinalado a existência de dois nódulos, a cor e o sexo, que funcionam como um empecilho para a mobilidade

<sup>17</sup> Os dados estatístico referente à PNAD estão disponíveis na tese que deu origem ao livro. (FIGUEIREDO, 1994)

<sup>18</sup> Os dados apresentados são relativos às pessoas ocupadas de 15 anos e mais nas atividades não-agrícolas. Foi necessário fazer uma compatibilização entre as categorias ocupacionais de 1999 com as de 1988.

dos grupos. É desnecessário lembrar que, no Brasil, as mulheres ganham, em média, salários inferiores aos dos homens, assim como os negros ganham menos que os brancos. Esta constatação já ganhou notoriedade até nos órgãos da imprensa, sendo constantemente veiculada pelas lideranças dos movimentos sociais.

Mas se o discurso sobre as desigualdades salariais entre negros e brancos é frequentemente utilizado, deparamos também com uma argumentação, ou um contradiscurso, que objetiva deslegitimar tal proposta, justificando essas diferenças através da baixa escolaridade da população negra. Contudo, mesmo quando os negros possuem o mesmo nível de escolaridade que os brancos, as diferenças salariais permanecem.

Os trabalhos de Hasenbalg e Silva (1998) e Hasenbalg (1998) sobre a estrutura ocupacional e o mercado de trabalho brasileiro reafirmam a importância da educação no processo ascensional, bem como o acúmulo de desvantagem a que está exposta a população negra. Com base nos dados da PNAD 1996, os autores discorrem sobre as desvantagens dos negros no que se refere à mobilidade social ascendente e rejeitam a hipótese de igualdade de oportunidades para os diferentes grupos de cor, visto que, mesmo entre as pessoas nascidas no estrato social mais baixo – de ocupações rurais –, os brancos têm uma pequena vantagem nas chances de ascensão social.

Os autores concluem que

[...] parece claro que no Brasil de hoje o núcleo de desvantagens que pretos e pardos parecem sofrer se localiza no processo de aquisição educacional. As diferenças nos retornos ocupacionais dos investimentos em educação são relativamente modestas quando comparadas com as diferenças na realização educacional para qualquer que seja o estrato de origem. Diferenças que, [...] tendem a crescer conforme aumenta a situação socioeconômica de origem. Assim, a questão educacional parece estar se constituindo no nó górdio das desigualdades raciais em nosso país. (HASENBALG; SILVA, 1998, p. 14)

A partir de uma perspectiva comparativa entre as PNADs de 1988 e de 1999, pretende-se fazer uma análise sobre a mobilidade social ascendente dos grupos segundo a cor, objetivando entender a dinâmica da distribuição ocupacional durante uma década.

TABELA 1 - ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS DE 15 ANOS E/OU MAIS EM OCUPAÇÕES NÃO AGRÍCOLAS SEGUNDO A COR/RAÇA, BRASIL/1988 E 1999

1988				
Anos de estudo	Branca	Negra	Outras	Total
Até 3	19,4	36,2	6,6	25,8
De 4-8	44,3	44,3	31,6	44,2
De 9-11	21,1	15,4	29,4	18,9
12 e +	15,2	4,1	32,3	11
Total	100	100	100	100
1999				
Anos de estudo	Branca	Negra	Outras	Total
Até 3	12,4	26,4	11,6	18,1
De 4-8	40,1	45,0	24,1	42,0
De 9-11	29,0	23,1	27,7	26,6
12 e +	18,5	5,5	36,7	13,3
Total	100	100	100	100

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA A PARTIR DA TABULAÇÃO DA PNAD (1988, 1999).

Em 1988, 1/4 da população ocupada não tinha sequer concluído as primeiras séries do ensino fundamental – o antigo primário – e, quando são analisados os percentuais das colunas por cor, verifica-se que o grupo negro é sobrerrepresentado nesta faixa (36,2%), já que apresenta percentual superior ao averiguado na coluna total (25,8%). Independentemente da variável cor, o percentual mais elevado da participação dos grupos brancos e negros é de 44,2% (de 4 a 8 anos de estudo), na coluna total. Entre 9-11 anos de estudo, o grupo branco representa 21,1%, enquanto os negros apenas 15,4%; no entanto, é o nível mais elevado, dos 12 anos ou mais de estudos, que registra os menores percentuais: 15,2% de brancos e 4,1% de negros. Ainda que seja difícil para os grupos ingressarem na Universidade, o grupo negro tem apenas 27% de chances em relação ao

grupo branco, ou seja, os brancos têm 3,7 vezes mais chances de entrar na Universidade do que os negros.

Analisando o comportamento dos grupos ainda na coluna, verificamos que os menores percentuais da participação dos brancos estão nos dois extremos, 19,4% até três anos de estudo, e 15,2% em 12 anos ou mais; enquanto os negros têm um percentual bastante elevado no primeiro nível, 36,2%, e apenas 4,1% no nível de escolaridade mais elevado. Desse modo, a participação dos negros no primeiro nível é de 53,5% superior aos brancos na mesma faixa.

Visto de outro ângulo, dentre aqueles que sequer concluíram o primário, o grupo negro é 9,4% superior aos brancos. Na medida em que aumenta o grau de escolaridade, diminui a presença de negros, chegando ao ponto de representarem apenas 14,5% do nível mais elevado de escolaridade, contra 82,3% de brancos. O índice de dissimilaridade entre os grupos negros e brancos para o ano de 1988 é de 16,8%.

Quando analisados os mesmos dados para o ano de 1999, observa-se que o nível de quatro a oito anos de estudo continua apresentando o maior percentual, 42%. Analisando os percentuais na coluna total, averiguamos que são os dois extremos – até três anos de estudo e 12 anos ou mais – que concentram o menor percentual da participação dos grupos: 18,1% (até 3) e 13,3% (12 anos ou mais). Investigando os dados da coluna por cor, percebemos que são os dois extremos que concentram o menor percentual da participação dos brancos; já para os negros, a proporção é inversa, pois é no nível mais baixo de escolaridade que o percentual é maior (26,4), enquanto que apenas 5,5% estão no nível mais elevado.

De acordo com os dados relativos aos percentuais das linhas, há uma relação proporcionalmente inversa entre cor e escolaridade: no nível mais baixo de escolaridade (até três anos), os negros representam 59,1%, enquanto que no nível mais elevado (12 ou mais) somente 16,6%.

É interessante notar como essas mudanças repercutem no interior dos grupos. O percentual dos negros na faixa de até três anos de estudo continua muito mais elevado do que o dos brancos – 26,4% de negros e 12,4% de brancos. Os negros continuam sobrerrepresentados no primeiro nível de escolaridade e sub-representados no último, já que apenas 5,5 ingressaram na universidade. Contudo, em 1999, 23,1% dos negros têm entre nove e 11

anos de estudo, 7,7% superior ao ano de 1988. Com relação aos brancos, há também uma redução de 7% no nível até três anos de estudo e um aumento de 7,9% entre nove e 11 anos de estudo, e de 3,3% em 12 anos ou mais.

Comparando os dados de 1988 com os dados de 1999, constatamos que a população brasileira teve um relativo aumento de escolaridade. Em 1988, 25,8% da população de 15 anos e mais não tinha sequer concluído o antigo primário; já em 1999 esse percentual diminuiu para 18,1%. Há uma pequena diminuição de 2,2% no percentual de quatro a oito anos de estudo, passando de 44,2%, em 1988, para 42,0%, em 1999. Há também um aumento dos percentuais nos grupos de 12 anos e mais.

Em que pese o aumento de escolaridade da população brasileira de um modo geral, há um aumento da desigualdade nas distribuições dos grupos, já que, em 1999, o índice de dissimilaridade é de 18,9%, cerca de 2,1% superior ao verificado no ano anteriormente analisado.

Olhando a composição por cor dos estratos (dados não mostrados) e retomando o percentual de negros que ingressaram na universidade em 1988 – 14,5%, contra 82,9% de brancos – e em 1999 – 16,6%, contra 81,4% dos brancos –, percebemos que estas vantagens alcançadas pelo grupo negro não são significativas e não representam muito no sentido de diminuir a enorme distância que separa os grupos brancos e negros.

TABELA 2 - ESTRATO OCUPACIONAL DAS PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS EM OCUPAÇÕES NÃO AGRÍCOLAS SEGUNDO A COR/RAÇA, BRASIL/ 1988 E 1999

Ocupação	Branca		Negra		Outras		Total	
	1988	1999	1988	1999	1988	1999	1988	1999
Profissionais Universitários	5,2	6,8	1,5	2,4	13,3	11,2	3,8	5,1
Dirigentes	5,7	3,7	2,4	1,7	9	4,1	4,4	2,9
Empresário Empregador	4,7	5,1	1,5	1,6	9,2	13,4	3,5	3,7
Técnicos, Artísticos e Supervisão Manual	10,1	10,3	7,3	7,6	11,8	10,6	9,0	9,2



Empresário Conta Própria	4,3	5,1	4,2	4,8	9,1	7,3	4,3	5,0
Não manual de Rotina	17,5	19,3	12,5	14,1	18,8	20,0	15,6	17,2
Manual da Indústria Moderna	8,7	6,9	8,7	6,9	6,4	5,0	8,7	6,9
Manual da Indústria Tradicional	16,2	12,8	21,4	17,4	7,4	5,7	18,1	14,6
Manual Terciário	19,9	19,5	27,2	25,5	9,3	14,2	22,6	21,9
Ambulantes	2,2	2,8	2,8	4,3	4	4,1	2,4	3,4
Serviço Doméstico	5,6	7,8	10,6	13,7	1,6	4,5	7,5	10,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA A PARTIR DA TABULAÇÃO DA PNAD/ BRASIL (1988).

De acordo com a tabela acima, verificamos que, no topo das ocupações, encontram-se os profissionais universitários, que representam apenas 3,8% da população ocupada em atividades não agrícolas. Em relação aos negros, apenas 1,5% compõem tais profissionais universitários, enquanto que, quanto aos brancos, o valor é de 5,2%. É a categoria não manual de rotina que mais absorve o contingente da população nas ocupações não manuais – 15,6% no total, distribuídos da seguinte forma: 12,5% de negros e 17,5% de brancos.

Analisando os seis primeiros estratos ocupacionais, podemos observar que, em 1988, 40,6% da população ocupada estava alocada nas atividades não manuais. O percentual de brancos que ocupam as seis primeiras categorias é de 47,5%, e o de negros 29,4%, ou seja, há uma sobrerrepresentação dos brancos nessas atividades. Contudo, o percentual de negros é mais elevado nas ocupações técnicas, artísticas e de supervisão manual (7,3%) e não manual de rotina (12,5%), somando 19,8%. Quase  $\frac{3}{4}$  dos negros que estão situados nas seis primeiras categorias ocupam esta posição. De acordo com esta classificação, essas categorias compõem a

classe média-média e média-baixa. Já para os brancos, a soma das categorias de técnicos, artísticos e de supervisão manual e não manual de rotina é de 27,6%, cerca de 58%.

Observando a composição por cor dos estratos ocupacionais (dados não mostrados), constatamos que os negros têm uma participação sempre inferior à dos brancos, sendo que os três primeiros são aqueles em que o percentual de brancos é mais alto: 82,1%, 81,4% e 77,2. O menor percentual dos negros está entre os profissionais universitários, com 15,1%, e entre os empresários empregadores, com 16,5%. Inversamente, o percentual de negros é maior apenas no serviço doméstico: 54,7%, contra 45,1% dos brancos.

Em 1988, a soma total do percentual de indivíduos alocados nas seis primeiras ocupações era de 40,6% e, em 1999, o somatório é de 43,1%, representando, assim, um aumento de 2,5%. Na análise dos grupos, percebemos que houve um aumento levemente superior ao encontrado na coluna total – para os brancos e 2,9% para os negros. Contudo, o grupo branco continua sobrerrepresentado em todas as ocupações não manuais.

O índice de dissimilaridade entre os grupos, nos anos de 1988 e 1999, tem quase o mesmo valor (18,5% e 18,2%), o que significa que, em termos de distribuição ocupacional, as diferenças são mantidas ao longo dos anos.

TABELA 3 - OCUPAÇÃO POR EDUCAÇÃO SEGUNDO A COR/RAÇA PARA AS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS NAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS – BRASIL/ 1988

Ocupação/ Anos de estudo	Até 3		De 4 a 8		De 9 a 11		12 ou +	
	Branca	Negra	Branca	Negra	Branca	Negra	Branca	Negra
Profissionais Universitários	-----	0,1	0,2	0,2	2,1	2,0	30,3	25,9
Dirigentes	1,0	0,5	2,8	1,7	8,8	5,9	15,7	13,5
Empresário Empregador	2,1	1,0	4,1	1,4	6,2	2,2	7,7	4,0
Técnicos, Artísticos e Supervisão manual	1,5	1,3	5,3	5,4	19,4	2,5	21,8	26,3
Empresário Conta Própria	5,7	5,8	4,7	3,6	4,1	2,9	2,0	1,3

Não manual de Rotina	4,7	3,7	14,8	11,9	35,3	32,7	17,3	20,8
Manual da Indústria Moderna	7,6	5,9	12,7	12,1	6,4	7,1	1,4	1,2
Manual da Indústria Tradicional	29,0	29,2	2,3	21,9	5,0	7,2	0,5	1,0
Manual Terciário	31,9	33,6	24,8	28,3	10,6	15,0	3,1	5,4
Ambulantes	3,7	3,9	2,5	2,6	1,5	1,7	0,3	0,3
Serviço Doméstico	13	15,1	6,7	10,8	0,6	1,9	---	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA A PARTIR DA PNAD (1988).

Concentrando a atenção na coluna “12 ou mais anos” de estudo, verifica-se que 94,8% dos brancos que ingressaram na universidade exercem ocupações não manuais. À medida em que vai diminuindo o grau de escolaridade, reduz-se também o percentual nas ocupações não manuais, distribuídos da seguinte forma: 75,9 (9 a 11), 31,9% (4 a 8) e 15% (até 3 anos). Entre os negros, 91,8% dos que têm 12 ou mais anos de estudo estão alocados nas ocupações não manuais, contra apenas 48,2% dos que têm entre 9 e 11 anos de estudo e 24,2% dos que têm de 4 a 8 anos de estudo. Esses dados demonstram que há uma estreita relação entre escolaridade e ocupação, uma vez que as pessoas mais escolarizadas estão alocadas em ocupações não manuais melhor remuneradas.

Analisando a relação entre as ocupações não manuais com escolaridade entre 9 a 11 anos de estudo, percebemos que é na categoria empresário/empregador que o percentual de negros é bem menor que o percentual de brancos, já que os brancos são cerca de três vezes superiores aos negros em relação à categoria empresário. Ainda assim, quando verificamos o percentual mais elevado de brancos nas ocupações não manuais, que possuem níveis de escolaridade intermediários (4 a 8) e (9 a 11) em comparação ao percentual de negros com a mesma escolaridade, constatamos mais uma vez a hipótese da discriminação racial no mercado de trabalho.

Observando sob outra perspectiva, os dados de 1988 revelam que o grupo negro é menos escolarizado. Apenas 23,1% dos dirigentes têm 12 anos ou mais de estudo, contra 41,9% dos dirigentes brancos e apenas 11,3% dos empresários/empregadores negros têm 12 ou mais anos de estudo, contra 25,1% dos brancos. O maior percentual da categoria empresário/empregador (42,7%) tem entre 4 e 8 anos de estudo, entre os negros; entre os brancos, o percentual cai para 38,7%. Tanto para os negros quanto para os brancos, é a categoria “empresário por conta própria” que é menos escolarizada: apenas 1,3% têm 12 anos ou mais de estudo entre os negros, e 7,2% em relação aos brancos. Cerca de 50% dos empresários negros por conta própria sequer concluíram o primeiro grau, contra 25,4% dos brancos da mesma categoria.

TABELA 4 - OCUPAÇÃO POR EDUCAÇÃO SEGUNDO A COR/RAÇA PARA AS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS NAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS – BRASIL/1999

Ocupação/ Anos de Estudo	Até 3 anos		De 4 a 8 anos		De 9 a 11 anos		12 e + anos	
	Branca	Negra	Branca	Negra	Branca	Negra	Branca	Negra
Profissionais Universitários	0,2	---	0,2	0,2	2,5	2,5	32,8	32,2
Dirigentes	0,4	0,3	1,2	0,9	4,6	3,2	9,8	9,8
Empresário/ Empregador	1,9	0,9	3,8	1,4	5,7	2,5	9,0	4,0
Técnicos, Artísticos e Supervisão manual	2,0	1,3	4,4	4,2	16,2	18,0	19,6	22,9
Empresário/ Conta Própria	7,5	6,7	5,4	4,5	4,8	3,7	3,1	2,5
Não manual de Rotina	5,0	3,8	12,9	10,5	33,8	31,2	19,5	20,2
Manual da Indústria Moderna	5,7	4,1	9,8	9,1	7,0	7,1	1,4	2,1
Manual da Indústria Tradicional	21,7	23,3	18,6	19,4	8,1	10,3	1,7	2,4

Manual Terciário	32,7	34,4	28,7	29,4	11,9	13,2	2,4	2,4
Ambulantes	5,3	5,7	3,5	4,5	2,1	2,9	0,6	0,8
Serviço Doméstico	17,5	19,6	11,5	16,0	3,1	5,4	0,2	0,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA A PARTIR DA TABELAÇÃO DA PNAD (1999).

Destacando mais uma vez a coluna de 12 anos ou mais, verifica-se que 91,8% dos negros e 94,8% dos brancos que ingressaram na universidade estão alocados nas ocupações não manuais; entre 9 e 11 anos de estudo, o percentual de negros é de 61,1 e o de brancos é de 67,6, já entre 4 e 8 anos de estudos, o percentual de brancos é de 27,9 e de o de negros é de 21,7.

Analisando comparativamente os dados de 1988 e 1999, percebemos que, em 1988, havia um maior percentual de brancos alocados em ocupações não manuais os quais não tinham ingressado na universidade. Ainda que o ano de 1999 apresente distribuição semelhante ao ano de 1988, percebemos uma menor diferença dos percentuais para os grupos. Assim, por exemplo, em 1988, na coluna de 9 a 11, os brancos indicavam 75,9%, no somatório da categoria não manual, enquanto que os negros apenas 48,2%; já em 1999, o grupo branco tem um total de 67,6%, e os negros de 61,1%.

É importante observar que os negros continuam sub-representados na categoria empresário/empregador no ano de 1999, mesmo quando os percentuais são controlados pelos níveis de escolaridade mais elevada – de 9 a 11 anos de estudo e 12 ou mais – já que o grupo branco é cerca de duas ou três vezes maior que o grupo negro. Como explicar a baixa percentagem de negros nesta categoria? Em primeiro lugar, é preciso fazer referência à ausência de tradição empresarial na família e à ausência de uma socialização mais voltada para as atividades empresariais; o segundo aspecto relaciona-se diretamente com o primeiro, já que a ausência de tal tradição pode levar a uma percepção diferenciada das oportunidades ocupacionais, promovendo uma autoexclusão das funções de empresários/empregadores, e, por último, em terceiro lugar, o capital para iniciar o negócio.

Dada a ausência de estudos sobre essa temática aqui no Brasil, faz-se necessário lançar mão da literatura estrangeira que muito tem contribuí-

do na reflexão sobre esse assunto. Alguns autores discorrem sobre as dificuldades que têm encontrado os empresários negros em manter e expandir os empreendimentos. Silverman (1999), por exemplo, argumenta que a dificuldade de acesso ao capital se deve às barreiras da discriminação racial, pouco capital inicial e à ausência de uma rede, além do fato de os incentivos do governo serem voltados para as grandes empresas.

Além disso, há uma grande e variada produção acerca do *Black entrepreneur* nos Estados Unidos, em que os pesquisadores estão bastante preocupados em entender por que os negros estão sub-representados na categoria empregadores, mesmo quando comparado com outras minorias étnicas, a exemplo dos asiáticos e hispânicos. Como buscam compreender por que os *Black business* têm um elevado índice de falência? Não há unanimidade acerca da resposta a estas questões, mas, de um modo geral, as respostas giram em torno de três importantes aspectos: a falta de recurso financeiro e dificuldade de acesso ao crédito, devido ao racismo nas instituições financeiras; ausência de cultura empresarial e do *background* familiar e o baixo grau de escolaridade dos negros.

Em que pesem os diferentes contextos em que estas pesquisas foram produzidas, há uma convergência entre os dois autores mencionados, no que se refere, sobretudo, à ausência de experiência, tanto nas atividades de empresários, quanto de executivos.

Retomando a análise mais geral apresentada sobre o Brasil, concluí-se que há uma distribuição desigual entre os grupos raciais nas ocupações não manuais. Do mesmo modo, constata-se a importância da educação na alocação dos estratos ocupacionais e averigua-se, também, que há um maior percentual de brancos nas ocupações não manuais, com escolaridade inferior a 12 anos ou mais de estudo. Enquanto isso, para os negros, a escolaridade elevada parece ser a condição *sine qua non* para exercerem atividades não manuais – o que demonstra que há outros mecanismos operando na seletividade do mercado de trabalho.

Ainda que o Brasil tenha sido tratado como um país homogêneo, a região Sudeste apresenta índices de escolaridade superiores aos da região Nordeste. Por isso, é importante investigar o comportamento dos grupos por região, com base na PNAD 1999. Historicamente, essas duas regiões têm sido analisadas como pólos opostos do desenvolvimento econômico

no país e, portanto, têm-se analisado todos os índices relativos às taxas de emprego, desemprego e renda, comparativamente. É conhecido o fato de que a região Nordeste concentra o maior percentual da população negra dentre as regiões brasileiras e, conseqüentemente, é também no Nordeste onde encontra-se o maior percentual da classe média negra. A média de renda e a média de escolaridade do Nordeste são inferiores às do Sudeste. É necessário entender comparativamente como se dá a distribuição em termos de escolaridade, renda e educação dos estratos não manuais dessas regiões, objetivando entender como isso se repercute na configuração da classe média negra.

TABELA 5 - ANOS DE ESTUDO SEGUNDO A COR/RAÇA DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS NAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE

Anos de Estudo	Nordeste			Sudeste			Total		
	Regiões	Branco	Negro	Outros	Branco	Negro	Outros	NE	SE
Até 3		38,4	49,9	43,9	18,1	30,7	14,7	46,4	22,3
De 4-8		32,5	33,6	28,1	42,4	48,4	28,3	33,3	44,3
De 9-11		20,6	13,9	17,8	25,4	17,7	25,3	15,9	22,8
12 e +		8,5	2,5	10,2	14,1	3,2	31,7	4,4	10,6
Total		100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA A PARTIR DA TABULAÇÃO DA PNAD (1999).

A região Nordeste apresenta comportamento similar ao descrito para o Brasil, já que à medida em que aumenta o grau de escolaridade diminui a presença de negros. Contudo, a diferença entre negros e brancos na região é levemente inferior ao verificado na média nacional. Entre os que têm até três anos de estudo, no Nordeste, o grupo negro é 11,3% superior ao branco, e 1,1% também superior aos brancos que têm entre 4 e 8 anos de estudo; nos dois níveis mais elevados, a participação dos negros é 6,7% menor do que o percentual de brancos com nove a 11 anos de estudo e 6,05% menor entre aqueles que têm 12 anos ou mais de estudo.

Investigando comparativamente os dados fornecidos pelas regiões para o ano de 1999, constatamos que a região Nordeste apresenta um

percentual muito elevado de pessoas com escolaridade até 3 anos, sendo este de 46,4%, contra 22,3% no Sudeste; inversamente, o percentual com 12 anos ou mais é menor no Nordeste (4,4%) do que no Sudeste (10,6%). Analisando primeiro os grupos segundo a cor em cada região, verificamos que no Nordeste, os negros são 49,9% até três anos de estudo, 33,6% de quatro a oito anos de estudo e apenas 13,9% de nove a 11 anos de estudo e 2,5% de 12 anos e mais; enquanto os brancos estão distribuídos da seguinte forma: 38,4% até três anos de estudo, 32,5% de quatro a 11 anos de estudo, 20,6% de nove a 11 anos de estudo e, finalmente, 8,5% em 12 anos ou mais de estudo.

A diferença entre negros e brancos na região Sudeste é superior à verificada no Nordeste em todos os níveis, sendo os percentuais mais elevados identificados na faixa até 3 anos de estudo, em que constatamos 12,6% de negros a mais que o percentual de brancos, e no nível mais elevado, 12 anos e mais, em que verificamos que os brancos são 7,7% superiores ao percentual de negros. Concentrando-se sobre o comportamento dos brancos nas duas regiões, podemos observar que o grupo branco no Sudeste é muito mais escolarizado que os brancos nordestinos. Ao analisar os dados relativos ao nível mais elevado de escolaridade (12 anos e mais), verificamos que os brancos escolarizados no Sudeste compõem 14,1%, enquanto que no Nordeste são apenas 8,5%. Entre aqueles que têm até 3 anos de estudo, os brancos nordestinos constituem-se por 38,4% contra apenas 18,1% no Sudeste.

Independentemente da região, o percentual de negros no nível de escolaridade mais elevado (12 e +) é bastante reduzido: 2,5% no Nordeste e 3,2% no Sudeste. Talvez, por esse motivo, a diferença entre a escolaridade dos negros nas duas regiões seja inferior à encontrada no grupo branco. Do mesmo modo, a diferença entre brancos e negros na mesma região é menor no Nordeste do que no Sudeste. A menor diferença entre a escolaridade de negros e brancos no Nordeste pode ser constatada também a partir do índice de dissimilaridade de 13,6% no Nordeste e de 18,6% no Sudeste.

Quando analisados os dados da cor relacionados ao estrato ocupacional das pessoas com 15 anos e mais em ocupações não agrícolas das regiões nordeste e sudeste, observa-se que, na região Sudeste, os negros em ocupações agrícolas formam apenas 29,1%, contra 51,3% de brancos



alocados nas ocupações não manuais. Já na região Nordeste, os negros compõem 34,7%, enquanto os brancos são 52,5%. Observando comparativamente as duas regiões, observar-se que o percentual de pessoas que exercem ocupações não manuais na região Nordeste (40,5%) é ligeiramente inferior ao do Sudeste (42,2%). De acordo com os dados da PNAD-1999 apresentados anteriormente, o percentual nacional é de 43,1%, o que demonstra que o percentual da região Nordeste é inferior ao da média nacional.

Já para o Nordeste há um maior equilíbrio entre os grupos e destaca-se apenas as ocupações de técnicos, artísticos e supervisão manual e empresário por conta própria, em que os negros são sobrerrepresentados, na primeira com 61,6% e na segunda com 63,6%.

TABELA 6 - OCUPAÇÃO POR EDUCAÇÃO SEGUNDO A COR/RAÇA NAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE

Ocupação/ Anos de Estudo	Até 3 anos		De 4 a 8 anos		De 9 a 11 anos		12 anos e +	
	Branca	Negra	Branca	Negra	Branca	Negra	Branca	Negra
Profissionais Universitários								
Nordeste	0,2	----	0,1	0,2	3,8	3,8	37,2	36,4
Sudeste	0,2	0,2	0,2	0,3	2,3	1,3	31,5	29,2
Dirigentes								
Nordeste	0,3	0,4	1,6	0,8	6,7	3,7	12,1	10,3
Sudeste	0,4	0,7	1,2	0,8	4,2	2,0	9,5	8,7
Empresário/Empregador								
Nordeste	2,3	0,8	3,3	1,7	5,9	3,0	7,7	5,2
Sudeste	1,2	1,4	3,7	0,9	5,4	1,9	9,1	2,7
Técnicos, Art. e Supervisão Manual								
Nordeste	2,1	1,0	5,6	5,3	21,1	22,9	17,8	22,6
Sudeste	1,9	4,3	4,5	3,7	15,9	15,2	19,9	23,6

Empresário Conta Própria								
Nordeste	11,7	8,3	8,2	6,4	6,2	4,3	2,6	2,7
Sudeste	6,2	3,8	5,0	3,2	4,4	3,0	3,2	2,5
Não Manual de Rotina								
Nordeste	4,9	3,8	13,0	10,4	32,1	29,2	19,1	17,2
Sudeste	5,6	4,9	13,3	10,3	34,5	32,7	19,8	21,8
Ocupações Manuais								
Nordeste	78,5	85,7	68,2	75,2	24,2	33,1	3,5	5,6
Sudeste	84,5	84,7	72,1	80,8	33,3	43,9	7,0	11,5

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA A PARTIR DA TABULAÇÃO DA PNAD (1999).

Analisando os dados da coluna 12 anos e mais, verificamos que, enquanto 93% dos brancos do Sudeste com escolaridade entre 12 ou mais anos de estudo estão alocados nas ocupações não manuais, os negros formam 88,6%. No Nordeste, os brancos são 96,5% e escolarizados os negros 94,4%. Já na coluna de 9 a 11 anos de estudo no Sudeste, os brancos são 66,7% escolarizados e os negros 56,1% e no Nordeste 75,8% de brancos escolarizados e 66,9% de negros. Ainda com relação ao Nordeste, 31,8% de brancos que têm entre 4 e 8 anos de estudo, contra 24,8% de negros, estão alocados nas ocupações não manuais, enquanto que no Sudeste somam-se 27,9% de brancos e 19,2% de negros nessas ocupações.

Mais uma vez, verifica-se que a diferença entre os percentuais de negros e brancos alocados nas ocupações não manuais são menores no Nordeste do que no Sudeste. Dada a menor escolarização das pessoas na região Nordeste, constatamos que um número mais elevado de pessoas com escolaridade entre 9 e 11, e entre 4 e 8 anos de estudo aloca-se nas ocupações não manuais. Isto pode ser verificado tanto para o grupo negro quanto para o grupo branco.

Do que foi exposto nesse item, conclui-se que o aumento de escolarização da população brasileira não significou uma redução das diferenças entre negros e brancos verificada através dos índices de dissi-

milaridade. Do mesmo modo, observa-se que as diferenças de escolaridade entre negros e brancos são menores no Nordeste, comparada ao Sudeste.

Até aqui, a análise foi dirigida à compreensão do desempenho dos grupos raciais nos diferentes níveis educacionais procurando entender o papel da educação na alocação dos grupos nos estratos não manuais. Contudo, não foi incluído a variável renda, indicador relevante que muito pode contribuir para a reflexão acerca da classe média.

## Perspectiva comparativa sobre a classe média

De acordo com a classificação proposta, na qual foram estabelecidas como critério identificador da classe média as ocupações não manuais, a classe média brasileira é composta de 30,3% de negros – em termos absolutos, 6.697.440 de indivíduos – e de 68,6% de brancos, o que corresponde a 15.146.649 indivíduos na população brasileira que ocupam atividades não agrícolas.

Analisando a distribuição ocupacional dos grupos independentemente da cor nas ocupações não manuais, percebemos que, no total, é a ocupação de dirigentes (6,7%) que absorve o menor percentual da participação dos grupos, seguido da categoria empregadores (8,7%). Inversamente, a categoria não manual de rotina detém o maior percentual (39,8%) no total, mas é também nesta categoria em que se observa a menor renda média por ocupação.

O resultado da soma do percentual de negros nas três primeiras ocupações é de 18,0%, contra 31,0% de brancos. Mais de 80% da classe média negra está situada nas ocupações de técnico, artísticos e supervisão manual, empresários por conta própria e nas atividades não manuais de rotina – ou seja, a classe média negra está situada majoritariamente entre as classes média-média e média-baixa.

Com base nos dados da PNAD de 1996,<sup>19</sup> busca-se entender a origem social da classe média brasileira a partir dos dados sobre a ocupação do pai. De acordo com os dados já apresentados, 44% da classe média bran-

---

<sup>19</sup> A PNAD de 1996 traz o suplemento de mobilidade, ou seja, a pergunta relativa à ocupação do pai.

ca é originária de famílias cujos pais exerciam atividades relacionadas às ocupações não manuais, contra 31,7% em relação aos negros. Dentre as ocupações não manuais, a ocupação que retém a maior participação dos grupos é a dos empresários por conta própria: 9,6% de negros e 10,4% de brancos. Surpreendentemente, 36,4% dos indivíduos negros de classe média são filhos de trabalhadores rurais, contra 26,3% em relação aos brancos. Provavelmente, esse elevado índice de pessoas da classe média com pais que têm ocupações rurais reflete a rápida transição ocupacional do país, até pouco tempo de estrutura eminentemente agrária.

Em um dos poucos trabalhos existentes sobre a classe média negra no país, Hasenbalg (1983) discorre sobre a configuração deste segmento da classe média no Rio de Janeiro com base nos dados do Censo Demográfico de 1980. De acordo com sua análise, a classe média negra urbana origina-se fora das ocupações não manuais, havendo maior predomínio das ocupações manuais urbanas. O autor conclui que

Os dados examinados sugerem que a pequena classe média baixa negra é de formação recente, sendo que em muitos casos o ingresso nas ocupações de nível não manual ocorre durante a trajetória ocupacional dos indivíduos. Este grupo, que emerge predominantemente do estrato de ocupações manuais urbanas, mantém uma identidade com a classe de origem e não somente está exposto à discriminação racial, como também tem uma percepção desenvolvida das barreiras raciais à sua ascensão social. (HASENBALG, 1983, p. 58)

A constatação feita por Hasenbalg nos anos 80 apresenta algumas diferenças com relação aos anos 90. A maioria da classe média negra ainda continua sendo recrutada entre os filhos(as) de trabalhadores manuais; contudo, 31,7% dos negros de classe média são filhos(as) de trabalhadores não manuais, ainda que saibamos que a grande maioria provém das atividades menos remuneradas e escolarizadas dentre as ocupações não manuais, sendo que apenas 8% são recrutados entre as quatro primeiras ocupações – profissionais universitários 2,9%; dirigentes 2,1%; empregadores 3,1%, contra 17,1% dos brancos.

De acordo com os dados referentes à renda média do trabalho principal e à média de anos de estudo para os grupos raciais, constata-se que os

negros têm menor escolaridade que os brancos nas mesmas ocupações. Também a média de renda é inferior à média dos brancos. Na média de anos de estudo, a menor diferença pode ser observada entre os profissionais universitários. Enquanto isso, a maior distância é percebida na categoria empresário por conta própria: brancos, 7,3 anos de estudo negros, 5,1 anos de estudo e entre os empregadores, em que os brancos têm em média 10,1 anos de estudo e os negros têm 8,1.

No que se refere à renda média do trabalho principal, os negros têm médias inferiores aos brancos em todas as ocupações. A maior distância é verificada na categoria empresário por conta própria, em que os negros chegam a perceber apenas 56% do valor da renda dos brancos, seguido dos dirigentes, na qual se verifica que os negros recebem 58,2% da renda média dos brancos. São as atividades não manuais de rotina em que se verifica uma menor diferença entre as médias de renda, já que os negros recebem 72,2% da renda média dos brancos.

Diante desses dados, pode-se concluir que, do ponto de vista da distribuição ocupacional, a classe média negra possui diferenças marcantes com relação à classe média branca. A Classe Média Negra (CMN) está muito menos representada dentre as categorias não manuais, que estão no topo das categorias ocupacionais, concentrando-se, fundamentalmente, nas ocupações que identificamos como sendo de classe média baixa. A escolaridade também é um fator importante: observamos que a CMN é menos escolarizada do que a CMB (Classe Média Branca) em quase todas as ocupações, excetuando-se as ocupações universitárias. Contudo, a maior diferença refere-se à renda, já que os negros chegam a receber apenas 56,6% da renda dos brancos, o que põe em xeque tanto o potencial de consumo da classe média negra como sua capacidade de acumular bens e os transmitir para as futuras gerações.

Com o intuito de investigar melhor a disparidade de renda entre brancos e negros é que foi lançada mão dos dados referentes à cor, ocupação e à renda das ocupações não manuais para os anos de 1988 e 1999.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> No período de referência (1988) a moeda brasileira era o cruzado novo.

TABELA 7 - RENDIMENTO MÉDIO DOS NEGROS COMO PORCENTAGEM DO RENDIMENTO MÉDIO DOS BRANCOS NOS ESTRATOS OCUPACIONAIS NÃO MANUAIS, BRASIL 1988-1999

Ocupação	Valor do rendimento mensal do trabalho principal	
	1988	1999
Profissionais Universitários	69,6%	60,3%
Dirigentes	61,9%	58,2%
Empresário/Empregador	73,6%	66,7%
Técnica, Artística e Supervisão	56,0%	62,5%
Empresário Conta Própria	66,2%	56,7%
Não manual de Rotina	70,7%	72,2%

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA A PARTIR DA TABULAÇÕES DAS PNADs (1988, 1999).

Os dados apresentados acima comprovam a manutenção da disparidade de renda entre os negros e os brancos em todas as ocupações. No ano de 1988, a diferença maior está nas atividades técnicos artísticos e supervisão manual, em que os negros recebem apenas 56% da média de renda dos brancos, enquanto a menor desigualdade é vista na atividade de empresário/ empregador, quando o rendimento médio dos negros é cerca de 73,6% do valor médio verificado entre os brancos. Em 1999, a maior distinção é percebida na ocupação de empresário por conta própria, já que os negros recebem 56,7% do valor da renda média dos brancos, e é menor nas atividades não manuais de rotina 72,2%.

Analisando comparativamente os anos de 1988 e 1999, percebe-se que houve uma pequena redução das diferenças de renda entre negros e brancos nas ocupações de técnicos, artísticos e supervisão manual e não manuais de rotina, no entanto, contrariamente, intensificou-se a diferença de renda nas outras ocupações, a saber profissionais universitários, dirigentes, empresários/empregadores e empresários por conta própria.

Na tabela seguinte, dados relativos à média de escolaridade e rendimento mensal segundo a cor e o sexo.

TABELA 8 - OCUPAÇÕES NÃO MANUAIS, VALOR DO RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL E MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO A COR/RAÇA E O SEXO - BRASIL, PNAD, 1999

Ocupação/Cor	Valor do rendimento mensal do trabalho principal		Anos de estudo	
	Branco	Negro	Branco	Negro
Profissionais Universitários				
Homens	2.322,89	1.490,50	14,41	13,45
Mulheres	1.205,78	738,19	14,16	13,34
Dirigentes				
Homens	1.997,80	1.168,27	11,75	9,93
Mulheres	1.229,02	692,07	12,41	11,39
Empresário/Empregador				
Homens	2.028,35	1.388,14	9,96	7,78
Mulheres	1.502,66	954,67	10,70	9,37
Técnica, Artística e Supervisão				
Homens	1.030,43	673,13	10,50	8,99
Mulheres	647,68	400,77	11,57	10,46
Empresário Conta Própria				
Homens	798,67	459,35	7,24	4,78
Mulheres	498,24	290,60	7,43	5,65
Não manual de Rotina				
Homens	647,13	458,47	10,26	8,24
Mulheres	478,31	337,00	10,26	9,48

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA A PARTIR DA TABELA DA PNAD (1999).

Os dados analisados demonstram que os negros ganham salários inferiores aos brancos em todas as ocupações, até mesmo naquelas em que a

diferença entre as médias de anos de estudo é quase inexistente, a exemplo dos profissionais universitários. E, quando acrescentamos o sexo à tabela inicial, percebemos que são as mulheres negras que recebem os menores salários do Brasil, ganhando em média cerca de 44,8% da renda dos homens brancos. Somente nas ocupações de profissionais universitários e técnicos artísticos e supervisão, os homens negros ganham salários superiores aos das mulheres brancas. Para os dirigentes, as mulheres brancas ganham 61,5% do valor do rendimento dos homens brancos, enquanto os homens negros recebem 58,4%. Na ocupação empresário/empregador, as mulheres brancas recebem 74% do rendimento dos brancos; já os homens negros, cerca de 68,4%. Entre os empresários por conta própria, os homens negros recebem 57,5% do valor do rendimento médio dos homens brancos e as mulheres brancas 62%.

Retomando a questão da diferença de renda entre os grupos, a questão que se coloca é: como explicar a manutenção das desigualdades de rendimento entre negros e brancos nas mesmas categorias ocupacionais? É conhecido o fato de que algumas ocupações são tão diversificadas internamente – como, por exemplo, empregador e empresários por conta própria –, que pode-se entender as diferenças de renda a partir da referência ao tamanho do empreendimento e ao tipo de serviços que oferece. Todavia, com relação aos profissionais universitários, às ocupações em que a escolaridade é muito elevada e nas quais não se verificam diferenças dos anos de estudo entre os grupos negros e brancos, esta argumentação não parece plausível.

Certamente, não se pode deixar de mencionar o racismo da sociedade brasileira e o modo como ele pode atuar nos critérios de seleção para contratação e remuneração dos trabalhadores negros. Esta me parece uma conclusão relevante, mas ao mesmo tempo não nos estimula a investigar a existência de outros fatores que contribuem para a disparidade de renda entre negros e brancos.

Em primeiro lugar, sugiro começarmos a partir de algumas considerações acerca da disposição da classe média em termos de regiões. De acordo com os dados analisados, 44,2% das pessoas ocupadas na região Sudeste e 41,5% no Nordeste estão alocadas nas atividades não manuais, o que, de acordo com a classificação proposta, são membros da



classe média. No Sudeste, os brancos nas ocupações não manuais constituem-se por 51,3% e os negros 29,1%, mas, no Nordeste, os brancos compõem 52,5% e os negros 34,7%.

Para averiguar mais uma vez a hipótese de que a diferença de renda entre a classe média negra e branca pode ser atribuída apenas às dessemelhanças econômicas regionais, foi necessário averiguar os dados relativos às regiões Nordeste e Sudeste.

TABELA 9 - OCUPAÇÃO, VALOR DO RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL E ANOS DE ESTUDO DOS GRUPOS OCUPACIONAIS, SEGUNDO A COR/RAÇA DOS HOMENS NAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE

Ocupação	Valor do rendimento mensal do trabalho principal		Anos de estudo	
	Branca	Negra	Branca	Negra
Profissionais Universitários				
Sudeste	2.396,95	1.636,92	14,46	13,21
Nordeste	1.944,33	1.198,34	14,20	13,49
Dirigentes				
Sudeste	2.214,37	1.246,57	11,87	9,91
Nordeste	1.436,34	1.031,47	11,66	9,79
Empresário/ Empregador				
Sudeste	2.243,40	1.388,67	10,41	7,86
Nordeste	2.130,49	1.286,85	9,36	8,05
Técnica, Artística e Supervisão Manual				
Sudeste	1.111,62	766,61	10,70	8,92
Nordeste	724,52	529,34	10,10	9,13
Empresário Conta Própria				
Sudeste	905,98	544,83	7,93	5,44
Nordeste	522,18	380,10	5,56	4,03

Não manual de Rotina				
Sudeste	694,85	495,51	9,53	8,27
Nordeste	488,98	372,80	9,28	7,95

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA A PARTIR DA PNAD (1999).

Em todas as ocupações e independentemente da cor, os nordestinos recebem rendas inferiores aos da região Sudeste. Na análise de renda entre negros e brancos, na região Sudeste, verifica-se que são dirigentes negros que recebem as menores rendas em comparação aos brancos na mesma ocupação, que chega a ser cerca de 56,2%. É nas atividades não manuais de rotina que esta diferença é menor, uma vez que os negros recebem o equivalente a 71,3% dos brancos. No Nordeste, a maior diferença é verificada entre os empregadores, em que se averigua que os negros recebem cerca de 60,4% da média dos brancos em igual atividade.

Desse modo, as diferenças de renda entre negros e brancos permanecem dentro das regiões, o que leva a problematizar a hipótese de que a defasagem de renda dos negros com relação aos brancos pode ser atribuída às dessemelhanças regionais. Indagamos sobre a existência de outras variáveis que ajudem a entender esta desigualdade. A maioria dos negros inserida na classe média faz parte da primeira geração de ascendentes e não tem consolidado o capital econômico, social e simbólico desfrutados pela maioria dos brancos inseridos na mesma posição. Provavelmente os membros da classe média negra não herdaram de seus familiares os bens materiais que contribuíram para o aumento de suas rendas, como, por exemplo, casas e apartamentos.

Nessa direção, é interessante mencionarmos o artigo de Harris Jr. (1999) sobre o aumento da classe média negra norte-americana, em que o autor argumenta que a classe média negra está baseada mais nos salários do que nos bens. De acordo com sua pesquisa, os casais negros têm 80% da renda dos casais brancos, mas somente 1/4 da riqueza. Os bens dos afro-americanos são casas e veículos. Os brancos têm investimentos mais diversificados, o que aumenta a renda e possibilita novos investimentos.

Harris também observa que, como resultado do aumento de escolaridade, os afro-americanos passaram a ocupar melhores atividades pro-

fissionais. Eles foram particularmente bem-sucedidos nos empregos da classe média no setor público. Mas, ainda que o setor público absorvesse os trabalhadores negros, eles não pagavam salários equivalentes ao setor privado. No setor privado, os afro-americanos exercem funções de técnicos, vendedores e funções religiosas. Mas provavelmente em um menor grau do que os brancos eles trabalham como executivos, administradores e têm posições de comando.

Com relação ao Brasil, ainda que não tenhamos tido políticas específicas de incentivos ao ingresso de negros a cargos mais elevados no mercado de trabalho, sabemos que o setor público tem sido importante na trajetória ascensional de muitos negros. Frequentemente, argumenta-se que o concurso público opera com critérios de seleção que amenizam prováveis ações discriminatórias que ocorrem em outros setores do mercado trabalho. Os dados da PPV mostram que, dentre os 10% das pessoas que estão situadas no topo da hierarquia salarial, a maioria é composta por empregados com carteira de trabalho assinada (36,7%), seguida dos 27,2% de funcionários públicos, sendo 25,7% de brancos e 32,2% de negros. Isso demonstra que o emprego público tem tido um peso maior para os negros do que para os brancos.

Parcela significativa (65,5%) da CMN é recrutada das atividades manuais e, mesmo quando os membros da CMN são filhos de trabalhadores não manuais, constatamos que apenas 8,1% são originários das ocupações de maior renda e *status* (profissionais universitários, dirigentes, empregadores, contra 26,6% de técnicos e supervisão manual, empresário por conta própria e não manual de rotina). Certamente, algumas consequências advêm da ausência de tradição na família das atividades desenvolvidas pelos filhos. Parece que, no exercício de algumas profissões liberais, a origem, representada pelo sobrenome, funciona como uma marca distintiva que confere legitimidade a muitos recém-formados. Este é o caso, por exemplo, dos advogados, que podem não apenas herdar a experiência, como também parcela dos clientes dos pais. O mesmo poderíamos dizer acerca das profissões de médico, dentista e psicólogo.

Um dos mecanismos mais eficazes para a obtenção de emprego no Brasil ainda é a indicação de parentes e amigos. Num trabalho sobre os traba-

lhadores da indústria petroquímica, Agier (1995) atenta para o fato de que parte significativa dos trabalhadores das empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari teve acesso ao emprego através da indicação ou da informação acerca do cargo através de parentes e/ou amigos que trabalhavam nas empresas.<sup>21</sup>

Mais uma vez recorre-se à literatura estrangeira com o objetivo de acrescentar informações ao entendimento acerca do tema. Escrevendo sobre a classe média chilena dos anos 1970, Lomintz (1994) destaca a importância do estabelecimento de uma rede, um mecanismo de reciprocidade entre as famílias da classe média. Esta rede possui regras tácitas, atitudes, tipos de participantes e de favores que podem ser solicitados, e funciona, sobretudo, entre as pessoas do mesmo nível socioeconômico para a obtenção de empregos e diversos cargos públicos. Uma vez que o indivíduo é beneficiado por outro, ele passa a ter um compromisso com o indivíduo ou com um dos membros de sua família, bem ilustrado na expressão “Hoje por ti, amanhã por mim”. Por fim, Lomintz observa que a amizade e a solidariedade do grupo antecedem ao mérito individual.

Existem poucos trabalhos com informações que permitam estabelecer comparações sobre os mecanismos de mobilidade e a importância de uma rede de contatos entre os membros da classe média. Contudo, é mencionado na literatura o fato de alguns negros serem apadrinhados por famílias brancas, embora não sejam explicitadas as regras segundo as quais este benefício se fundamentava, nem qual era o perfil dos participantes e que tipo de compromisso com os padrinhos tinham os beneficiados. (AZEVEDO, 1996; SPITZER, 2001) Porém, a característica mais marcante do apadrinhamento é a relação de classe assimétrica entre os membros.

Tudo isso demonstra a importância de investir esforços no sentido de recuperar a importância das redes sociais na obtenção de empregos entre os membros da classe média.

---

<sup>21</sup> Ainda que a pesquisa de Guimarães tenha sido realizada com operários e não com membros da classe média, esta parece ser uma conclusão relevante, na medida em que mostra um dos mecanismos para obtenção de emprego.

## Diferenças regionais e avaliação subjetiva da classe

Os dados até agora apresentados oferecem um mapeamento geral da configuração da classe média brasileira, mas não permitem inferir questões relativas ao comportamento ou sobre a perspectiva de vida de um grupo que, embora tratado de forma homogênea pelas Ciências Sociais, apresenta grandes diferenças em termos de escolaridade, renda e ocupação. Algumas questões podem ser investigadas à luz dos dados quantitativos disponíveis na PPV, realizada nas regiões Nordeste e Sudeste, 1996-97, através da análise dos dados relativos à avaliação sobre as condições sociais, educação, saúde, segurança pública e a renda, presentes na Seção 15, o que foi considerada como uma avaliação subjetiva ou simbólica da posição de classe social.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer alguns dos procedimentos adotados. Diferentemente do critério de classe anteriormente estabelecido – o das ocupações não manuais –, a identificação de classe agora é dada através da análise do quartil superior de renda domiciliar *per capita*, a unidade de análise é a família, visto que somente o chefe do domicílio respondeu às questões referentes à seção XV da pesquisa PPV. Os dados sobre a composição racial da família se estabeleceram a partir da declaração da cor do chefe e da cor do cônjuge. Assim, as famílias brancas são aquelas em que o chefe e o cônjuge são brancos; as mistas são aquelas em que um dos membros é branco e o outro não branco (preto ou pardo) e as famílias negras são aquelas em que os membros são pretos ou pardos.

Dentro do quartil superior de renda, as famílias nordestinas têm um nível de renda média (para todos os quartis) inferior ao das famílias situadas no Sudeste. A diferença entre a renda média das famílias brancas do Sudeste com relação às do Nordeste é de 21%, e das famílias negras, 22%. Dentro da mesma região, observamos que as famílias brancas têm renda superior às famílias negras e mistas. No Nordeste e no Sudeste, a diferença média de renda entre as famílias negras e brancas é de 52% no quartil superior de renda.

TABELA 10 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS FAMÍLIAS E AVALIAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO E VESTUÁRIO DAS PESSOAS INSERIDAS NO QUARTIL DE RENDA SUPERIOR DA PPV.

Cor da Família	Branca	Negra	Mista	Total
<b>Regiões</b>				
Nordeste	20,7%	58,1%	53,2%	33,1%
Sudeste	79,3%	41,9%	46,8%	66,9%
<b>Anos de Estudo</b>				
Até 3	6,8%	9,2%	6,0%	7,3%
De 4 a 8	32,1%	39,8%	33,6%	34,1%
De 9 a 11	29,0%	29,9%	32,8%	29,6%
12 e +	32,1%	21,1%	27,6%	29,0%
<b>Avaliação da Educação</b>				
Muito boa	21,6%	12,5%	15,2%	18,7%
Boa	48,4%	48,5%	54,4%	49,1%
Regular	25,3%	31,8%	27,2%	27,1%
Ruim	3,5%	6,1%	3,2%	4,1%
Muito ruim	1,2%	1,1%		1,1%
<b>Avaliação da Saúde</b>				
Muito boa	20,5%	12,8%	17,6%	18,4%
Boa	53,8%	53,6%	49,6%	53,3%
Regular	18,2%	23,0%	25,6%	20,1%
Ruim	5,5%	8,7%	5,6%	6,3%
Muito ruim	2,0%	1,9%	1,6%	1,9%
<b>Avaliação da Habitação</b>				
Muito boa	19,9%	8,3%	16,8%	16,9%
Boa	57,9%	53,3%	52,8%	56,5%
Regular	18,0%	29,4%	23,2%	21,3%
Ruim	3,4%	7,9%	6,4%	4,8%

Muito ruim	0,8%		0,8%	0,6%
Avaliação do Vestuário				
Muito boa	15,4%	6,4%	12,8%	12,4%
Boa	60,2%	52,8%	55,2%	57,9%
Regular	21,9%	38,5%	31,2%	26,8%
Ruim	3,9%	2,3%	0,8%	2,6%
Muito ruim	0,4%			0,3%
Avaliação do Trabalho				
Muito boa	12,0%	7,2%	8,8%	10,5%
Boa	44,0%	40,5%	44,8%	43,3%
Regular	32,3%	40,5%	37,6%	34,8%
Ruim	9,0%	9,5%	8,0%	9,0%
Muito ruim	2,7%	2,3%	0,8%	2,4%

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA A PARTIR DA PPV – NORDESTE E SUDESTE (1996, 1997).<sup>22</sup>

Em termos gerais, a distribuição das famílias de Classe Média (CM) está dividida da seguinte forma: 67% das famílias de CM estão concentradas na região Sudeste e 33% na região Nordeste do país. No que se refere à composição étnico-racial, 79% das famílias de CMB estão no Sudeste e 21% no Nordeste, enquanto 58% das famílias de CMN encontram-se no Nordeste e 42% no Sudeste. Estas diferenças correspondem à composição étnico-racial das regiões.

Apenas 7,3% dos chefes de família têm até três anos de estudo, surpreendentemente; a maioria dos chefes de família de CM – 34,1% – tem entre 4 e 8 anos de estudo. Este percentual é ainda maior para as famílias negras: 39,8%. Ao grupo branco pertencem 32,1% dos indivíduos com a taxa de escolaridade mais elevada, ou seja, mais de 12 anos de estudo, contra 21,1% dos negros na mesma situação.

<sup>22</sup> A tabela original continha a avaliação dos seguintes itens: educação, saúde, habitação, segurança pública, lazer, alimentação, vestuário, trabalho e transporte. Os dados aqui apresentados referem-se apenas a cinco deles.

Ainda com relação aos dados, foi realizado um mapeamento geral da composição da unidade familiar, a partir dos dados sobre a escolaridade do chefe, o tipo de família, o número de filhos e o número de parentes que não fazem parte da família nuclear e que moram no domicílio. Nesse sentido, as famílias são muito semelhantes: a maioria, 44,2%, é composta pelo casal com filhos e sem parentes. A taxa de casal sem filhos no grupo branco – 14,8% – é ligeiramente superior ao do grupo negro: 10,6%. Chamou a atenção o percentual de domicílios unipessoais – 16,5% – da amostra; no que se refere, porém, à divisão por grupo de cor, não há grande variação, sendo 18,4% do grupo branco e 18,9% do grupo negro.

Constata-se também que 37,6% dos domicílios de classe média não têm filhos e 60,1% têm até três filhos, sendo que o número de famílias que têm até dois filhos é de 49,7%, enquanto apenas 10,4% das famílias têm três filhos. Independentemente da variável cor, os domicílios de classe média se diferenciam pouco em termos da estrutura familiar.

No que se refere à posição na ocupação, os empregados com carteira representam 34,8% da amostra, seguidos de 22,8% de funcionários públicos, 19,6% de trabalhadores por conta própria e 14,6% de empregadores. O percentual da participação dos negros no serviço público – 30,9% – é superior ao dos brancos, com 20,8%. Entre os brancos, a categoria de trabalhador por conta própria, 23%, e empregador, 16,6%, somam 39,6%, enquanto que, entre os negros, o trabalhador por conta própria representa 14,2% e os empregadores, 8,8%, somando 23%. É importante notar que o percentual de empregados negros sem carteira – 9,3% – é superior ao do grupo branco, que é de 6,7%.

No setor de atividades, o comércio varejista concentra a maior participação dos grupos, com 12,6%, seguido dos empregados na indústria moderna, com 10,7%. Na indústria moderna, o grupo branco, com 11,3%, é superior ao dos negros, com 8%. A participação dos negros é maior na administração pública, de defesa e de segurança: 14,1% contra 9,3% de brancos, seguido de alojamento e alimentação – 13,6% de negros e 2,2% de brancos.

De um modo geral, o grupo branco tem uma avaliação mais positiva para todos os itens. Excetuando-se a avaliação sobre a segurança pública e o lazer, todos os itens são avaliados positivamente (marcados como “mui-



to bom” e “bom”) por mais de 50% dos chefes dos domicílios. A segurança pública foi o item pior avaliado: 6,9% de brancos a consideraram como muito boa, enquanto que apenas 3,0% dos negros fizeram o mesmo. Além disso, 22,6% dos brancos e 23% dos negros consideraram-na ruim.

Os itens relativos à educação, saúde e habitação gozam de uma avaliação mais positiva do que a dos demais itens. No que se refere à educação, 21,6% dos brancos a avaliaram como muito boa, contra 12,5% dos negros. Brancos e negros, somando 48%, avaliaram como boa a educação. Com relação à saúde, 20,5% dos brancos e 12,8% dos negros a avaliaram como muito boa; já a habitação é tida como muito boa por 19,9% dos brancos e por apenas 8,3% dos negros.

Diante destes dados, uma questão pode ser formulada: o que faz com que o grupo branco tenha uma avaliação mais positiva que o grupo negro com relação aos itens mencionados? Podemos argumentar que a maioria dos negros inseridos na classe média faz parte da primeira geração de ascendentes e não tem consolidado o capital econômico, social e simbólico desfrutados pela maioria dos brancos inseridos na mesma posição.

Já na década de 50, Costa Pinto (1998) referia-se à existência de segregação espacial no Rio de Janeiro, claramente identificada na polaridade entre as Zonas Sul e Norte, ou entre o “asfalto” e a “favela”. Telles (1993) retoma o debate sobre a segregação espacial nas cidades brasileiras numa perspectiva comparativa com os Estados Unidos. A segregação espacial no Brasil une as perspectivas de raça e classe os bairros identificados como típicos de classe média contam com melhor infraestrutura, saneamento, transporte, e são habitados, na maioria das vezes, por famílias brancas, o que contribui para uma avaliação mais positiva feita pelos brancos.

Além disso, uma outra hipótese pode ser aventada. A maioria da CMN está concentrada no Nordeste, que, de um modo geral, possui uma infraestrutura inferior à do Sudeste. Poderíamos argumentar o mesmo para a educação e a saúde. Estes fatores poderiam influenciar de forma determinante as avaliações das famílias negras.

Os itens relativos ao lazer e ao vestuário, aspectos constantemente associados à cultura negra, não foram avaliados de forma muito diferenciada entre negros e brancos, sendo o lazer avaliado como muito bom por 15,4% de brancos e 6,4% dos negros. Quanto ao vestuário, 60,2% dos

brancos e 52% dos negros avaliaram-no como bom. Paralelo a isso, 8,6% dos brancos e 6,4% dos negros avaliaram o lazer como muito bom, 22,3% dos negros e 15,6% dos brancos consideraram o lazer ruim.

No que diz respeito às expectativas de renda, as famílias brancas fazem uma avaliação diferenciada das famílias não brancas, uma vez que as brancas tendem a estabelecer renda superior quando perguntadas sobre o valor de renda boa, suficiente e até mesmo insuficiente para a manutenção da família. A renda média das famílias brancas é de R\$ 3.909,00, enquanto que a das famílias negras é de R\$ 3.434,00 e a das famílias mestiças é de R\$ 4.412,00. Quando indagados sobre a menor renda mensal para uma família de quatro pessoas sobreviver, as famílias brancas disseram R\$ 1.506,80; as negras R\$ 1.075,79. Foi feita a seguinte questão: qual a opinião sobre renda necessária para alimentação de uma família com quatro pessoas? A família branca tem como média R\$ 497,13 e as negras R\$ 428,08. Quando a questão era relativa à renda necessária para cobrir gastos com alimentação, as famílias brancas responderam R\$ 1.830,16 e negras R\$ 1.382,46. Outra questão levantada foi: levando em conta a situação atual de sua família, qual a renda mensal você consideraria: boa, suficiente, insuficiente ou ruim? Com relação à renda boa, os entrevistados brancos responderam R\$ 3.718,05 e negras R\$ 1.382,45; à renda suficiente, os brancos estabeleceram R\$ 2.314,08 e os negros R\$ 1.682,92 e, finalmente, com relação à renda ruim, os brancos mencionaram o valor de R\$ 517,71 e os negros R\$ 334,84.

Nota-se que a diferença real entre as médias dos grupos negros e brancos inseridos no quartil superior é de 23%. Contudo, nota-se uma ligeira acentuação das distâncias (24% a 36%) tanto do ponto de vista das expectativas positivas (renda boa e renda suficiente) quanto das negativas (menor renda, renda insuficiente e ruim). Este fato permite indagar sobre a permanência desta distância nas avaliações subjetivas – em outras palavras, questiona-se: o que levaria um chefe de família negro a estimar um valor mais baixo para a sobrevivência de uma família com quatro filhos, ou até mesmo estipular uma renda menor, quando a pergunta é sobre o valor da renda suficiente para a manutenção da família? Sugerimos que estes dados apontem para a importância da interiorização das diferenças reais e simbólicas entre negros e brancos.

TABELA II - QUARTIS DE RENDAS MÉDIAS NA REGIÃO NORDESTE

Quartis de renda/ Cor/Raça da família	Branca	Negra	Mista
1	211,40	145,41	146,94
2	366,70	256,64	291,78
3	719,68	498,65	663,35
4	1.634,43	1.165,47	1.87,35
Média/total	616,36	296,85	427,79

Quartis de renda/ Cor/Raça da família	Branca	Negra	Mista
1	339,58	210,17	210,75
2	525,08	345,67	394,24
3	836,62	591,09	429,02
4	2.011,90	1.734,32	1.434,19
Média/total	779,96	380,20	408,00

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA A PARTIR DA PPV – NORDESTE/SUDESTE (1996, 1997).

Mantendo a avaliação no quartil superior de renda, as diferenças entre negros e brancos permanecem. Contudo, é importante notar que, entre as famílias brancas, a diferença real de renda entre o quartil inferior e superior é de 7,7 vezes, ao passo que na avaliação subjetiva cai para quatro vezes. Com relação às famílias negras, a distância real é ainda maior, oito vezes; já na avaliação subjetiva, ela é de 3,8 vezes.

Entretanto, as avaliações de renda realizadas por negros e brancos no quartil superior tendem a diminuir com relação aos dados agregados das duas regiões. No que se refere à menor renda, o percentual dos dados agregados era de 29%, ao passo que na avaliação por região cai para 21%. Com relação à renda boa, ocorre o mesmo: 26% de diferença para os bran-

cos nos dados agregados, contra 20% na região Nordeste. Já a distância entre negros e brancos com relação à renda ruim cai de 36% para 26%.

As diferenças de média de renda entre negros e brancos vão diminuindo progressivamente do quartil inferior para o quartil superior. No quartil 1, a diferença é de 42%; no quartil 2 é 35%; no quartil 3 é 30% e, finalmente, no quartil 4 é 14%. Na região Nordeste, a diferença entre os quartis permanece relativamente constante, variando entre 32% a 29%.

A diferença real das médias de renda entre brancos e negros inseridos no quartil superior no Nordeste é de 29%, contra 14% no Sudeste. Ainda com relação ao quartil superior, as avaliações subjetivas tendem a aumentar a distância entre negros e brancos no Sudeste. Na questão sobre a menor renda necessária, o grupo branco mantém um valor 35% superior aos negros, ocorrendo o mesmo com relação à renda boa – 42% –, e à renda ruim – 48%.

No que se refere às ocupações, há bastante diferença em termos de renda e educação, o que se leva a fazer uma distinção entre a classe média alta (composta pelos profissionais universitários, pelos dirigentes e pelos empresários/empregadores), a classe média-média, (composta por ocupações técnicas, artísticas e supervisão manual) e a classe média-baixa (composta pelos empresários por conta própria e pelas atividades não manuais de rotina). Destaca-se também o fato de a grande maioria da classe média negra estar localizada dentro das ocupações não manuais de menor remuneração.

A escolaridade também é um fator importante, já que a CMN é menos escolarizada do que a CMB em quase todas as ocupações, exceto nas ocupações que necessitam do curso universitário. Entretanto, a maior diferença diz respeito à renda, pois os negros chegam a receber apenas 56,6% da renda dos brancos, o que põe em xeque tanto o potencial de consumo da classe média negra como sua capacidade de acumular bens e os transmitir para as futuras gerações.

Além disso, foi mencionado o fato de 44% da classe média branca ser originária de famílias cujos pais exerciam atividades não manuais, em comparação a 31,7% dos negros. A partir da análise dos dados sobre educação e renda, verificamos que os negros são menos escolarizados e possuem rendas médias bem inferiores à renda média dos brancos. Nos dados

relativos às regiões, observamos que as diferenças de escolaridade e renda entre negros e brancos são menores na região Nordeste do que no Sudeste. Provavelmente isso se deve à menor escolaridade do Nordeste com relação ao Sudeste. Um outro dado importante refere-se ao percentual elevado de brancos com escolaridade entre nove e 11 e quatro e oito anos de estudo, que estão alocados nas ocupações não manuais em relação aos negros.

A grande maioria dos negros inserida na classe média faz parte da primeira geração de ascendentes e não tem consolidado o capital econômico, social e simbólico desfrutados pela maioria dos brancos inseridos na mesma posição. Provavelmente os membros da classe média negra não herdam de seus familiares os bens materiais que contribuíram para o aumento de suas rendas, como por exemplo casas e apartamentos, vivendo praticamente em função dos salários.

Com base nos dados da PPV, foram realizadas algumas considerações acerca da interiorização das diferenças entre negros e brancos que aparecem nas avaliações dos itens mencionados. Concluímos que, independentemente das diferenças regionais, as expectativas de renda entre negros são inferiores àquelas estimadas pelos brancos. As diferenças de rendas médias entre negros e brancos ultrapassam o plano real, permeando a subjetividade dos indivíduos.

## ORIGEM, ESTRUTURA E TRANSFORMAÇÃO DA *BLACK MIDDLE CLASS*

É importante lembrar que constituiu o campo dos estudos sobre as relações raciais brasileiras a comparação com os Estados Unidos. Entretanto, a maioria dos pesquisadores apenas compara o sistema de classificação racial entre os dois países e as consequências disso na dinâmica das relações raciais e na construção da identidade negra. Frequentemente, os autores encaram as relações raciais em um país de forma positiva e em outro de maneira negativa. Além disso, constata-se o estabelecimento de hierarquias e tendências interpretativas que priorizam o modo de manifestação da identidade negra e os ganhos políticos obtidos pela população negra nos Estados Unidos em oposição aos negros brasileiros, sempre considerados como negros não assumidos. Historicamente, as Ciências Sociais, principalmente a Antropologia, têm se constituído como uma disciplina comparativa, uma vez que, ao realizarem seus trabalhos empíricos em diferentes sociedades, os antropólogos acabam estabelecendo uma comparação com os códigos e valores de sua própria sociedade. Assim, parece inevitável que o olhar do pesquisador dirigido ao outro grupo não seja permeado por suas representações sociais.

No que se refere às relações raciais, tradicionalmente as pesquisas têm sido realizadas por pesquisadores norte-americanos no Brasil, e muito pouco temos tido a oportunidade de inverter essa posição, criando a possibilidade de pesquisadores brasileiros realizarem seus estudos na sociedade estadunidense. Ainda que não tenha sido realizada uma pesquisa empírica com os negros norte-americanos, há uma razoável bibliografia acerca da *Black middle class*, o que permite refletir sobre a importância e os limites dos estudos comparativos. No Brasil, é praticamente impossível falar sobre a classe média negra sem que haja referências à *Black middle class*; mas até que ponto é possível comparar estes grupos? Quais são os

termos em que é possível estabelecer a comparação, e em que medida ela ajuda a entender melhor a classe média negra brasileira?

A construção teórica e interpretativa sobre a classe média negra teve origem nos Estados Unidos e, como não poderia deixar de ser, refletia os anseios, as necessidades e as expectativas dos negros norte-americanos da primeira metade do século passado. Naquele período, havia – e ainda há – uma relação complexa entre os termos, mobilidade e/ou ascensão social, desenvolvimento econômico, emancipação política e solidariedade entre os negros de diferentes classes sociais. Essa correlação também está presente nas interpretações sobre a ascensão social dos negros no Brasil, sendo que, aqui, a ênfase é atribuída à conexão entre os aspectos relativos à mobilidade e à solidariedade entre os negros. Conquanto a dinâmica das relações raciais e o sistema de classificação da cor sejam diferentes nos dois países, há uma inclinação para a observância de questões similares e rejeição de algumas das dinâmicas das relações raciais brasileiras. Certamente existem diversos pontos em comum – o racismo e a discriminação racial existem nas duas sociedades –, mas será que esta cruel semelhança é suficiente para efetivarmos uma estreita comparação entre os países? Ou será que os diferentes processos de interação raciais só nos permitem confrontar nuances das duas sociedades?

Sem retirar o mérito dos estudos comparativos, é sempre bom lembrar que os negros são 12% da população norte-americana, enquanto que no Brasil estes compõem 45% do total da população. Nos Estados Unidos, houve um passado de segregação racial oficial e hoje em dia há também uma longa história de separação entre os grupos formados pelos imigrantes, dados que diferem aos da história Brasileira. Em que pese o fato de os negros norte-americanos não se comportarem de modo similar às minorias étnicas, como muitos gostariam, eles tendem a utilizar um discurso semelhante no que diz respeito, principalmente, à solidariedade entre os negros.<sup>23</sup>

Dada a história das relações raciais nos Estados Unidos, a mobilidade dos negros se efetivou inicialmente devido ao sistema de segregação racial rígido e ao fato dos brancos se recusarem a oferecer serviços aos ne-

---

<sup>23</sup> Um dos textos de Frazier sobre os negros em Chicago demonstra que a conduta dos negros difere de algumas interpretações sobre o comportamento das minorias étnicas naquela cidade.

gros. A pequena burguesia negra concentra-se, principalmente, no setor de serviços. Já a literatura sobre a ascensão dos negros no Brasil descreve três mecanismos básicos de mobilidade social que implica, necessariamente, em uma relação de subordinação com os brancos, conforme veremos mais adiante.

Isso demonstra o quanto é distinta a estratégia de mobilidade empregada pelos negros em diferentes contextos, o que, de certo modo, dificulta a atribuição de um mesmo significado à classe média negra nos dois países. Em primeiro lugar, é importante lembrar que a mobilidade social dos negros, enquanto grupo, iniciou-se nos Estados Unidos antes da década de 60 e intensificou-se a partir da década de 70, inclusive como resultado das políticas de ações afirmativas implementadas pelo governo americano. No Brasil, provavelmente, esta é a primeira vez que um grupo de negros, ainda que reduzido, ocupa melhores posições no mercado de trabalho, constituindo-se numa pequena classe média.<sup>24</sup> Aqui, também, nunca houve políticas governamentais específicas que visassem reduzir as desigualdades entre negros e brancos. Para finalizar, é importante observar que as rendas médias brasileiras são inferiores às norte-americanas.

Do que foi exposto anteriormente, pode-se notar que há diferenças significativas entre as ocupações, a escolaridade e, principalmente, a renda de negros e brancos. Destaquei também o fato de que a classe média negra está mais concentrada na região Nordeste, mas que isso não justifica inteiramente a distinção de renda entre os grupos, já que as mesmas permanecem no interior das regiões.

Verifica-se que parcela significativa dos negros de classe média é de filhos de trabalhadores manuais, o que significa que a classe média negra é de origem recente – ressaltamos também que a maioria dos negros de classe média está alocada nas ocupações não manuais de menor escolaridade, *status* e renda. Delineadas algumas das diferenças entre negros

---

<sup>24</sup> De acordo com a literatura brasileira, há indícios de que houve mobilidade individual social dos negros no passado mais remoto; trabalhos realizados na Bahia verificam que houve mobilidade dos negros-mestiços, enquanto grupo, na década de 50, período da instalação da Petrobras e 70, início das atividades do Pólo Petroquímico de Camaçari. As pesquisas quantitativas realizadas, posteriores a esse período, atestam as transformações estruturais ocorridas na sociedade brasileira que favoreceram a mobilidade de diversos grupos, inclusive os negros. Contudo, esta é a primeira vez que a classe média negra torna-se simbolicamente importante.



e brancos de classe média, gostaríamos de salientar que há também diferenças entre os grupos quando a comparação é feita por regiões; por exemplo, os brancos da região Nordeste são menos escolarizados e recebem rendas inferiores aos do Sudeste, o mesmo ocorrendo com os negros. Isso significa que, ao empregar a expressão classe média, estamos homogeneizando um grupo que, mesmo do ponto de vista dos dados objetivos, apresenta grandes diferenças internas.

O objetivo deste capítulo é discorrer sobre o processo de formação, desenvolvimento e transformação da *Black middle class*, bem como analisar algumas questões relativas aos empreendimentos de propriedade dos negros norte-americanos. Somente após apresentar as informações acerca destes temas, introduzirei os dados acerca dos empresários negros brasileiros.

Certamente, esse recorte é um tanto quanto arbitrário, visto que não há marcos específicos que delimitem tais rupturas. Entretanto, grande parte da bibliografia consultada assinala algumas transformações ocorridas tanto na sociedade americana como no interior da comunidade negra, e isso acabou repercutindo nas estratégias de mobilidade utilizadas pelos negros na relação com os brancos, na interação entre os negros de diferentes camadas sociais, na forma com que a comunidade negra tem se organizado politicamente e nas interpretações de diferentes autores acerca disso. Gostaria de citar um exemplo que me parece bastante elucidativo: quando fiz o levantamento bibliográfico sobre o tema, dei-me conta de que o termo *Black Business* só aparecia até a década de 70, já que, depois disso, não há mais o uso dessa expressão. Todavia, ao ler os textos referentes ao tema, tornei-me ciente de que havia, naquele período, um projeto político diferenciado da proposta econômica levada a cabo pelos empresários negros da década de 80 e 90, conforme veremos mais adiante.

## Origem da burguesia negra

Antes de adentrarmos mais especificamente à *Black Bourgeoisie* descrita por Franklin Frazier (1975), é importante enfatizar alguns aspectos que foram abordados sobre a origem da classe média negra, uma vez que, independente do local em que foram realizados os estudos, há uma convergência na opinião de diversos autores sobre a origem de um grupo

de negro-mestiços que ocupavam posições intermediárias no período escravista.<sup>25</sup>

De acordo com Frazier, antes da guerra civil, a propriedade de terra e de bens imóveis eram o principal meio para os negros libertos adquirirem riqueza. Em alguns lugares, os negros exerciam funções de açougueiros, carpinteiros, alfaiates, pintores, moleiros e lidavam com alguns negócios associados à culinária, atividades que não envolviam a competição com os imigrantes brancos. Nas cidades, a *Black Bourgeoisie* constituiu-se inicialmente como o resultado de um mundo segregado em que os brancos rejeitavam oferecer serviços para os negros. Assim, a burguesia negra era, em grande parte, constituída de profissionais que atuavam no comércio, principalmente no setor de serviços, como, por exemplo, em barbearias, salões de beleza, lavanderias e tinturarias, casas de artigos funerários e lojas de sapateiros.

Posteriormente, a burguesia negra passou a ser constituída, principalmente, por negros que exerciam as atividades de *White Collar*. Ainda que Frazier faça uma rápida referência à mudança do perfil das atividades desenvolvidas pela burguesia negra, essa mudança repercutirá de um modo bastante significativo no interior da comunidade negra, conforme veremos mais adiante. Para Frazier, os critérios de identificação da burguesia negra emergente estavam pautados na educação e no comportamento, em vez dos critérios de ocupação e de renda. A estratificação era descrita da seguinte forma:

No alto da pirâmide social havia uma pequena classe mais alta. O status superior dessa classe se devia principalmente à sua diferenciação da grande massa da população negra devido à herança familiar que resultava em parte da mistura de ancestrais. A herança familiar consistia em parte de tradições de comportamento civilizado e eficiência econômica. A cor clara da pele de seus membros era indicativo não só de ancestrais brancos, como de descendência de negros que tinham sido libertos antes da Guerra Civil, ou seja, aqueles que tinham usufruído das vantagens de terem servido na casa dos senhores. Essa classe superior constantemente incorporava aqueles negros que ti-

---

<sup>25</sup> O trabalho de Frazier foi publicado pela primeira vez em francês e em 1957 foi traduzido para o inglês. Sua pesquisa recobre um grande período.

nam conseguido se educar nas escolas financiadas pela filantropia nortista. (FRAZIER, 1975, p. 10, tradução nossa)

Referindo-se ao Caribe, Williams (1994) discorre sobre a emergência de uma camada intermediária no sistema escravista, já denominada por ele de classe média negra. Na verdade, esta classe média negra era mestiça e reivindicava a sua cor, ou sua ascendência branca, para rejeitar o trabalho escravo. Alguns mestiços foram incentivados por seus pais a estudarem e logo se tornaram doutores e passaram a ocupar importantes funções na burocracia e no legislativo. O autor considera que, sendo a brancura um símbolo de *status* na sociedade caribenha, os homens e mulheres mestiços se casavam preferencialmente com brancos.

Ainda que Williams (1994) considerasse que a situação dos mestiços caribenhos fosse totalmente diferente da experiência dos negros norte-americanos, Kronus (1971) julga que os mulatos, principalmente os mulatos de pele clara e de aparência caucasóide, foram mais bem tratados do que as pessoas de aparência física mais negra, o que levou os mulatos a se verem como um grupo distinto dentro da comunidade negra norte-americana.

Para Kronus (1971), a identificação característica da *Black middle class* esteve historicamente centrada na cor e na ocupação, esta última entendida como sendo os trabalhos desenvolvidos próximos dos brancos. De acordo com ele, os membros da *Black middle class* esforçavam-se por obter educação, aderiam aos valores e ao estilo de vida dos brancos, enfatizavam a maneira correta de falar, de vestir, e adotavam a visão de mundo dos brancos. Por isso, a identificação da *Black middle class*, no passado, efetivava-se a partir dos critérios de respeitabilidade ou moralidade, refinamento ou cultura, pele clara e/ou ancestral branco, *background* familiar e propriedade. Além disso, a classe média nascente estava preocupada em se afastar da massa e em assegurar sua própria posição.

Em ambos os casos verificamos que a burguesia, ou a classe média negra, foi originalmente constituída de um grupo de negros-mestiços que se beneficiou do *status* positivo atribuído à pele clara e alguns desses negros-mestiços foram favorecidos pelo ancestral branco, que proporcionou o acesso à educação formal.

## Da *black bourgeoisie* à *black middle class* dos anos 90

Frazier inicia o seu trabalho fazendo uma alusão às diferenças entre os negros que residiam no Norte e no Sul dos Estados Unidos. Até a Primeira Guerra Mundial, apenas 1/10 dos negros nos Estados Unidos se encontravam no Norte, que era mais industrializado e atraía o imigrante negro do Sul predominantemente agrário. Ainda que houvesse preconceito racial nas duas regiões, no Norte inexistia uma barreira de cor rígida para o emprego dos negros em certos tipos de ocupações, além de melhores oportunidades educacionais e a ampliação das oportunidades de trabalho. Tudo isso levava a uma maior possibilidade de mobilidade social – e os negros norte-americanos, efetivamente, acreditavam nisso.

Além disso, havia um investimento da filantropia nortista, tanto no Norte como no Sul, voltado para a educação dos negros. Assim, as primeiras escolas direcionadas para os negros não surgiram do investimento público, e sim de ações privadas; primeiro como o resultado da atuação dos negros livres e, depois, como consequência da filantropia branca. Os primeiros negros que tiveram acesso à educação foram educados por professores brancos e precisavam aderir aos valores morais e comportamentais da burguesia branca, e os primeiros professores negros, inevitavelmente, também reproduziam o modelo e as informações burguesas que obtiveram na sua formação.

A partir da soma de diferentes fatores, tais como ancestralidade branca e educação burguesa, e da adesão aos valores morais e comportamentais dos brancos, tais como a rejeição das atividades sexuais pré-nupciais, o jogo de cartas e a dança, o autor delinea a característica mais marcante da burguesia negra: o complexo de inferioridade. Este complexo resulta do distanciamento da burguesia negra de suas tradições raciais e de sua origem popular.

Para compensar esse sentimento de inferioridade, a burguesia negra criou no seu isolamento o que poderia ser descrito como um mundo de faz de conta, em que tenta escapar do desdém dos brancos e preencher seu desejo de *status* na vida norte-americana. [...] Seus conflitos emocionais e mentais surgem em parte da constante luta por *status* dentro do mundo negro, assim como na apreciação dos brancos [...]. São, no entanto, rejeitados pelo mundo branco, e essa rejeição criou

considerável ódio de si mesmo, já que é atribuída à suas características negras. [...] Em função de seu isolamento social e ausência de tradição cultural, os membros da burguesia negra nos Estados Unidos parecem estar no processo de se tornarem ninguém. (FRAZIER, 1975, p. 15, tradução nossa)

Desse modo, Frazier (1975) mostra-se bastante pessimista com relação ao futuro da burguesia negra norte-americana. Esse pessimismo demonstrado por Frazier é compartilhado por diversos autores que abordam o tema da classe média negra. De acordo com o autor, o complexo de inferioridade fere a autoestima dos negros, que é, em parte, compensada pela sua posição econômica mais elevada; mas, enquanto a massa estava exposta à violência dos brancos, a burguesia negra era agredida moralmente. Além disso, o pensamento do povo negro não era afetado pelos escritos que propagavam a inferioridade dos negros, como ocorria com a burguesia negra.

A burguesia negra também exercia grande influência, inculcando os seus valores morais e econômicos às massas. Frazier (1975) menciona duas formas de manifestação das ilusões compartilhadas pela burguesia negra, ou melhor, duas manifestações do mundo de faz de conta: a crença na importância econômica dos negócios de propriedade dos negros e na imprensa negra como o principal meio de comunicação que cria e perpetua o mundo do faz de conta. Embora a imprensa negra se declare porta-voz do grupo negro como um todo, ela representa essencialmente os interesses e a visão da burguesia negra.

No que se refere às atividades econômicas de propriedade dos negros, Frazier considera que os negócios negros não têm nenhuma relevância na vida econômica norte-americana e que tampouco esse grupo de proprietários representa qualquer papel de importância enquanto empregadores da mão de obra negra. O poder da burguesia negra dentro da comunidade negra resulta do fato de os negros de classe média ocuparem posições estratégicas em instituições segregadas e propagarem suas ideologias na comunidade negra.

O autor enfatiza positivamente a importância da igreja na vida social dos negros, já que esta funcionava como uma proteção ao mundo hostil dos brancos e não menciona, em momento algum, a influência dos bran-

cos na religião praticada pelos negros. Ao contrário, é do espaço inicialmente voltado para reflexão religiosa que surgem as primeiras reflexões críticas e as primeiras lideranças negras.

Até aqui, as informações são relativas à burguesia negra surgida nos muros da segregação, mas, à medida em que a segregação racial oficial foi sendo excluída, verificaram-se grandes mudanças no recrutamento dos membros que compõem esse estrato. “A burguesia negra também está sendo recrutada do submundo bem-sucedido. Negros que ganharam seu dinheiro com jogo, contrabando e prostituição.” (FRAZIER, 1975, p. 48) Conseqüentemente, isso repercute no comportamento social dos negros que são membros da burguesia negra. Ainda que Frazier critique veementemente a adoção dos valores morais burgueses e a constante preocupação com o *status* do que podemos considerar como a primeira burguesia negra norte-americana, ele acaba reconhecendo que a nova burguesia negra perdeu boa parte de seu sentimento de solidariedade racial em relação às massas. Além disso, pela primeira vez, o autor menciona o elevado consumo da classe média negra como uma das formas de compensar a hostilidade dirigida pelos brancos, atitude aparentemente não adotada pela antiga burguesia negra.

Desse modo, Frazier anuncia a existência de uma nova classe média negra e menciona dois aspectos importantes que permanecerão nas análises sobre a classe média negra norte-americana: o consumo exagerado e o rompimento com as massas negras.

Os estudos desenvolvidos posteriormente ao trabalho de Frazier demonstram algumas transformações ocorridas na classe média negra norte-americana. Os mecanismos de mobilidade utilizados no passado não são os mesmos de hoje e a relação com os brancos também se transformou. A maioria dos autores se inquieta e se interroga sobre o comportamento social da classe média, preocupando-se, sobretudo, com a solidariedade entre os negros, manifestando a necessidade de entender como ocorre a integração dos negros à vida econômica norte-americana.

As interpretações sobre a mobilidade social dos negros enfocam a solidariedade entre os negros e o enfraquecimento das lideranças negras. Em 1994, Cornel West publica *Questão de raça*, livro em que manifesta tanto a sua preocupação com a ausência de lideranças expressivas na

comunidade negra, como critica o comportamento social, o individualismo exacerbado e o consumo hedonista da classe média negra. Neste livro, o autor manifesta e/ou consolida uma tendência existente nas interpretações de diversos autores sobre o futuro da classe média negra norte-americana. Cornel West tende a ser pessimista com relação ao futuro da raça nos Estados Unidos.

Arthur Evans Junior (1995), aborda alguns aspectos relativos às mudanças ocorridas na classe média negra norte-americana nos últimos anos. O autor trata de uma questão fundamental, qual seja, entender a distância existente entre a classe média e as massas negras. Para ele, este é um problema relativamente recente, já que, no passado, os expoentes nomes das lideranças negras eram membros da classe média, a exemplo de Du Bois, Martin Luter King, Frederick Douglas e tantos outros membros das organizações que lutaram pelos direitos civis.

Antes de se ater mais especificamente à questão acima mencionada, o autor descreve algumas das transformações históricas, econômicas e sociais vivenciadas pela população negra norte-americana. De acordo com os seus dados, na metade do século XX, somente 10% dos trabalhadores negros compunham a classe média negra; já na década de 90, esse percentual era de 27%. Contudo, este aumento não se traduziu em ganhos reais (no sentido político e social) para a população negra como um todo; ao contrário: este aumento ampliou a distância entre os negros de classe média e os de classe baixa, já que diminuiu a solidariedade racial e a coesão social entre os negros. Em outras palavras, a solidariedade entre os negros diminuiu na medida em que aumentou o número de trabalhadores *White Collor*. Consequentemente, isso afeta também a formação de lideranças negras, uma vez que os grandes líderes negros do passado eram membros da classe média.

Evans Jr. (1995) se apóia no trabalho de Frazier (1975) para discorrer sobre o comportamento social e político da *Black middle class* no passado. De acordo com sua análise, a *Black middle class* exercia grande influência sobre o comportamento da comunidade negra como um todo. A maior preocupação da classe média era com o *status*; por isso, os negros desta classe constantemente imitavam o comportamento e o estilo de vida dos brancos.

Ainda que não haja consenso acerca da solidariedade dos negros de classe média com relação às massas, Evans Jr. apresenta uma argumentação que nos parece plausível, quando trata especificamente desta temática no item “Filantropia negra”. Para o autor, a classe média negra tem manifestado diversas formas de solidariedade e, frequentemente, a classe média tem investido na educação dos negros nos Estados Unidos.

O autor argumenta também que a ruptura entre a classe média e as massas negras é o resultado da fragmentação dos problemas que atingem a comunidade. Durante a luta pelos direitos civis, a discriminação racial e o preconceito eram problemas que atingiam a população negra como um todo, independente da situação de classe. Este era o grande inimigo que deveria ser enfrentado. Atualmente, os problemas que afetam a população de baixa renda, como por exemplo a violência, a criminalidade e o uso de drogas, não são os mesmos problemas que atingem a classe média – ou seja, existem problemas específicos que atingem as diferentes classes. Isso inviabiliza a existência de um único tipo de liderança que dê conta de diferentes tipos de demandas. Por fim, o autor conclui que é inevitável a diminuição da solidariedade entre os negros de diferentes classes sociais.

Nessa direção, Kronus (1971) argumenta que o desenvolvimento da *Black middle class* leva à inevitável consequência de que as pessoas compartilham dos valores e da estrutura social da sociedade branca. Prosseguindo sua análise, o autor faz uma alusão às mudanças de critérios identificadores da classe média, como mencionamos anteriormente: no passado, os indicadores de classe estavam centrados na ocupação e na cor dos indivíduos, enquanto que atualmente os critérios são relativos à renda, à educação e às ocupações. Contudo, o autor destaca que o conceito de classe social implica mais que o relacionamento com a estrutura econômica, medida pela educação, pela ocupação e pela renda, incluindo o estilo de vida e o *background* familiar.

Ainda de acordo com o autor, a educação tem sido descrita como uma obsessão da *Black middle class*. Mais uma vez, o autor retoma as questões relativas às características psicológicas da classe média negra, descrevendo-as da seguinte forma: aceitação e imitação do comportamento da classe média branca; ausência de reconhecimento pelos brancos; valor



positivo atribuído aos brancos em oposição ao valor atribuído aos negros – mas os brancos, rejeitando os mestiços, criam, inevitavelmente, um complexo de inferioridade e uma personalidade dominada pelo individualismo e pela insegurança.

Por fim, mencionarei o trabalho de Landry (1987), que apresenta uma série de interpretações destoantes da maioria dos autores citados. Abordando a temática da nova classe média negra americana (surgida após a conquista dos direitos civis nos anos 60), Landry (1987) adota uma perspectiva comparativa tanto com a velha classe média quanto com a classe média branca. No que se refere à comparação com a classe média branca, o autor destaca o fato de a classe média negra nunca ter desfrutado da segurança econômica, do padrão de vida básico e do *status* de que desfruta a classe média branca. Em vez disso, e independentemente das conquistas e dos empreendimentos pessoais, os membros da classe média negra sempre foram estigmatizados, vivendo em certa marginalidade, já que eles fazem parte da classe média de um grupo minoritário.

Em termos numéricos, a classe média negra é bem menor do que a classe média branca. Na metade do século XX, 10% dos trabalhadores negros tinham ocupações identificadas como pertencentes à classe média, contra 40% dos trabalhadores brancos. A partir da década de 60, como resultado do *boom* econômico e da conquista dos direitos civis, a classe média negra duplicou e, em 1970, aumentou para 27%. Contudo, as recessões econômicas do final dos anos 70 e 80 provocaram uma diminuição significativa dessa classe média negra.

Landry (1987) observa que o comportamento da nova classe média se distingue da velha classe média negra em três diferentes aspectos: menor interesse em manter um relacionamento estreito com os brancos; menor necessidade de romper com a massa negra e menor exibicionismo e esnobismo manifestados nos objetos de consumo. Frazier (1975) constatou que a classe média negra imitava fortemente o estilo de vida dos brancos de classe média ou alta. Já Landry acredita que a nova classe média se preocupa menos com o consumo conspícuo e tem adotado um estilo de vida mais acessível à sua posição de classe.

Vivendo em um mundo segregado, a velha classe média negra tinha uma vida social muito restrita, isolada, circunscrita aos limites da casa, do

próprio bairro e de clubes sociais para os negros da mesma classe. A nova classe média negra experimentou uma vida social mais livre, menos fechada nos limites impostos pela segregação. Assim, a maioria dos negros de classe média desloca os seus divertimentos do lar para a comunidade.

Do mesmo modo, contrapondo-a ao comportamento social da classe média branca, Landry observa que a classe média negra procura mais divertimento e lazer fora de casa. Em termos de tipos de atividades sociais fora de casa, brancos e negros da mesma classe social apresentam comportamentos semelhantes: ambos os grupos citaram jantar fora de casa e frequentar os cinemas como as atividades mais regulares. Isso demonstra a importância do poder aquisitivo na conformação dos gostos e dos estilos de vida.

Comparada à velha classe média negra, a nova é mais política. Essa mudança de orientação foi o resultado do envolvimento de um quarto de seus membros na luta pela conquista dos direitos civis. Além disso, na eleição de 1972 houve a maior participação dos negros: 81% contra 72% dos brancos da mesma classe social.

O autor conclui que, não obstante todas estas conquistas, o estilo de vida da nova classe média negra continua a ser limitado pelo racismo ainda existente na sociedade norte-americana, levando-a a adotar práticas de autoproteção quando confrontada com a sociedade mais abrangente.

Num artigo sobre o aumento da classe média negra norte-americana, Harris Jr. (1999) argumenta que a classe média negra está baseada mais nos salários do que nos bens. De acordo com sua pesquisa, os casais negros têm 80% da renda dos casais brancos, mas somente  $\frac{1}{4}$  da riqueza. Os bens dos afro-americanos são casas e veículos. Os brancos têm investimentos mais diversificados, o que aumenta a renda e possibilita novos investimentos.

De acordo com Harris Jr. (1999), as mulheres negras de classe média contribuem mais no orçamento familiar do que as mulheres brancas. A diferença salarial entre os homens negros e os brancos de classe média é superior à diferença entre as mulheres negras e brancas. Isso faz com que as famílias negras necessitem mais do trabalho das mulheres. Além disso, as mulheres negras têm um nível de escolaridade superior ao dos homens negros.

O autor conclui que os confrontos econômicos vividos pela classe média negra a torna mais frágil com relação à classe média branca. A classe média negra também tem tido mais dificuldade em transmitir os recursos humanos e financeiros às próximas gerações. Mesmo assim, o autor considera que a distância entre a classe média negra e branca tem diminuído consideravelmente com relação ao passado, embora acredite que essa distância ainda permanecerá durante muitos anos. Por fim, o autor ressalta a importância da educação para os afro-americanos alcançarem o *status* e renda média, e considera determinante a implementação de políticas públicas para a preservação e reprodução da classe média negra.

Quase todos os autores partem do pressuposto da existência de um passado harmonioso entre os negros em diferentes posições sociais; uma solidariedade que, por motivos desconhecidos, foi rompida e está perdida nas brumas do passado. (KING; RAYNON, 1981; PATTILLO, 1999) Ninguém sabe precisar exatamente onde e quando existiu tal situação, mas todos lançam um olhar nostálgico com relação ao passado e constataam um tenebroso presente.

Small (1994) recupera a interpretação de Du Bois acerca do décimo talentoso ou a décima parte talentosa, entendida como um grupo de vanguarda que seria capaz de emancipar a massa, juntamente com a reflexão de Frazier sobre a burguesia negra, texto em que o autor mostra o distanciamento entre a burguesia e a massa. Para o autor, estas duas referências ainda estão presentes nas interpretações que as pessoas fazem acerca da *Black middle class* e considera que o aumento desta, necessariamente, não altera as desigualdades fundamentais que caracterizam a sociedade norte-americana.

Small (1994) faz severa crítica aos estudos sobre esta temática por não incorporarem a perspectiva de gênero, não haver homogeneidade acerca dos critérios empregados para a definição da classe média, bem como pela falta de evidência empírica que respalde uma série de interpretações sobre a classe média negra – além do fato dos estudos mais recentes silenciarem sobre o tema da discriminação racial.

O autor sugere uma série de questões sobre a classe média negra e indaga sobre o fato de ser a classe média uma benção ou uma maldição para a população negra. Small conclui que, em termos teóricos, deveria

ser investigado por que as ideologias e identidades racializadas deveriam se sobrepôr aos interesses de classe e por que os autores não reproduzem a questão da solidariedade e da ajuda para a classe média branca. Para o autor, as ideologias raciais são criadas pelos não negros, e as identidades racializadas estão intrinsecamente ligadas aos sentimentos, às expectativas e à sensação de traição provocada pelas demandas dos negros pobres com relação aos afluentes. Para ele, isso reflete a contínua luta sobre o significado da raça.

Do que foi sumariamente exposto, pode-se concluir que, inicialmente, a classe média negra era majoritariamente composta de negros-mestiços que tinham sido beneficiados de modo direto ou indireto pela sua ascendência branca e que manifestavam demasiada preocupação com o *status*, frequentemente expresso na adoção dos valores morais e comportamentais da burguesia branca. Com relação específica aos norte-americanos, podemos notar que a burguesia negra surge da existência de um mundo segregado e da recusa dos brancos em oferecer serviços aos negros – por isso, grande parte dos empreendimentos de propriedade dos negros situava-se no setor de serviços. A maior característica da classe média negra descrita por Frazier é o complexo de inferioridade, resultado do rompimento com a cultura popular ou com a raiz cultural negra e a adoção dos valores da burguesia branca; contudo, ainda que os negros se esforçassem em demonstrar a sua cultura e o seu refinamento, eles eram rejeitados pelos brancos. Por fim, Frazier refere-se ao novo perfil dos negros que ingressam na classe média, revelando duas importantes consequências advindas desse fato: o rompimento com as massas e o consumo hedonista.

Todos os autores mencionados dialogam com Frazier e estabelecem que a classe média negra apresentada por este é a velha classe média, e a que é descrita por eles é a nova classe média. Em que pese o emprego da mesma denominação – nova classe média negra –, não há convergência acerca das mudanças ocorridas neste grupo. Talvez o maior erro desses autores tenha sido refletir sobre a classe média negra norte-americana como um grupo homogêneo, e, de fato, nas Ciências Sociais, há esta tendência. Mas como sair da armadilha que uma abordagem generalizante nos reserva? Provavelmente, um dos primeiros impulsos é recorrer ao

estudo de caso; entretanto, o estudo de caso também nos coloca diante de diversos problemas e nos limita, de certo modo, no momento de fazer uma análise mais ampla. Questões como essas permeiam direta ou indiretamente os nossos trabalhos.

### *Black business*: primeiras reflexões

Mito ou realidade, os empreendimentos de propriedade dos negros sempre ocuparam um importante espaço no imaginário e na reflexão sobre a burguesia negra. Em primeiro lugar, é importante destacar o fato de que a reflexão acerca dos empreendimentos de propriedade dos negros esteve presente tanto nos textos acadêmicos quanto nos extra-acadêmicos e isto quer dizer que a análise sobre o tema é permeada de desejos e sonhos que nem sempre correspondiam à realidade. Nesse sentido, é importante mencionar o *Black capitalism*, um movimento de negros para obter o controle e o desenvolvimento dos negócios na comunidade negra, iniciado no final dos 60 e começo dos anos 70. Os negócios eram dirigidos para o crescimento da comunidade, sendo isso considerado como o primeiro passo para obtenção do poder econômico dos negros na América.

Para Innis (1969), muitas pessoas têm se referido ao capitalismo negro, no entanto, as pessoas negras não estão falando sobre capitalismo negro, mas sim sobre a criação e a aquisição de capital e de instrumentos que podem maximizar os interesses econômicos. O autor é favorável à existência de uma junta comunitária que atue nas decisões e se responsabilize em administrar e monitorar os programas dentro da comunidade. O programa acataria as necessidades da comunidade e seria composto de atividades de pesquisas, desenvolvimento e treinamento.

Nós não estamos falando de trabalho, mas de instrumentos que criem trabalho. Nós não estamos falando sobre construir empreendimentos brancos dentro da comunidade negra, mas sobre construir instrumentos econômicos [...] que possam servir para contratar negros. Nós estamos falando sobre a aquisição de capital em maior escala para maximizar o dinheiro na comunidade. (INNIS, 1969, p. 55)

Harold Vatter (1972) considera o capitalismo negro antidemocrático, absurdo, controverso e ilusório. O autor argumenta que, entre as pessoas

que trabalham, somente um pequeno número de pessoas podem mover-se dentro da economia mais ampla e montar o seu próprio negócio. Entre os trabalhadores não brancos, 97, de cada 100, são empregados. Os proprietários negros necessitam de ajuda dos *Business* brancos e eles já estão começando a ter. Algumas companhias estão procurando ajudar técnica e administrativamente os empresários negros e algumas corporações têm feito o esforço para comprar produtos fabricados por negros.

Desta breve referência ao *Black capitalism*, podemos observar que haviam controvérsias acerca da proposta de alguns membros da comunidade negra, e percebemos, também, como o debate sobre o tema mantém uma relação estreita com as vantagens e as dificuldades enfrentadas pelos empresários negros.

Retomando a problemática dos empreendimentos de propriedade dos negros, Green e Pryde (1990) sugerem uma cronologia acerca dos estudos sobre os empreendimentos negros. De acordo com eles, W. E. B. Du Bois fez o primeiro esforço sistemático para observar e analisar o desenvolvimento do *Black Business* na América, em 1899. Du Bois acreditava que a diferença entre as distintas posições dos negros no sistema capitalista originava-se, em parte, da estratificação entre os negros já existente no período da escravidão, já que os negros domésticos e os negros que trabalhavam com as mãos tornaram-se respectivamente barbeiros, jardineiros e construtores, após a emancipação. Comerciantes em geral, banqueiros e donos de empresas de manufaturas tendiam a vir de um pequeno grupo da elite negra que já tinha liberdade antes da abolição oficial. Naquele período, De Bois estimou que cinco mil americanos negros que eram empregados com o sistema privado de produção estavam situados majoritariamente no setor de serviço.

Em 1907, Booker T. Washington publica *The Negro in Business*. De acordo com Green e Pryde (1990), Washington não fez uma análise científica acerca do *Black Business*; ele apenas entendeu os *Black Business* como um modo de vida para os jovens negros educados e expôs as virtudes da educação e da moral cristã.

Em 1944, Gunnar Myrdal publica *The American Dilemma and the Myth of Negro Business*, em que observa a distância entre a ideologia e a prática desses negócios – por isso, constata o dilema dos profissionais

e dos homens de negócios da *Black middle class*. Para Myrdal, os negros lutavam contra o bloqueio social e econômico e protegiam os recursos limitados oferecidos pela segregação. Segundo Green e Pryde (1990), o que Myrdal tinha a dizer em 1944 não foi muito encorajador. Os *Black business* ainda eram pequenos e se concentravam na venda de produtos a varejo com limitado estoque e com desvantagem competitiva com relação às lojas de propriedade dos brancos. A maioria das lojas dos negros vendia com exclusividade para clientes negros. E eles absorviam apenas 5 ou 10% dos dólares do consumidor negro. Em todo caso, os negros resolviam não abrir os negócios à competição que aumentava o volume de negócio. Eles sucumbiam a uma atitude economicamente irracional que teve como consequência somente o isolamento deles de um grande negócio de vendas a varejo. A incapacidade de muitos negros perceberem e assumirem uma oportunidade de negócio claramente impediu o crescimento e a diversidade do *Black Business*. Acrescenta-se a isso a limitação do tamanho, do tipo de negócio e da localização.

Green e Pryde (1990) mencionam o fato de todos os empresários negros terem tido dificuldades de receber crédito, particularmente devido ao preconceito racial, mas também pela marginal habilidade dos empresários negros em fazerem lucros, somada à pouca habilidade desses negócios em se reproduzirem. Os empreendimentos de propriedade dos negros naquele tempo eram muito pequenos, ineficientes e incapazes de atrair jovens empresários.

Ainda de acordo com os autores acima, ao lado dos pequenos negócios de venda a varejo, Myrdal se reportou ao limitado sucesso dos poucos bancos, construtoras e associações de empréstimos, em relação ao das companhias de seguro. Os bancos negros eram comprometidos com pequenos volumes de depósitos e investimentos. Ao contrário, as seguradoras tiveram melhor *performance* que a de outros capitalistas da comunidade. O preconceito e os baixos prêmios pagos pelas seguradoras de brancos contribuíram para o sucesso. Praticamente todas as famílias americanas, brancas ou negras, ricas ou pobres, fazem seguros.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Esta referência a alguns aspectos da cultura norte-americana compartilhados por negros e brancos é bastante interessante, já que na maioria dos casos, negros e brancos são tratados como grupos distintos que possuem culturas específicas, incomunicáveis. Nessa direção, Gilroy

Alguns anos depois, Frazier retoma a problemática dos Empreendimentos de Propriedade dos Negros (EPN), destacando a importância atribuída aos mesmos, como uma das manifestações do mundo de faz de conta criado pela burguesia negra. No entanto, o autor afirma que estes empreendimentos eram pouco relevantes do ponto de vista da economia mais ampla e não eram significativos enquanto empregadores da mão de obra negra. Segundo Frazier, os empreendimentos de propriedade dos negros constituíam-se apenas em um mito social, criado por um pequeno grupo de intelectuais e lideranças negras que acreditava na separação como a única solução para o problema da raça na América. O autor conclui afirmando que faltava aos negros a experiência de vender e comprar, ou seja, faltava o espírito do negócio.

Frazier (1971) observa que os empresários negros emergentes exerciam suas atividades basicamente no setor de serviços. Os negros norte-americanos ascendiam em um contexto em que eram minoria; portanto, eles contavam sempre com o consumo de membros do mesmo grupo étnico-racial, isto é, não havia concorrência com os estabelecimentos de propriedade dos brancos.<sup>27</sup> Comparado com os negócios de outros grupos, o *Black business* americano estava circunscrito aos limites da própria comunidade, não indo além dos muros da segregação.

De acordo com a análise de Green e Pryde (1990), Frazier concordava com Myrdal que o futuro do *Black Business* dependia da integração financeira. Eles acreditam que Frazier não omitiu inteiramente o racismo de suas análises, mas considerou a inabilidade para obter crédito como um importante fator de atraso para os empresários negros, focalizando, em particular, os efeitos individuais da exclusão negra do mercado e atribuindo como principal causa da falência os fatores sociais e culturais.

Referindo-se ao tema, Gren e Geffrey (1969) aludem ao estágio inicial desses empreendimentos e retomam o debate acerca da necessidade dos desenvolvimentos dos EPN para a população negra. O debate pode ser sumarizado da seguinte forma: alguns autores analisam a questão de cus-

---

(2001) focaliza a importância atribuída à propriedade de automóveis para os americanos, quer sejam eles negros ou brancos.

<sup>27</sup> O fim da segregação racial alterou esta situação. Nas últimas décadas a ascensão social pode também ocorrer dentro do “mundo dos brancos.” (LANDRY, 1987)



to e benefício e argumentam que os guetos não são áreas frutíferas para o desenvolvimento empresarial, além de que os bens são mantidos a custos excessivamente altos. Nessa perspectiva, destaca-se, sobretudo, o crime e a hostilidade existente nos guetos que acabam frustrando o trabalho de competentes administradores. De acordo com os autores, este argumento representa a maior parte da visão dos governantes e dos empreendedores e tem resultado em maior dependência do programa de emprego implementado pelo serviço social.

O segundo argumento enfatiza os benefícios e a utilidade social desses empreendimentos, assegurando que a estrutura econômica põe o gueto em desvantagem competitiva para o desenvolvimento do mercado e que por isso tais negócios necessitam de recursos políticos específicos, para que se construa a infraestrutura necessária.

Os autores denominam a primeira perspectiva de “custo e benefício”; e a segunda de “utilitarismo social”. Para eles, ambas as interpretações são complicadas, por incorrerem numa filosofia separatista e integracionista. Com efeito, a visão de custo e benefício respalda-se na visão integracionista de que os negros podem melhorar a sua assimilação dentro da vida americana. Já a visão do utilitarismo social apresenta dados de onde se conclui que há um menosprezo com relação aos subúrbios negros.

A partir disso, os autores discorrem sobre os distintos programas implementados pelo governo, como por exemplo, o Programa de Treinamento e o Programa de Desenvolvimento Econômico. Para eles, há uma tendência a avaliar mais positivamente os programas que são voltados para incrementar a força de trabalho, cujo argumento refere-se aos custos elevados de investimentos no Programa de Desenvolvimento. Os autores acreditam que nunca se fez uma avaliação correta de tais iniciativas e, em última instância, os programas voltados para o desenvolvimento econômico poderiam abarcar um programa de treinamento, além de ampliarem o mercado de trabalho.

De acordo com eles, os argumentos básicos contra os Programas de treinamento estão centrados em dois argumentos: 1) Os programas de empregos têm sido mais eficientes; 2) Os programas de desenvolvimento econômico aumentam a segregação racial e encorajam o separatismo. Para os autores, este último ponto não é bem explicado.

Com relação aos problemas do trabalho dentro do gueto, os autores mencionam que os empregos gerados pagam baixos salários, têm insuficiente demanda de trabalhadores qualificados ou semiquualificados e, por fim, que o problema racial na América acaba criando incertezas e inseguranças nos negros, problemas estes que se reproduzem na relação com o trabalho.

Os autores não só refletem a respeito das dificuldades do gueto, como sugerem algumas ações que podem minimizar as desvantagens. Para eles, o que está faltando no gueto negro é o desenvolvimento de instituições que interajam com a comunidade branca em condições de igualdade, como fizeram outros grupos imigrantes europeus. A função destas instituições não é somente dar respeito ao grupo étnico, mas dar proteção e assistência aos indivíduos mais fracos competitivamente. Estas instituições podem ser suportes quando eles tiverem competindo com instituições controladas pelos grupos dominantes.

De acordo com Foley (1972), existem três mitos correntes sobre os negros *businessmen*: o primeiro diz respeito à falta de crédito; o segundo, à competição, e, mais especificamente, à referência ao mercado dominado por judeus; e o terceiro, ao estado de pobreza da comunidade negra. O autor considera que é verdadeiro o argumento de que os empreendimentos de negros têm tido dificuldade em receber crédito, mas eles não têm encontrado mais dificuldades que outros pequenos comerciantes.

Foley (1972) refere-se às estatísticas de 1960, em que havia 1600 negros *self-employed*, enquanto em 1972 eram 4.200 negros *businessmen*, concluindo que não existem milionários, mas pessoas que podem ter 100 mil de capital investidos no próprio negócio.

Quando nós estamos falando de *negro businessmen community*, nós estamos sobre os padrões familiares de venda a varejo ou de mercado de serviço varejista, pequenos negócios que nesse país não podem receber créditos; 16% de todos os empreendimentos na Filadélfia não têm nenhum relacionamento com instituições bancárias. (FOLEY, 1972, p. 138, grifo nosso, tradução nossa)

O autor menciona o fato de os bancos terem filiais em áreas de negros e de fazerem empréstimos para negros. Os negros fazem dois tipos de empréstimos: *consumer loans* e *mortgage finance loans*. (FOLEY, 1972)

No entanto, eles não fazem empréstimos de negócios e, por alguma razão, também não fazem certos tipos de negócios com *businessmen* brancos.

Objetivando entender a relação entre a suposta solidariedade de cor entre consumidores e proprietários, Foley realizou um *survey* com algumas donas de casa para saber se elas compravam determinados itens em lojas de negros e brancos. A grande maioria das entrevistadas alegava comprar em lojas de brancos devido ao menor preço. Aquelas que compravam em lojas de negros argumentavam em prol da solidariedade. Para a maioria das pessoas, as lojas de negros têm preços mais altos, mas, quando o pesquisador averiguou os preços de 90 produtos, percebeu que os preços eram muito similares e que eram um pouco mais elevados nas lojas de brancos, contrariando a opinião da maioria das donas de casa.

O autor começa, então, a investigar o motivo do fracasso dos empreendimentos dos negros. O primeiro argumento diz respeito à pobreza da população negra e aos locais em que estão localizados nos empreendimentos, ainda que haja comerciantes brancos bem-sucedidos na mesma localidade de propriedade dos negros “nós achamos que a área é indubitavelmente pobre. Mas existem muitos comerciantes brancos que estão sendo bem-sucedidos.”

Para o autor, nem a falta de financiamento, tampouco a competição com os comerciantes judeus e a pobreza são razões suficientes para que os empreendedores negros não fossem bem-sucedidos. Tencionando responder à essa questão, o autor resolveu investigar melhor a história dos negros na Filadélfia. De acordo com a sua análise, eles não viviam em guetos até os anos 90 (1890); até esse período, eles competiam com comerciantes brancos e até 1896 existiam 419 negros *businessmen*. O autor lista alguns fatores que contribuíram para ampliar a crença nos EPM: primeiro, uma grande imigração dos negros do Sul para o Norte; segundo, a reação dos brancos do Norte com relação à imigração negra; terceiro, dado o mercado do gueto, houve o aumento dos empreendimentos passando para 1.200.

Mas a questão crucial permanece “por que somente 10 de 4.200 negros *businessmen* da Filadélfia são significativamente bem-sucedidos?”. (FOLEY, 1972) De acordo com o autor, não podemos dizer que o negro

é inerentemente incapaz. Assim, a falta de sucesso, provavelmente, resulta do sentimento de falta de poder (*powerlessness*) e consciência da impotência. Um empresário deve ter certas qualidades: parcimônia, *self-confidence*, esperança e *riskness* (aventurar-se).

Drake e Cayton (1971) abordam uma questão até então ausente do debate sobre empreendimentos negros, a saber o fato de haver competição entre pessoas negras que oferecem os mesmos tipos de serviços.

Retomando o trabalho de Green e Pryde (1990), os autores observam o fato de os EPN terem sido tema de extensas pesquisas e análises políticas focalizadas nas áreas de economia, negócios, psicologia e sociologia. A abordagem econômica geralmente assume que o pequeno número de negócios e o pouco crescimento resultam da falta de equidade de acesso ao capital. A segunda análise prioriza as características não financeiras, tais como gerenciamento, capacidade técnica em produzir bons negócios e as estratégias de negócios. O método psicológico enfatiza a análise individual e os recursos humanos de que os empresários necessitam para atuar na área de negócio. Em contrapartida, a sociologia sustenta que os empresários de minorias ou minorias étnicas dependem amplamente dos recursos do grupo social.

Mencionando os dados estatísticos de 1980, os autores retomam a questão da sub-representação dos negros enquanto empresários e sugerem uma resposta para este *déficit*. De acordo com os dados, os empresários de grupos não minoritários são 5,02%, os asiáticos são 3,76%, os hispânicos 3,16%, enquanto que os negros são 1,75%. Para as outras minorias, os empresários são 14 por 1.000, enquanto os negros são 9 por 1.000. Isto é particularmente importante quando se compara o índice elevado de falência entre os empresários negros. De acordo com os autores, de 1977 a 1982, aumentou significativamente o número de empresários negros no setor de serviços e de vendas a varejo. O setor de serviços compreende 43,4% dos empreendimentos de propriedade dos negros, número superior aos serviços proporcionados por brancos e por outras minorias.

A pequena participação dos negros nos negócios tem sido justificada pela dificuldade de acesso ao crédito, por conta do racismo que afeta também as instituições financeiras. Os empresários étnicos têm identificado a associação de crédito rotativo – grupo informal de amigos e

outros membros dos grupos étnicos que contribuem regularmente para o suporte moral e financeiro dos empresários – e garantido o maior sucesso entre os empresários chineses, japoneses e coreanos. Ao contrário, os negros americanos não têm usado similar estrutura informal para o suporte de pequenas atividades. As associações provêm de auxílio social informal, suporte econômico e encorajam os indivíduos a superarem os obstáculos, tendo um papel importante na adaptação de novos imigrantes.

Além disso, estudos têm demonstrado que a maioria dos empresários tem pais comerciantes. Isto é consistente com o fato de que muitos negócios emergem de pequenas firmas familiares, e invariavelmente de indivíduos que podem obter direto o conhecimento e a experiência requeridos para conduzir os negócios.

Dois aspectos mencionados por Frazier (1975) serão aqui retomados: o primeiro refere-se ao *Black business*, que se concentrava em atividades comerciais pouco relevantes economicamente; o segundo diz respeito ao tipo de atividade desenvolvido pelos negros, representado, principalmente, no setor de serviço, em atividades como cabeleireiros, barbeiros, vendas de produtos e cosméticos, ou seja, centradas de algum modo na manipulação do corpo, da estética ou da aparência física.

Ainda que a produção acadêmica sobre os empresários étnicos e os empresários negros tenha crescido consideravelmente (BOGGS, 1971; BROWER, 1975; BROWNE, 1975, FLOURNOY, 1975; FREDERICK, 1971; WRIGHT, 1969), algumas considerações sugeridas por Frazier acerca dos empresários negros ainda permanecem válidas. Em um recente artigo sobre os fabricantes de produtos de beleza, Silverman (1999) descreve a relação entre os limites do capital, o aumento da competição com os empresários brancos e o desenvolvimento do grupo econômico negro.

O autor discorre sobre a dinâmica de fabricação, distribuição e comercialização de produtos de beleza para consumidores negros norte-americanos. O argumento central do artigo é que, atualmente, os negros fabricantes de produtos de beleza ainda focalizam o desenvolvimento do mercado destes produtos na comunidade negra, porque acreditam que o limite do mercado e a discriminação racial fecham as oportunidades para que eles atuem numa economia de mercado mais ampla. O autor exami-

na particularmente a relação entre os limites do capital e o aumento da competição com os empresários brancos.

Silverman (1999) argumenta que, historicamente, os negros não têm tido acesso à participação na economia mais ampla, como resultado da discriminação racial. Isto se manifesta na dificuldade de acesso a empréstimos de instituições financeiras, bem como pelo fato de os brancos hesitarem em consumir produtos comercializados pelos negros. Diferentemente da experiência dos empresários imigrantes, os negros tiveram como possibilidade de mercado apenas os consumidores negros. Isso levou alguns autores a afirmar que a economia dos empresários negros não pode ser denominada de economia de enclave étnico. É necessário compreender como os autores fazem esta diferença. De acordo com Silverman (1999, p. 239, grifo nosso, tradução nossa),

Diversos autores descrevem um *ethnic enclave economics*, como o cenário onde os imigrantes podem obter alto nível de mobilidade econômica e social. Como resultado, este *ethnic enclave economics* possui dois benefícios: os imigrantes elevam o nível econômico num mercado mais amplo e têm a função social de abrigo étnico. O grupo econômico formado pelos negros tem primordialmente uma função social, criando um abrigo seguro para os negros.

Conforme o autor, os empecilhos que impossibilitam a ampliação do negócio são: pouco capital inicial, a ausência de uma rede, os limites impostos pela discriminação racial e a percepção do racismo. Silverman (1999) refere-se também ao limitado potencial de crescimento do empreendimento como consequência do limite de acesso ao crédito, além do fato de os incentivos do governo serem voltados para as grandes empresas, e conclui que a adoção de estratégias de negócio baseadas na mobilização de recursos do grupo no passado foi possível porque existia uma densa rede formal e informal na comunidade. Essas instituições trabalhavam juntas, transmitindo mensagens para os negros que promoviam a solidariedade do grupo contra o racismo da sociedade.

Assim, tanto para Frazier (1971) como para Silverman (1999), o empreendimento de propriedade dos negros não tem grande relevância do ponto de vista da economia mais ampla. Sua função prioritária é de abrigo étnico, uma vez que utiliza e mobiliza recursos do próprio grupo.

Distanciando-nos do contexto norte-americano, mas sem perdermos o viés comparativo, temos o estudo de Benedict (1979), que analisa comparativamente os empreendimentos de propriedade de chineses, indianos e crioulos nas ilhas Seychelles. O autor propõe-se a responder uma questão fundamental, qual seja entender a importância da família no desenvolvimento dos empreendimentos comerciais, a partir de uma pesquisa realizada inicialmente em 1960 e retomada em 1975. Ele parte de uma constatação fundamental, que se refere à diminuição do número de lojas de propriedade dos crioulos, em comparação à manutenção do número de lojas por parte dos chineses. A questão é entender por que os chineses tinham sido bem-sucedidos e os crioulos não.

Tanto nas famílias chinesas como nas famílias indianas, a interação entre pais e filhos é fechada e constante. Como os pais sempre têm a posição de autoridade, eles servem de modelo, regulando intimamente cada aspecto da vida do filho. A expectativa dos filhos é trabalhar nos negócios, e eles são constantemente testados e motivados a trabalhar. O contato com pessoas de fora é desmotivado e eles dispõem de pouco tempo livre. A vida social é com os membros da família e os contatos são reforçados pela noção de cultura e de religiosidade.

A cultura crioula é marcada pelo contraste com as duas outras. Normalmente, a educação das crianças fica sob a responsabilidade das mulheres, mães ou avós. O código de masculinidade entre os crioulos considera que um macho sem dinheiro não é um macho. Como resultado disso, o homem crioulo não tem autoridade paterna para supervisionar sua família, mas é considerado um despreocupado, um grande consumidor que tenta evitar confusões. Os homens em idade adulta gastam seus salários com “jogos, bebidas e outros tipos de consumo.” (BENEDICT, 1979, p. 310) Mesmo assim, existem alguns crioulos que iniciam seu próprio negócio.

O autor conclui que as firmas dos chineses primeiros são firmas familiares, e que o sucesso destas depende da força da autoridade paterna e do estreito relacionamento e cooperação familiar. Contrariamente, o sucesso do empreendimento de propriedade dos crioulos depende fundamentalmente de que o proprietário trabalhe, e muito, já que ele não conta com o apoio da família e nem mesmo da esposa. As esposas dos

proprietários só trabalham, casualmente, quando se faz muito necessário. Ele é um homem de negócios sem o suporte dos membros da família e tem poucos empregados. O estoque é pequeno e a margem de lucro é baixa. A probabilidade de sucesso e continuidade do negócio é pequena e sua posição enquanto comerciante é vulnerável.

Harris Jr. (1999) alude aos EPN e mostra-se mais otimista do que os autores mencionados; para ele, os empreendimentos têm contribuído para a composição da classe média negra, mas têm tido pequeno resultado na formação da elite: apenas 1% de negros compõe esse estrato, comparado com os 5% de brancos. Além disso, os empreendimentos dos negros que antes serviam apenas à comunidade negra, como as já citadas casas funerárias, os salões de beleza, as barbearias, as mercearias, as agências de seguro, as pequenas casas de empréstimos e os produtos de beleza agora se ampliaram, incluindo os revendedores de automóveis, a construção civil, a distribuição de bebidas e a franquia de *fast food*. De acordo com ele, a revenda de automóveis e a distribuição de bebidas contabilizavam  $\frac{1}{4}$  do mercado dos empresários negros em 1977. Contudo, com raras exceções, o empreendimento negro ainda supre o consumidor negro de cosméticos, comunicação e entretenimentos.

Ainda com relação às pesquisas americanas, Collins (1979) investiga a presença de executivos negros em 52 grandes corporações em Chicago. A pesquisa foi realizada com 76 executivos, dos quais apenas 13 eram mulheres. A autora demonstra que a inserção de executivos negros nas grandes corporações é o resultado do mandato do governo federal e da pressão da comunidade. A autora destaca a inexperiência dos negros em atividades executivas, e ressalta a importância de incluir este tipo de informações na formação escolar. Por fim, a autora conclui que, nesta atividade, os benefícios proporcionados pela política de cotas não beneficiaram as mulheres.

Há uma estreita relação entre as pesquisas sobre classe média negra norte-americana e os empresários negros. Os pesquisadores que trabalham a temática da *Black middle class* estão interessados nos aspectos relativos ao comportamento social e na relação da *Black middle class* com os negros de classe baixa; já a maioria das pesquisas sobre *Black entrepreneur* destaca o fato de os negros serem sub-sub-representados na



categoria empregadores, mesmo quando comparado com outras minorias étnicas a exemplo dos asiáticos e hispânicos. Além disso, as pesquisas tentam compreender por que os *Black business* têm um elevado índice de falência. Não há unanimidade acerca da resposta a estas questões, mas as respostas giram em torno de três importantes aspectos: a falta de recurso financeiro e dificuldade de acesso ao crédito devido ao racismo nas instituições financeiras; ausência de cultura empresarial, *background* familiar ausente e o baixo grau de escolaridade dos negros. Contudo, estes estudos nunca tentaram entender como e por que alguns empresários negros são bem-sucedidos neste contexto aparentemente tão adverso. Nesse sentido, a investigação que realizei caminha na contramão da maioria dos estudos, uma vez que pretendo entender qual a estratégia utilizada pelos empregadores negros baianos.

## Interpretações sobre a ascensão social dos negros no Brasil

No que se refere à origem da classe média negra, expressão de uso corrente apenas nos anos 90 no Brasil, podemos dizer que existe uma sintonia com os autores norte-americanos mencionados e com o trabalho de Williams (1994); isto é, há referência à estratificação no meio negro durante e após a escravidão.

Alguns autores brasileiros, a exemplo de Manoel Querino (1955), mencionam o fato dos proprietários de escravos terem manifestado predileção por escravos que tinham traços fenotípicos mais próximos dos brancos para o exercício de atividades domésticas, funções que envolviam o contato cotidiano com os brancos. Desse modo, parece ter havido uma estratificação ocupacional entre os escravos, cujo critério era baseado no aspecto físico. Ainda de acordo com o autor, eram principalmente as negras minas as escolhidas para tais atividades.

Freyre (1968), em *Sobrados e Mucambos*, ao tratar da ascensão social dos negros, também retrata a existência de critérios baseados na aparência e, principalmente, revela as vantagens desfrutadas pelos mestiços. Ainda que o autor refira-se, prioritariamente, aos mestiços de aparência branca, ele menciona algumas vantagens atribuídas à ascendência branca e, ao que parece, os mulatos brasileiros também foram beneficiados pela

ajuda do pai, no que diz respeito ao acesso à educação formal e, consequentemente, no processo de mobilidade social.

O critério de identificação racial baseada na aparência tem tido maior relevância nos estudos sobre as relações raciais brasileiras quando comparado com os Estados Unidos e, de acordo com a célebre frase de Oracy Nogueira (1985), o preconceito no Brasil é de marca, e não de origem. A conclusão de Nogueira acerca dos critérios de identificação racial e da manifestação do preconceito na sociedade brasileira pode ser ampliada para o entendimento da inserção dos negros no mercado de trabalho e, em que pese a mudança de significado atribuída ao termo “boa aparência” ao longo dos anos, este ainda é um critério válido quando se trata da contratação de negros em certas atividades.

De um modo geral, as pesquisas sobre relações raciais, cultura e identidade negra no Brasil têm privilegiado exclusivamente os negros que estão situados na base da hierarquia social, em detrimento de estudos sobre os negros que ocupam melhores posições. Até o momento, muito pouco tem sido pesquisado sobre os recursos que os negros utilizam para ascender socialmente, e muito menos ainda conhecemos as estratégias utilizadas para reproduzirem ou permanecerem numa posição de classe. Hasenbalg e Silva (1988) observam que não só os negros têm menor oportunidade de mobilidade, como estão expostos a um maior risco de experimentarem a mobilidade social descendente, ou seja, os negros têm maior dificuldade que os brancos em se manterem na posição de classe mais elevada.

Os estudos considerados clássicos no âmbito das relações raciais mantinham maior curiosidade acerca da ascensão social dos negros, já que a maioria deles tinha forte interesse em constatar a existência da propalada democracia racial brasileira e, nesse sentido, a mobilidade ascendente atestava a não existência do preconceito racial, uma vez que a estrutura da sociedade brasileira permitia a mobilidade ascendente dos negros, bastando apenas que eles se esforçassem. O outro argumento utilizado para afirmar a existência da democracia racial pautava-se na inexistência de conflitos raciais explícitos.

Donald Pierson (1971) e Thales de Azevedo (1955), ao identificarem a presença de poucos negros em camadas sociais elevadas, consideravam

que a mobilidade vertical na sociedade brasileira processava-se por livre competição, sem que fosse enfatizado o critério da cor, concluindo que não existiam barreiras intransponíveis baseadas na cor, ou seja, a “cor é um simples acidente”.

Azevedo (1955) realizou um estudo junto às “pessoas de cor” que ocupavam melhores posições na estratificação social. Nesse estudo, o autor enfoca três importantes aspectos: os canais de ascensão social, as relações inter-raciais e o preconceito de cor. No que se refere aos canais de ascensão, são identificados o comércio, a política, as profissões burocráticas, as corporações militares, as artes, a educação, a religião, os esportes e as profissões liberais.<sup>28</sup>

A partir dos anos 50, foram implementados novos estudos sobre as relações raciais brasileiras. Essas pesquisas inauguram um novo viés interpretativo, pois é a partir dos trabalhos de Fernandes (1978) que será contestada a crença na democracia racial brasileira. Fernandes ressalta que, na nova ordem capitalista, o negro permanece ocupando os espaços marginais na sociedade, embora essa marginalidade não seja explicada por mecanismos produzidos pelo sistema capitalista, mas pela sobrevivência do passado escravista.

Na literatura clássica, constatava-se a existência de três mecanismos prioritários de ascensão social utilizados pelos negros brasileiros, a saber: o apadrinhamento dos negros por famílias brancas; o casamento inter-racial, basicamente entre os homens negros e as mulheres brancas; o embranquecimento social e a adoção pelos negros de valores éticos e estéticos da sociedade dominante, leia-se branca.<sup>29</sup>

Recentemente, a ênfase da investigação foi alterada, as pesquisas mais recentes enfocam a participação dos negros no mercado de trabalho e não mais a questão da ascensão social, destacando, sobretudo, a expansão e

---

<sup>28</sup> No comércio, os negros não eram proprietários e sim empregados; na política, os negros eram cabos eleitorais e não candidatos; as profissões burocráticas, nas corporações militares e na educação fazem parte do funcionalismo público, as artes, principalmente na música, tem sido atribuído um importante papel à população negra, a religião, os esportes e as profissões liberais.

<sup>29</sup> Não encontramos na literatura brasileira precisão conceitual quanto a estes termos, tampouco conhecemos as dinâmicas que operam na interação de negros com brancos. Provavelmente, isso se deve tanto ao uso de categorias nativas como analíticas, como às mudanças das exigências dos textos acadêmicos.

a redução da participação dos negros nos diversos setores. Assim, é conhecido o fato de que os negros estão majoritariamente representados na base da hierarquia ocupacional, nas profissões de baixo *status* e prestígio social em oposição aos brancos, sobrerrepresentados no topo da hierarquia ocupacional.

É consensual a percepção de que alguns espaços do mercado de trabalho têm se constituído em áreas mais fáceis para a ascensão social dos negros, a exemplo do esporte e da música, embora estas atividades reservem poucos lugares para os aspirantes à mobilidade. Os estudos sobre ascensão social, *status* e prestígio apontam para a importância da educação no processo de mobilidade dos grupos e/ou indivíduos, principalmente para a população negra.

Castro e Barreto (1992) identificam recortes no mercado de trabalho formal, caracterizados como espaços brancos (são as ocupações hierarquicamente superiores no Legislativo, Executivo e Judiciário, as direções de empresas, a condição de proprietário e as profissões científicas e técnicas) e os espaços negros (são as ocupações de produção industrial e de serviços). Mesmo assim, apenas um número reduzido de negros consegue participar daquele espaço branco.

A partir da análise dos dados da Pesquisa sobre Padrão de Vida (PPV), constata-se que, dentre as dez atividades em que a presença dos empresários negros é significativa, estão os estabelecimentos e serviços de alimentação, enquanto as empresas que prestam serviços a outras empresas estão sobrerrepresentadas pelos brancos.<sup>30</sup> Já o comércio atacadista de artigos de uso pessoal é majoritariamente dominado pelos negros.

Constatamos também que há mais empregadores negros na região Nordeste do que no Sudeste. De certo modo, isso obedece à distribuição por cor nas diferentes regiões do país. Em comparação com o grupo branco, os empregadores negros são menos escolarizados, a maioria (48,2%) tem entre quatro a oito anos de estudo, contra 31% dos brancos na mesma posição. Em contrapartida, os empresários brancos com mais de 12 anos de estudo chegam a 35,8%, enquanto apenas 15,8% de negros possuem esse

---

<sup>30</sup> Dados fornecido obtidos da PPV, realizada de março de 1996 a março de 1997 nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Foram entrevistados 19.409 indivíduos. No capítulo seguinte faremos uma análise mais acurada acerca dos empresários.

nível de escolarização. Os negros são originários de famílias mais humildes; 36,1% são filhos de trabalhadores agrícolas e 34,6% de trabalhadores manuais, contra 25,3% e 24,7% na mesma ordem. Entretanto, 50,1% dos brancos são filhos de trabalhadores não manuais em oposição a 29,3% de negros na mesma categoria. Como assinalado anteriormente, os empreendimentos no Brasil são caracterizados, principalmente, pela presença de pequenas e médias empresas, concentradas na prestação de serviços e no comércio. Estas características passam as diferenças de cor.

Foi mencionado anteriormente o fato de os pesquisadores das relações raciais brasileiras estabelecerem uma comparação direta ou indiretamente com os Estados Unidos. Contudo, parece que os estudiosos têm poupado os leitores brasileiros de maiores informações acerca do contexto em que a comparação está sendo estabelecida. Por isso foi dedicada grande parte desse capítulo para discorrer sobre as interpretações da classe média negra norte-americana na perspectiva de vários autores. Em um espaço mais reduzido, destacaram-se aspectos relevantes das interpretações sobre a mobilidade social dos negros no Brasil.

Poucos trabalhos no Brasil dedicam-se ao entendimento da classe média negra; frequentemente, os autores realizam suas pesquisas com os negros de classe baixa e dedicam não mais que meia dúzia de páginas, nas quais inferem questões acerca do comportamento social e da ausência de solidariedade e de identidade entre os negros em camadas sociais mais elevadas. Entretanto, ao fazer os comentários, os autores estão dialogando, ou estão tomando de empréstimo diversas categorias e interpretações oriundas da experiência da classe média negra norte-americana e insistem em responder questões também formuladas alhures, a exemplo da procura da solidariedade política, expressa através do voto étnico e da noção de comunidade negra. Todavia, a questão sobre a identidade negra parece ser específica do contexto brasileiro, já que nenhum dos autores mencionados problematiza a identidade entre os afro-americanos. É como se a classificação racial oficial fosse assumida enquanto identidade por todos os afro-americanos, sem que houvesse problematização e diferenciação internas. Curiosamente, o trabalho de Banks (2000), sobre o significado do cabelo entre as mulheres negras norte-americanas, observa as distinções internas, baseadas nos fenótipos que os afro-america-

nos fazem entre si, e como isso influi na construção do padrão de beleza e nas escolhas conjugais.

As informações contidas no estudo de Banks deslocam o foco interpretativo e retira a nossa certeza de que os fenótipos não sejam relevantes na percepção que os afro-americanos têm sobre si. Retomando à clássica referência de Oracy Nogueira (1998) sobre o preconceito de marca brasileiro e o preconceito de origem norte-americano – ainda tão frequente nas análises comparativas sobre as duas sociedades –, percebemos que o autor está dialogando mais com a percepção que o Estado, as lideranças negras e a sociedade mais abrangente têm sobre os negros do que como os negros veem a si mesmos. Isso quer dizer que se os fenótipos não são importantes na relação política que os negros, enquanto grupo, estabelecem com o Estado, também não são considerados irrelevantes quando os indivíduos olham para si e para os outros negros.

Os dados sobre a origem da burguesia negra permitiram também desmistificar a crença construída sobre a irrelevância dos mestiços ou do lugar ocupado por estes nas interpretações das dinâmicas raciais nos dois países. Partimos do pressuposto de que nos Estados Unidos as categorias são racializadas, já que apenas uma gota de sangue negro é suficiente para que o indivíduo seja classificado como tal, sendo isso suficiente para construir uma homogeneidade no interior da população negra e tornando-se, portanto, desnecessário qualquer esforço de investigação para compreender o papel dos mestiços na dinâmica racial – ao passo que no Brasil, país este considerado não racializado, os mestiços sempre ocuparam um lugar privilegiado. Podemos observar também que há um movimento inverso no uso das categorias “raça” e “classe”, nas análises relativas à população negra nos dois países. Nos Estados Unidos, principalmente após a conquista dos direitos civis, a classe tem se tornado cada vez mais importante como categoria de análise, sobretudo quando se refere à compreensão da dinâmica interna; enquanto que no Brasil, dada a existência do continuum de cores, a cor ou a raça tem prevalecido sobre o uso da noção de classe, ou seja, a diferença de classe entre os negros não tem sido considerada como fator relevante.

No que se refere a *Black middle class*, observa-se que algumas questões formuladas por Frazier ainda fazem parte da agenda de pesquisa sobre a

classe média negra norte-americana, a exemplo da relação entre a classe média com a massa e a solidariedade política entre os negros; contudo, dadas as mudanças na dinâmica das relações raciais, parece que alguns conceitos tornaram-se diacrônicos ou que não mais dizem respeito à experiência de mobilidade, como por exemplo, o complexo de inferioridade desenvolvido pelos negros que ascendem socialmente e que são rejeitados pelos brancos. Mas, ainda que este conceito não seja utilizado por autores americanos, posterior a Frazier, ainda permanece nas interpretações sobre a experiência de mobilidade dos negros brasileiros.

Ao longo do texto, foi demonstrado que a ascensão social dos negros norte-americanos ocorre, inicialmente, como o resultado da segregação racial rígida e da recusa dos brancos em oferecer os serviços para a população negra. De modo contrário, a ascensão dos negros brasileiros se efetiva, a princípio, através da relação de subordinação com os brancos. Dito de outro modo, a mobilidade dos negros nos Estados Unidos é o resultado da dinâmica de uma sociedade segregada, e, no Brasil, resulta do contato com os brancos, ou seja, dinâmicas raciais distintas e estratégias de mobilidade diferenciadas.

Nesse sentido, não é relevante indagar sobre qual é a pior ou a melhor estratégia empregada pelos negros em diferentes sociedades. Essa tensão é recorrente no discurso dos movimentos acerca dos efeitos deletérios do sistema de classificação da cor e do racismo, tal como é praticado no Brasil. As estratégias só podem ser questionadas à luz do contexto em que foram utilizadas e, provavelmente, os negros brasileiros recorreram aos recursos de mobilidade que estavam disponíveis na dinâmica da sociedade brasileira.

Com relação aos *Black entrepreneurs*, existem duas importantes questões colocadas pelos autores que precisam ser destacadas: a primeira refere-se ao fato de os negros serem sub-representados na categoria empregador, mesmo quando comparado com outras minorias étnicas; já a segunda diz respeito ao elevado nível de falência dos *Black business*. Não há unanimidade acerca das respostas, mas as análises destacam a falta de recurso financeiro e a dificuldade de acesso ao crédito devido ao racismo nas instituições financeiras, ausência de cultura empresarial e *background* familiar e o baixo grau escolaridade dos negros.

Ainda que tenha sido realizado em outro contexto, o artigo de Benedict (1979) parece querer responder à mesma questão formulada pelos autores norte-americanos. O autor considera que o sucesso dos empreendimentos dos chineses e indianos deve-se à atuação e ao suporte da família. No entanto, o bom êxito dos empreendimentos de propriedade dos crioulos depende, fundamentalmente, que o proprietário trabalhe, e muito, já que ele é um homem de negócios sem o suporte dos membros da família.





## PERFIS, TRAJETÓRIAS, RECURSOS E ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE UTILIZADOS PELOS EMPREGADORES NEGROS

Na literatura norte-americana abordada, há uma estreita relação entre os estudos sobre a classe média negra norte-americana e os empregadores negros, já que parcela significativa da classe média negra norte-americana se situa como empresários em atividades econômicas relacionadas ao comércio e ao setor de serviços. Além disso, atribui-se grande relevância política e econômica aos empreendimentos de propriedade dos negros. No caso em questão, a investigação empírica sobre os empresários negros resulta menos da crença na relevância econômica dos seus empreendimentos para a população negra do que da ideia de que a formação de um empreendimento pode ser uma alternativa de mobilidade que independe do grau de escolarização formal.

Neste capítulo serão abordadas as questões específicas sobre os empresários negros brasileiros, destacando-se, inicialmente, o perfil da categoria com base na análise dos dados quantitativos; em seguida, será analisada algumas questões empíricas cruciais sobre os empresários e sobre a formação do empreendimento, tais como as trajetórias, a origem do capital inicial e a opção por um tipo de atividade, o significado do trabalho com os membros da família, os critérios para a contratação de novos funcionários, a ausência de referência de outros empresários na família, a inexperiência dos negros em posições de comando e a percepção do racismo e da discriminação racial.

De acordo com os dados, há mais empregadores negros na região Nordeste do que na região Sudeste. De certo modo, isso obedece à distribuição por cor nas diferentes regiões do país. Analisando os dados da PNAD/1996, constata-se que a categoria empregador é composta por  $\frac{1}{4}$  de negros e  $\frac{3}{4}$  de brancos, sendo que o Estado de São Paulo retém o maior

percentual de empregadores brancos, cerca de 1/3, seguidos de Minas Gerais (11,7%) e Rio Grande do Sul (9,9%). Contrariamente, é o estado da Bahia que detém o maior percentual de empregadores negros (13,5%), seguido de Minas Gerais (11,9%) e São Paulo (10,7%) (Tabelas XIX a e b).

Indagando sobre a origem dos empregadores, dada a partir da ocupação do pai, constata-se que são as categorias dos trabalhadores manuais que representam o maior percentual, 38,5% no total, distribuído da seguinte forma: 52,2% dos negros são filhos de trabalhadores rurais, contra 35% dos brancos. Quase 40% dos empregadores brancos são recrutados das ocupações não manuais, contra 20,7% de negros. Dentre as ocupações não manuais, são as categorias por conta própria e empregadores, que são mais significativas para ambos os grupos: 10,1% dos empregadores brancos são filhos de empregadores e 10,4% de empresários por conta própria. Apenas 3,5% dos negros herdaram a profissão de empregador do pai, e 7,9% são filhos de empresários por conta própria.

Comparando com os resultados da origem da classe média analisados, observa-se que os empregadores são menos recrutados nas atividades não manuais. Na análise das ocupações não manuais, verifica-se que 44% dos brancos membros da classe média tinham pais que exerciam atividades não manuais, contra 34,7% de negros. Na Região Metropolitana de Salvador, os brancos são sobrerrepresentados nas seis ocupações não manuais com 70,7%, e 37,5% de negros. Na categoria “empregadores”, os brancos representam 8,8% contra apenas 1,6% de negros (PNAD/1998).

A análise dos dados para a Bahia, estado com maior percentual de empregadores negros da UF, demonstra que mais da metade dos empregadores negros, 53,2%, são filhos de trabalhadores rurais, sendo que quase 1/3 dos empregadores brancos também o são. São também nas categorias empregadores e empresários por conta própria em que os percentuais são mais elevados: 11,1% e 14,9% para os brancos, e 5,5% e 12,6% para os negros. Os empregadores baianos são mais recrutados dos extratos não manuais, em relação à média nacional. Metade dos brancos é proveniente de atividades não manuais, enquanto que o percentual é de 1/4 de negros.

Observando os dados da tabela seguinte, relativos às regiões Nordeste e Sudeste, percebe-se que, em comparação com o grupo branco, os empregadores negros são menos escolarizados: a maioria, 48,2%, tem entre

quatro a oito anos de estudo, contra 31% dos brancos na mesma posição. Em contrapartida, os empresários brancos com mais de 12 anos de estudos chegam a 35,8%, enquanto apenas 15,8% de negros possuem esse nível de escolarização. Os negros são originários de famílias mais humildes: 36,1% são filhos de trabalhadores agrícolas e 34,6% de trabalhadores manuais urbanos, contra 25,3% e 24,7% relativo aos brancos na mesma ordem. Entretanto, 50,1% dos brancos são filhos de trabalhadores não manuais em oposição a 29,3% de negros na mesma categoria.

TABELA 12 - CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS EMPREGADORES SEGUNDO A PPV, REGIÕES NE E SE

	Brancos	Negros	Outros	Total
Sexo				69,9%
Homem	68,9%	74,4%	50,0%	30,1%
Mulher	31,1%	25,6%	50,0%	
Idade				
De 15 a 24 anos	0,7%	1,1%		0,7%
De 25 a 45 anos	57,1%	59,9%		58,2%
De 45 e mais	42,2%	39,1%		41,0%
Posição na família				
Chefe	69,6%	77,0%		71,1%
Cônjuge	21,2%	20,8%		21,4%
Filho (a)	7,0%	1,8%		5,7%
Outro parente	1,6%	0,4%		1,3%
Pensionista	0,6%	—		0,5%
Escolaridade				
Até 3 anos	3,3%	10,1%		4,7%
De 4 a 8 anos	31,0%	48,2%		34,3%
De 9 a 10 anos	30,0%	26,0%		28,8%
12 anos ou mais	35,8%	15,8%	100,0%	

Região				
	Nordeste	20,4%	60,8%	29,3%
	Sudeste	79,6%	39,2%	70,7%
Ocupação do pai				
	Não manual	50,1%	29,3%	50,0%
	Manual	24,7%	34,6%	
	Agrícola	25,3%	36,1%	50,0%
Pessoas trabalhando na firma				
	Trabalhando Sozinho	1,7%	7,0%	2,9%
	De 2 a 5	58,4%	64,2%	100,0%
	De 6 a 10	24,9%	11,0%	21,5%
	De 11 a 20	8,1%	7,5%	7,9%
	De 21 a 50	5,6%	8,6%	6,2%
	De 51 a 100	1,4%	0,4%	1,1%
	De 101 a 200	—	1,2%	0,3%
Licença para trabalhar				
	Sim	88,9%	73,7%	100,0%
	Não	11,1%	26,3%	14,4%
Onde trabalha				
	Loja, etc.	88,6%	73,0%	85,2%
	Via Pública	0,1%	3,4%	0,9%
	Próprio Domicílio	9,6%	13,5%	10,4%
	Outros Domicílios	0,2%	5,7%	1,4%
	Transporte pessoas e cargas	0,6%	3,7%	1,3%
	Fazenda sitio. etc	0,8%	—	0,6%
	Outros	0,1%	0,8%	0,3%

FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA A PARTIR DA TABELAÇÃO DA PPV (1996, 1997).

De acordo com Hasenbalg (1998), a característica principal dos empreendimentos no Brasil é a formação de um contínuo entre a informalidade e a formalidade, com uma forte concentração de micro e pequenos empreendimentos com baixo grau de formalidade. Com relação ao setor de atividades, os empreendimentos estão concentrados na prestação de serviços e no comércio, com uma participação menor na indústria. A grande maioria dos empreendimentos deve ser vista como estratégias informais de sobrevivência. O autor sugere que “[...] O perfil típico do empregador é o de um homem branco, casado, chefe de família, em etapa mais avançada no ciclo individual de vida, de nível educacional relativamente alto e de origem social relativamente mais elevada que a de outros grupos”. (HASENBALG, 1998, p. 10)

Analisando os dados da tabela, verificamos que a maioria dos empreendimentos trabalha com duas a cinco pessoas, embora o grupo branco detenha um maior percentual, 24,9%, de seis a dez trabalhadores, contra 11% de negros que possuem o mesmo número. O local onde a atividade é exercida também é um indicador do tamanho do empreendimento, a maioria das empresas funciona fora do domicílio, em lojas, galpões etc. Entretanto, 13% dos negros trabalham no próprio domicílio, contra apenas 9,6% dos brancos.

Há uma diferença significativa em termos dos ramos de atividades desenvolvidas pelos empresários negros e brancos. Dentre as dez atividades em que a presença dos empresários negros é significativa, destacam-se os estabelecimentos e serviços de alimentação, enquanto as empresas que prestam serviços a outras empresas estão sobrerrepresentadas pelos brancos. Já o comércio atacadista de artigos de uso pessoal é majoritariamente dominado pelos negros.

Com base nessas informações, podemos esboçar o perfil do empresário negro como um indivíduo do sexo masculino, casado, que tem entre 25 e 45 anos de idade, chefe de família, possui o primeiro grau incompleto e é filho de trabalhadores manuais ou agrícolas. Eles são proprietários de pequenas e médias empresas instaladas fora da residência, provavelmente são donos de um comércio no ramo da alimentação e trabalham com duas a cinco pessoas, dentre as quais podem estar incluídos os membros

da família. Comparados ao grupo branco, os empresários negros são mais jovens e menos escolarizados.

Delineadas as características gerais dos empregadores negros brasileiros do ponto de vista qualitativo, a análise incidirá sobre o perfil e as características principais da amostra.

## Características dos entrevistados

O objetivo mais amplo da pesquisa é investigar a temática da classe média negra, por isso as entrevistas com empregadores negros que demonstrassem indicadores de pertencimento à classe média e cujos estabelecimentos que já tivessem relativa estabilidade. Curiosamente, a maior parte dos entrevistados atua no comércio e somente três no setor de serviço; dentre eles estão um advogado (proprietário de um escritório de advocacia), um contador (proprietário de um escritório de contabilidade) e um médico (proprietário de uma clínica). A maioria das empresas tem mais de 15 anos de funcionamento e somente duas têm oito anos; todas têm sede própria, e a grande maioria possui filiais em outros bairros da cidade.<sup>31</sup>

Ainda que os dados quantitativos revelem que a maioria das empresas de propriedade dos negros tenham, em média, entre dois e cinco funcionários, foi optado por realizar as entrevistas com empresários negros que tivessem em seus empreendimentos mais de seis funcionários, já que, além de investigar a sua trajetória ascensional, pretendia-se, também, compreender a dinâmica da formação da chamada classe média negra.

A pesquisa de campo foi realizada nos primeiros seis meses de 2000 em Salvador, Bahia, onde foram entrevistados 30 empregadores negros. É grande a diversidade dos ramos de atividade. Desde as ocupações conhecidas como típicas da cultura baiana – tal como a baiana de acarajé –, até o proprietário de uma empresa de táxi aéreo foram entrevistados. É significativa a disparidade em termos de número de funcionários, indo do limite mínimo estabelecido de seis, até 100 funcionários fixos e 400 temporários, no caso do proprietário de uma construtora. Há diferenças

---

<sup>31</sup> Devido a algumas questões administrativas, alguns proprietários optam por abrir outra empresa em vez de uma filial; frequentemente eles alegam que essa estratégia facilita o controle de estoque e do próprio funcionamento do negócio.

também entre os ramos de atividades, renda e escolaridade, o que contribui para a construção de um grupo heterogêneo de entrevistados. Dos informantes, 86% são homens, casados e com idade superior a 40 anos.

## Sobre a cor dos entrevistados

A amostra foi composta por indivíduos que, no senso comum, são identificados como mulatos, mulatos escuros e pretos; contudo, todos os entrevistados se classificam como negros. Entretanto, a utilização do termo negro não significa que as pessoas tenham abandonado inteiramente a alusão às características fenotípicas, sendo ainda comum a referência: “negra como você”, ou “mais ou menos escuro que você”.

Entender a complexidade da escala classificatória e da autotransclassificação da cor no Brasil sempre foi, e continua sendo, objeto de interesse de muitos pesquisadores, desde os trabalhos pioneiros de Harris (1967) e Degler (1976), até os trabalhos recentes de Maggie (1996) e Sansone (1993). De acordo com Sansone (1993), o termo negro tende a ser empregado por uma geração mais jovem, enquanto preto é mais utilizado pelos mais velhos. Talvez isso ocorra tanto pela influência dos movimentos negros como pela maior presença do debate sobre a desigualdade racial na mídia e em outros setores de nossa sociedade. Ainda que a idade média dos entrevistados seja de 40 anos, todos eles utilizam o termo negro na autotransclassificação da cor. Isto atesta uma maior popularidade e aceitação do termo que, se no passado era fundamentalmente utilizado pelos jovens, hoje se torna empregado por uma população mais velha.

O discurso originalmente produzido pelos movimentos negros estava permeando as representações sobre a cor dos entrevistados, mas, também, que o cotidiano da cor não se esgota com o uso exclusivo dos termos negro-branco (FIGUEIREDO, 2002). Assim, ter a ascendência negra passava a ser um critério importante de identificação, ainda que eles não se apropriassem completamente dos discursos produzidos pelos movimentos negros no sentido político. Isto implicava não apenas a utilização do termo negro e a introdução de novos critérios para definição da cor ou da raça, mas, sobretudo, o reconhecimento de uma história e de um passado brasileiro reconstruídos do ponto de vista da presença dos negros.



Referindo-se à composição étnica racial da escola dos filhos e sobre a cor dos filhos o entrevistado responde:

*Entrevistador: Eles estudam onde?*

*Entrevistado: No PHD... 50% de mestiços e 50% brancos.*

*Entrevistador: Eles são negros ou mestiços?*

*Entrevistado: Negro, quer dizer, você é negra, não é?*

*Entrevistador: Sim, claro.*

*Entrevistado: Ele é bem moreninho assim. (Clovis Santos, 41 anos)*

Outras vezes, os entrevistados utilizam diferentes termos na própria definição da cor:

*Entrevistador: Qual é sua cor? Com que cor você se classifica?*

*Entrevistado: Eu sempre tive consciência de que eu sou negro, cor de formiga, ou então mulato; mas negro. (Clovis Santos, 41 anos)*

Esta citação pode ser interpretada de duas formas: uma primeira refere-se à ausência de uma denominação rígida sobre a autoclassificação, ou uma certa confusão apresentada pelo entrevistado; uma segunda pode indicar que, independentemente dos termos utilizados, ele sempre teve consciência de que era negro.

Referindo-se à cor da família e, mais especificamente, sobre a classificação da cor das filhas, a entrevistada responde:

*Eu acho que nós somos negros. Eu acho, não, nós somos negros.*

*Elas sempre tiveram essa idéia de que elas são negonas. Elas acham que o negro é lindo. Também, eu não sei se é porque elas nasceram na geração do Ilê Ayê, e eles adoram o Ilê, não é? Deve ser por isso. (Rosa, 48 anos)<sup>32</sup>*

Já outro entrevistado, além de afirmar a importância da cultura negra, ressalta a forma com que as pessoas dirigem-se a ele, tentando persuadi-lo, fazendo crer que ele não é exatamente negro.

*Entrevistador: Como você se autoclassifica? E, se alguma vez você respondeu ao censo, como é que você se classifica no censo?*

*Entrevistado: Olha, eu sou preto, apesar de muita gente dizer que eu sou moreno, muita gente vem dizer alguma coisa [...] Mas isso é uma*

---

<sup>32</sup> Rosa nasceu em Salvador, BA, tem o primeiro grau incompleto (antiga admissão ao ginásio), filha mais velha de uma família com apenas mais dois irmãos; três filhas das quais uma concluiu o curso superior, uma fez o segundo grau e a filha mais nova está cursando o segundo grau.

*situação que eu acho que está voltada muito mais em função da situação, a relação econômica. Quando a gente alcança determinado ângulo, os próprios bancos não querem que a gente seja branco [...] ou, não querem, desculpe, que a gente seja preto, e aí começa a querer mostrar o outro lado [...] sou preto pela raiz cultural, sou preto pela minha formação intelectual, eu acho bonito, foi uma luta para mim sobreviver a [...] e se não tivesse aliado comigo essa consciência negra de que como negro eu deveria que me impor esse lado e não aquele detalhe de me transformar em cafuzo, sarará, ou qualquer outra coisa, não é? Então eu poderia até dizer que eu sou isso, que eu sou aquilo, mas eu gostava e gosto desse detalhe de me considerar preto. [...] eu sempre fui contra aquilo que as pessoas queriam estereotipar ou colocar como parâmetro, então eu sempre chegava com aquela coisa e dizia em determinados momentos da vida; as pessoas me achavam preto e eu várias vezes já tive perguntas assim, em roda de amigos porque eu, quando empresário, tive sucesso eu abracei a causa negra, e sempre tudo aquilo que envolvia negro eu ia e várias vezes me perguntei: ‘Você se acha negro?’, e eu perguntava sempre: ‘O quê você acha que eu sou?’, ‘Ah, mas você não é negro’, mas eu acho negro e sou negro e minha cultura é negra, eu sou negro e sempre vi desse lado. Então eu tive dificuldades assim, vamos dizer, que as pessoas queriam me estereotipar como qualquer outra coisa, menos negro. (Paulo, 56 anos)<sup>33</sup>*

Pereira (2000) discorre sobre a insurgência de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira. De acordo com a análise dele, isso pode ser observado na incorporação do tema da desigualdade racial na pauta de alguns setores do movimento e em alguns debates e iniciativas implementadas pelo governo. A isso acrescenta-se o aumento de pessoas que se autot classificam como negros e que adotam um discurso positivo sobre o ser negro, que não passa pela procura e afirmação da diferença cultural, mas, sobretudo, pela ideia de cidadania. Diferentemente, portanto, dos estudos

---

De acordo com o seu relato, Rosa começou a trabalhar ainda muito jovem, “Aos cinco anos eu fiquei órfã e aos nove anos tive que trabalhar para ajudar minha avó a criar meus dois irmãos menores [...] minha avó teve um problema de saúde e teve que se ausentar do ponto e aí aos dez anos eu já era baiana de Acarajé mesmo”.

<sup>33</sup> Nascido no interior da Bahia, Paulo migrou inicialmente sozinho para Salvador para que pudesse estudar e durante um certo período morou na casa da tia com mais 4 primos. Paulo é o filho mais velho de uma família extensa composta por mais 11 irmãos, é advogado (mas não exerce a profissão), casado pela terceira vez e tem 4 filhos. Há 20 anos ele é proprietário de uma empresa de telefonia com um quadro de 118 funcionários.

anteriores, que buscavam a identidade na afirmação e manutenção das diferenças culturais, os entrevistados buscam o direito à cidadania.

## Escolaridade e trajetória dos empresários negros

Em primeiro lugar, pretende-se começar pela questão crucial da escolaridade, já que a hipótese inicial da pesquisa era de que a formação de um empreendimento poderia ser uma estratégia de mobilidade que independia do recurso à escolarização formal. Com relação à escolaridade, a maioria dos entrevistados tem segundo grau completo – dois deles têm apenas o primário, um nunca frequentou a escola e somente cinco têm o nível superior. Dentre os que têm escolaridade mais elevada estão os dois entrevistados com maior número de funcionários nas empresas, o que pode ser visto como um indicativo do tamanho do empreendimento, já que não foi possível ter acesso ao faturamento anual das empresas e raramente obtivemos informações sobre a renda dos entrevistados. A relação entre escolaridade e o tamanho do empreendimento já foi observada quando foram analisados os dados quantitativos.

Mas a importância da escolaridade não se reduz ao tamanho da empresa, pois ela está também relacionada ao tipo de atividade desenvolvida. Dentre as entrevistadas que exercem atividades no ramo da alimentação estão também aquelas com menor escolaridade; já o contrário ocorre com as empresas consideradas mais modernas, a exemplo da empresa de telefonia, cujo proprietário tem o nível superior. Os empresários que atuam na área de vendas de autopeças e outras atividades relacionadas a esse mesmo ramo possuem um nível de escolaridade intermediário e a maioria deles tem o segundo grau completo. Curiosamente, todos os entrevistados que atuam no setor de serviço têm o curso universitário.

Embora haja uma relação tanto entre o grau de escolaridade e o tamanho do empreendimento como uma forte influência da escolaridade sobre o tipo de atividade, ainda assim existe a possibilidade de que pessoas com baixa escolaridade possam tornar-se empresários. Este é o caso de Pedro (63 anos), proprietário de uma grande loja de ferragens e de autopeças. O relato dele acerca da trajetória pessoal é marcado pela infância

de extrema pobreza, quando a mãe, sem nenhum recurso, “tentou mudar a sorte”, migrando do interior para Salvador. Ao chegar em Salvador, Pedro, ainda muito pequeno, começa a trabalhar vendendo produtos alimentícios nas ruas da cidade. Com o passar dos anos, Pedro exerce diversos tipos de atividades, até que finalmente junta recursos suficientes para comprar o seu primeiro automóvel, para fazer o transporte de passageiros. Posteriormente, ele compra um caminhão e começa, então, a trabalhar como autônomo com o transporte de diversos tipos de carga. Pedro descreve a si mesmo como uma pessoa corajosa, de caráter aventureiro, mas, sobretudo, considera-se uma pessoa de sorte.

Durante a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari, na década de 70, Pedro teve a grande chance de ampliar os negócios, e efetivamente o fez, aumentando o número de carros e, conseqüentemente, o número de funcionários. Foi exatamente durante a expansão que Pedro se deu conta da dificuldade de exercer um controle efetivo sobre os negócios, já que, até aquele momento, o cotidiano do trabalho envolvia uma pequena e constante quantidade de serviço e um número reduzido de funcionários (ajudantes).<sup>34</sup> A rotina do trabalho de Pedro não requeria uma sistematização rigorosa e nenhum tipo de burocratização; os vínculos e os valores para a realização do trabalho eram estabelecidos previamente, a partir da quantidade e do tipo de serviço específicos, e praticamente não existia a perspectiva de continuidade do trabalho.

Assim, a ampliação das atividades desenvolvidas por Pedro trouxe a inevitável necessidade de mudança na forma com que o pequeno empresário, por conta própria, conduzia o seu trabalho, obrigando-o a estabelecer contratos menos informais de trabalho e a realizar previsões de despesas, orçamentos, folhas de pagamento e prazos mais rigorosos de entrega. É nesse momento que o entrevistado reconhece os limites impostos pela sua baixa escolaridade, uma vez que ele não teve condições de exercer o controle necessário para o bom andamento dos negócios, bem como considera que houve um prejuízo incalculável, o que o levou lamentavelmente a se desfazer de parte dos bens para que pudesse quitar as dívidas adquiridas. Após um longo período, Pedro muda de ramo de

---

<sup>34</sup> Os ajudantes são trabalhadores (homens) responsáveis por carregar e descarregar a carga transportada; no passado, não havia nenhum vínculo empregatício formal com esses funcionários.

atividade e hoje é proprietário de uma loja de ferragens e outra de autopeças, onde trabalha com dois de seus filhos.

Esse breve relato sobre Pedro demonstra que, se não é impossível tornar-se empresário tendo baixa ou nenhuma escolaridade, certamente há limites para a expansão e o exercício da atividade. Dentre os entrevistados, Pedro é o mais velho, o que nos leva a refletir sobre a maior facilidade de iniciar um negócio com pouca escolaridade no passado; mas, dado o aumento da escolaridade da população brasileira, bem com as transformações ocorridas na estrutura da sociedade, provavelmente há uma redução dessa oportunidade. Isso significa que a hipótese inicial da pesquisa não pode ser inteiramente descartada, uma vez que existe a possibilidade, ainda que restrita, de pessoas com pouca escolaridade se tornarem empresários.

Em que pese a diferença entre os níveis de escolaridade, dos ramos de atividade e do número de funcionários nas empresas, os informantes têm algumas características comuns. Em primeiro lugar, eles são os primeiros membros da família a vivenciarem um processo de mobilidade, ou seja, todos os entrevistados são originários de famílias humildes, cujos pais tinham baixa escolaridade e exerciam atividades manuais de baixa remuneração. Somente dois dos entrevistados nasceram em famílias consideradas de classe média, enquanto outros dois não consideravam sua família extremamente pobre.

A maioria, entretanto, considera-se “arrimo de família” – aqueles que são responsáveis por parte significativa dos proventos da sua família de origem, bem como da sua nova família.

*Eu sempre fui arrimo de família, sempre ajudei a todos da minha família. Tanto que eu tive três filhos meus, mesmo, mas criei seis sobrinhos. Eu tinha uma tia deficiente que eu cuidava, que Deus já levou. Eu acho que eu sempre ajudei muito minha família, [...] eu me acho assim, que eu sou uma grande empreendedora, eu estou cuidando, estou gerando emprego, que é uma coisa difícil hoje. (Rosa, 48 anos)*

*É uma questão de consequência, porque antes de eu vir para aqui eu trabalhava com minha mãe e aí minha mãe se aposentou, e ficou ainda mais*

*dependente as pessoas de mim. Como eu sou o arrimo da família, são oito irmãos dependentes de mim. É por essa vertente. (Sonia, 51 anos)*<sup>35</sup>

A maioria se coloca como o único proprietário do empreendimento, com exceção de um, com idade inferior à média dos entrevistados, que tem sociedade com os irmãos mais novos, e daqueles que têm sociedade com as esposas – no entanto, neste caso, eles mesmos afirmam que é “só para constar”. A maior parte deles não tem tido experiência de pessoas próximas, pais e/ou parentes que sejam proprietários de médios e/ou pequenos negócios, ou seja, eles não têm tradição na família de atividades comerciais por eles desenvolvidas, o que, provavelmente, repercute na ausência de uma forma de socialização mais voltada para as atividades empreendedoras/empresariais, bem como pode levar a uma percepção diferenciada das oportunidades relacionadas às atividades empresariais. Este fato terá grande repercussão também no modo com que os entrevistados gerenciam seus empreendimentos, já que todos eles centralizam quase todas as atividades necessárias ao funcionamento da empresa – isto é, eles personificam as atividades da empresa e, no caso das mulheres entrevistadas, chega-se ao extremo disso, já que os nomes de fantasia das empresas são, de fato, o próprio nome delas –, o que acaba tornando sua presença indispensável no cotidiano da empresa.

*Entrevistador: Qual sua função aqui? O que você faz?*

*Entrevistado: De tudo [...] Tenho funcionários, mas eu sou o ajudante, sou o contador, sou o advogado, sou o chefe, sou vendedor, sou comprador [...]*

*Entrevistado: Você trabalha todos os dias?*

*Entrevistado: Todos os dias, sábado e quando tem necessidade domingos, feriados e carnaval, esse carnaval mesmo eu trabalhei, porque o pessoal estava fazendo obra e eu tinha que olhar, vinha aqui e passava duas horas. (Macedo, 43 anos)*<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Sonia, primeiro grau incompleto, três filhas. Sonia é a filha mais velha de mais oito irmãos, começou a trabalhar com 13 anos ajudando a mãe, que também vendia feijão, atualmente, ela tem um restaurante de comidas regionais e tem seis funcionários.

<sup>36</sup> Macedo, segundo grau completo, casado, dois filhos. Fias é o mais velho de uma família com sete filhos. Ele começou a trabalhar com 10 anos de idade e aos 18 anos adquiriu o seu primeiro caminhão com o dinheiro da indenização. Depois disso, Fias vendeu o carro e entrou numa sociedade com o seu ex-patrão; poucos anos depois ele desfez a sociedade e atualmente é dono de uma empresa com uma filial e 35 funcionários.

Mesmo tendo uma trajetória de sucesso e sendo reconhecida como uma grande cozinheira, uma entrevistada manifesta o mesmo comportamento descrito acima, reafirmando a percepção dos entrevistados sobre a importância da presença do proprietário no cotidiano da empresa:

*Eu cozinho e amo cozinhar. E toda pessoa que tem negócio tem que tomar conta. Eu trabalho todo dia e todas as noites [...] Vou para a feira, faço tudo, pego os carros lá da feira cheio de compras. (Cristina, 39 anos)<sup>37</sup>*

A ausência de experiência ou tradição na família terá também repercussão simbólica relevante no que se refere à capacidade de comando. O trecho da entrevista abaixo revela tanto a dificuldade dos negros em posição de comando em dar ordens como diz algo sobre a percepção do modo com que os empregados se relacionam com a autoridade de patrão(ões) negro(s).

*O rico quando chega uma pessoa desse nível [um empregado] em sua casa, é como empregado [...] porque ele desconta do papel higiênico a comida, uma taxa, entendeu, negona? Eles põem ele [o empregado] no lugar dele. Eu não quero tratar mal, aí eu ponho na mesma mesa para comer comigo [...] hoje eu tenho duas pessoas que trabalham comigo em minha casa, um dia desses uma delas estava gritando com meu marido, porque ela não queria ficar com minha filha, porque queria brincar o carnaval. Meu marido lhe disse: 'Fulana, como hoje é quarta-feira, amanhã é quinta-feira ainda, você sai com seu namorado'. Ela começou aquela coisa que você sente que a pessoa está se amarrando, aí meu marido disse: 'Você já sabe que [...] não gosta de criança'. Ela fechou o barraco aqui. Quando é para um rico ela não fecha barraco, quando é que com um branco ela ia fechar barraco? Não fecha porque não dá espaço. O branco ia dizer: 'Olha você folga nesse dia e pronto'. Ela ficava ou pedia as contas, entendeu? É isso que eu quero dizer. (Cristina, 39 anos)*

*Eu passo isso aqui, no Pelourinho, e em todo lugar. Os daqui e do Pelourinho eles botam uma banca que eu não sei. Eles não são humildes. [...] Você entendeu o que eu quero falar? É diferente, diferente quem já teve*

<sup>37</sup> Nascida no Conde, litoral da Bahia, Cristina trabalhou desde muito jovem para ajudar a mãe e mais um irmão. Durante muitos anos Cristina foi empregada doméstica e aos poucos começou a vender comida na antiga feira do Porto da Barra. Aos poucos Cristina foi se estabelecendo no ramo de alimentação e hoje é uma das mais famosas cozinheiras da Bahia, tem dois restaurantes e 52 funcionários.

*aquilo antes, quem já teve o poder de mandar, quem já viu sua mãe mandando, seu pai mandando, entendeu?*<sup>38</sup> (Cristina, 39 anos)

É importante destacar o modo como a entrevistada faz uma associação direta entre a cor e a renda. Logo no início, ela diz que o rico trata os empregados como tal, reconhecendo que há uma forma de tratar os empregados diferentemente daquela que ela adotara; em seguida, ela lembra que a empregada jamais agiria com um patrão branco da forma que agiu com eles, “*Ela fechou o barraco aqui. Quando é para um rico ela não fecha barraco, quando é que com um branco ela ia fechar barraco? Não fecha porque não dá espaço*”. Aqui aparece a relação estreita entre cor e classe – quer dizer que não basta ser o patrão para assegurar que as ordens sejam acatadas, mas tem que ser um patrão branco. E, por fim, a entrevista reitera a determinação com que um patrão branco conduz a relação com um empregado: “Olha, você folga nesse dia e pronto”; não há mediação, o empregado deve acatar as ordens ou se demitir do emprego.

Do mesmo modo, é notória a forma como a entrevistada interiorizou a função do patrão como sendo uma pessoa de cor branca, que não tem nenhum problema com relação à delimitação dos espaços que caracterizam a relação entre patrões e empregados. É como se ela construísse um tipo ideal de patrão do qual os negros não fazem parte. Esta fala é ainda mais interessante quando lembramos que a entrevistada foi empregada doméstica durante um grande período da sua vida e tem, por assim dizer, grande experiência em estar do lado de quem recebe as ordens. O último trecho da citação acima é bastante elucidativo no que se refere a isso: “é diferente de quem já teve aquilo” – mas o que é aquilo, senão o poder de mando de alguém que teve a experiência e aprendeu a mandar?

O relato sobre a tensão entre patrão e empregado, tal como fora descrito pela entrevistada, reflete, de certo modo, a interiorização das hierarquias raciais e sociais da nossa sociedade em que, historicamente, os negros ocuparam e ainda ocupam posições hierarquicamente inferiores, levando-nos a concluir que os empregadores negros não carecem apenas de recursos e

<sup>38</sup> “Fechar barraco” é fazer escândalo e, neste caso específico, resulta do fato de a empregada não somente ter desacatado a ordem do patrão, mas, também, pelo fato de ela ter reagido verbalmente. A expressão “Botar banca” é frequentemente usada quando uma pessoa se refere à atitude de uma outra de forma negativa, destacando o fato de a pessoa querer mostrar algo que ela efetivamente não é.



da falta de experiência na família, mas falta ainda a prática em ocuparem posições de comando, assim como falta aos empregados se familiarizarem com a ideia de que o lugar do patrão pode ser ocupado por um negro.

E, certamente, a ausência de experiências de pessoas que exerçam atividades empresariais na família não é o único desestímulo para que os negros exerçam essa atividade. Nesse sentido, é interessante o modo como um dos entrevistados remete à ausência de incentivo dos órgãos governamentais e às desvantagens dos negros em se tornarem empresários.

*Você não tem nenhuma guarida desse poder que é constituído. Tem zero de apoio. Enquanto qualquer empresário de São Paulo, banqueiro, industrial ou fazendeiro, o que for, se a seca atacou o Nordeste ou a geada o Sul, o governo indeniza, paga tudo, não precisa pagar o banco. Todo ano tem um financiamento para todas as safras. Se as indústrias no Sul não vão ser instaladas, tem o BNDES para oferecer os recursos, ou seja, tem todo o aparato governamental dando apoio aos euro-descendentes, aquelas pessoas que tinham, desde a sua infância, a linguagem cotidiana do negócio empresarial. [...] a questão empresarial vem de três bases: uma que você tem que gostar disso, acreditar nisso e ser possível; outra que é uma questão da experiência familiar; e outra a questão da educação. Uma é vocação própria, outra é educação e uma é tradição, digamos assim. É o futuro, é o aprendizado cotidiano. E o negro nunca teve nenhuma dessas possibilidades, daí nós estarmos arrombando as portas, quebrando as correntes ainda para termos acesso a esse mercado, a esse bolo que, sem acesso a ele, não haverá jamais o tão afamado equilíbrio da desigualdade social. (Jose Trindade, 56 anos)<sup>39</sup>*

## Capital inicial para começar o empreendimento

A maior parte dos entrevistados nunca recorreu a empréstimos em instituições financeiras;<sup>40</sup> somente um dos entrevistados obteve financiamento para a instalação de uma filial do seu restaurante no período das

---

<sup>39</sup> Jose Trindade, casado, dois filhos, é economista, administrador, com pós-graduação em engenharia; ele é um dos idealizadores e responsáveis pela associação dos empresários negros em Brasília que hoje conta com 1000 associados.

<sup>40</sup> Como mencionado na introdução, provavelmente algumas das características descritas sobre os empresários negros podem ser similares às daquelas dos empresários brancos pobres que também vivenciaram um processo de mobilidade. Contudo, não dispõe-se de informações para

reformas do Pelourinho, quando o seu empreendimento já era bastante conhecido, enquanto que um outro logrou o financiamento para a reforma de um prédio onde funciona a joalheria, também no centro histórico de Salvador.

De acordo com a literatura norte-americana, há um grave problema relativo aos empresários negros, no que se refere ao acesso ao crédito em instituições financeiras. Vimos como essa dificuldade implica a capacidade de manutenção e ampliação dos negócios, e observamos, também, que parte dos argumentos utilizados para explicar o problema diz respeito ao racismo existente nas instituições. No caso específico dos empregadores negros brasileiros, não há dados disponíveis a partir dos quais pudéssemos formular semelhantes questões, e a fala dos entrevistados diz menos sobre a recusa dos bancos em favorecerem ou possibilitarem o empréstimo e mais sobre o receio, o medo dos juros altos e de uma provável impossibilidade de quitar a dívida assumida com o sistema financeiro. Ao mesmo tempo, os entrevistados não podem correr o risco de perder o que conquistaram com grandes dificuldades.

No trecho abaixo, a entrevistada menciona as dificuldades de ter acesso aos empréstimos financeiros por diversos motivos: ser mulher, negra, pelo excesso de garantias exigidas pelo banco e, principalmente, pela falta de um político influente que mediasse o seu pedido. Contudo, não há no decorrer da entrevista nenhuma argumentação que justifique os motivos mencionados.

*Entrevistador: Você já tomou empréstimos financeiros?*

*Entrevistado: Não, não tive empréstimo. O dinheiro foi meu mesmo e alguns amigos me ajudaram.*

*Entrevistador: Você nunca pensou em recorrer a algum tipo de empréstimo?*

*Entrevistado: Eu até já, mas algumas portas estiveram fechadas. Muita dificuldade com fiador, com referência, e aí 90% do que eu tenho aqui é meu mesmo.*

*Entrevistador: Mas me fala da experiência de você tentar [...]?*

---

estabelecer uma comparação efetiva entre os grupos. Além disso, pretende-se destacar os aspectos simbólicos que envolvem a representação sobre os mesmos, já que ao ascender socialmente quase sempre os negros são vistos como negros “fora do lugar”, para utilizar a expressão de Lima (2001), ao contrário dos brancos, que sempre ocuparam um lugar privilegiado na escala social, quer seja ele real ou simbólico.

*Entrevistado: Banco, financeiras, órgãos do governo, sempre demonstram dificuldade de ajudar, não sei, por ser pobre, por ser mulher negra. Eu vejo mais por uma falta de apadrinhamento político.*

*Entrevistador: Mas como foi para você conseguir esta sede?*

*Entrevistado: Foi muito trabalho, muita luta, muito corre-corre. A imprensa me ajudou muito, os amigos, os professores, os poetas, intelectuais. [...] Fizeram cartas, muito pedido, milhares, até de outros países e de outros Estados. (Sonia, 51 anos)<sup>41</sup>*

Mas a grande maioria dos entrevistados efetivamente se refere aos juros altos:

*Entrevistador: Você já tomou empréstimo bancário?*

*Entrevistado: Nunca. [...] Não, porque a gente vive uma insegurança financeira muito grande. Eu acho que pelo menos que até onde eu já cresci, e me estabeleci, foi lento, mas foi sólido. E com o empréstimo a gente acelera muito e depois pode quebrar a cara. (Martins, 49 anos)<sup>42</sup>*

Resposta similar é dada por um outro entrevistado:

*Entrevistador: Você já tomou empréstimos?*

*Entrevistado: Não, graças a Deus não.*

*Entrevistador: E por que não?*

*Entrevistado: Porque a instituição bancária ainda a finalidade principal dela é lucro, [...]. Eles visam só lucros, e para eles não interessa se o cliente dele vai ficar em uma boa ou não, ele quer é lucro. Então para arriscar eu prefiro não fazer.*

Como se pode ver, a argumentação dos entrevistados sobre o fato de não recorrerem a empréstimos bancários diz respeito aos juros altos cobrados pelos bancos. Mas, além disso, um entrevistado lembra, mais uma vez, das consequências da ausência de uma cultura empresarial que repercute, inclusive, no receio demonstrado pela grande maioria dos negros em lidar com o sistema bancário. Ou seja, há um *ethos*, um có-

<sup>41</sup> Sonia tem um restaurante de comida baiana no Pelourinho; o trecho da entrevista descreve a dificuldade dela em ter acesso ao espaço onde hoje funciona o restaurante.

<sup>42</sup> Josenilton é o único entrevistado que teve uma trajetória de mobilidade ascendente e depois de estabilizado no comércio de sucatas passou por uma grande crise financeira, perdeu parte de seus bens e agora recomeça as atividades. Segundo ele, a crise é devida à redução dos juros, o aumento das possibilidades de financiamentos para a compra de carros novos e à entrada de carros importados no mercado. "O Sucatão tinha o maior estoque de peças em termos de reaproveitamento das concessionárias, em duas linhas GM e Volks [...] as chamadas peças fora de série.

digo aprendido durante a socialização, com o qual os negros não estão familiarizados.

*Nós fomos no Rio, São Paulo, Brasília, um debate com o pessoal do SEBRAE e o pessoal dizia que, ao contrário, eles estavam às ordens para as questões dos negros, os negros é que não gostavam de procurar. Eu tive a oportunidade de explicar que não é isso que se trata; o indivíduo que é negro ele já é rejeitado pela sociedade como tese. Ele leva um projeto dele e o indivíduo que está lá no SEBRAE, intelectualmente, interiormente acha que o projeto não tem valor porque não está acostumado a receber projetos de negro. E o negro que vai, já vai achando que ele que está ali não vai recebê-lo.*

*Você já cria antes do projeto e das pessoas se encontrarem um [...] negativo que não faz funcionar. Um não está acreditando no outro, não funciona. Ainda mais num mundo empresarial que só vale aquilo que se acredita, ser empresário é ter intuição. Você só sabe o resultado do que você vai fazer depois, você tem que partir de um pressuposto. O indivíduo chega lá e encontra um negro sentado que vai dar todo o apoio, o comportamento dele, o astral dele, a crença dele aumenta. Se você quer levar isso a sério, quer levar em conta toda uma questão periférica, mas que tem toda influência central. Você tem que começar desses pontos pra formatar, depois que eu explicar isso com toda tranquilidade que o indivíduo descendente de uma família italiana, alemã, espanhola, inglesa, francesa aqui na Bahia, no Brasil é fácil [...] mesmo com 18, 19 anos ele está com uma linguagem empresarial porque ele aprendeu em casa a vida toda. Os pais, a família, os negócios. O afro não sabe como falar porque ele nunca viveu essa experiência. Não tem uma referência. Ele vai sentar e não sabe como usa a perna porque ele nunca viveu, nunca discutiu na casa dele. É o indivíduo que está brotando de alternativa, de criatividade pra fazer e não sabe como. E chega naquela vez, [...] um projeto dele sai errado por falta de base. Ao contrário, se há alguém que compreende isso, facilita.*

---

*Talvez por terem saído os carros de circulação nós fomos junto, porque esse material já não serve mais, porque já não tem o carro para consumir. Então, nós tínhamos um dos maiores estoques de todo o Brasil, nós fazíamos recolhimento em quase todos os estados, e hoje não tem realmente esses veículos no mercado transitando, conseqüentemente, nosso estoque continua aqui, porém todo ele sem giro. E o que aconteceu com isso? Nosso mercado ficou à deriva porque nossa linha é uma linha ultrapassada, então a maior parte dos comerciantes nessa área [...] está indo à falência porque não teve o estoque atualizado e nem o estoque anterior saiu”.*

Mais adiante, o entrevistado sugere formas de superar este problema e cita o exemplo de um jovem que quer iniciar um negócio e que não é estimulado pelo pai.

*Nós conversamos, discutimos o projeto dele, no nosso grupo tem pessoas com muita experiência, a pessoa não se sente só, sai de lá delirante de felicidade porque ele pensava que nunca ia achar alguém que o ouvisse. O pai dele geralmente não tem experiência, porque não é do ramo. Ah, porque vai dar tudo errado, não se meter nisso é uma questão de ter medo. Ah, você tem dinheiro, guarde isso, compre um carro e vá dirigir táxi. E o indivíduo quer mais, não, eu tenho 20 mil, vou comprar 10 táxis pra uma pessoa tomar conta. Aí o pai: não faça uma loucura dessas, compre seu carro e pague. Eu estou dando um exemplo clássico. Que aconteceu. Não quero comprar um carro, quero comprar 10 e vou administrar os 10 trabalhando, e o pai não gostou. Nós fomos lá, demos apoio, e está bem essa pessoa. É um jovem. O SEBRAE afro, esse é um título que nós não sabemos qual será, pra didaticamente compreender haverá um SEBRAE afro, tem 1, 2, 3 anos com a mesma estrutura do próprio SEBRAE e que pode ser o próprio SEBRAE. (Jose Trindade)*

Em que pese a relevância do depoimento acima, a adoção de um discurso político não tem sido a tônica dos depoimentos da maioria dos entrevistados. Embora alguns demonstrem maior sensibilidade e tenham, efetivamente, um discurso mais articulado acerca das desigualdades raciais, a solução apresentada por eles quase sempre está relacionada às iniciativas específicas de sua empresa, como se evidencia mais adiante. Por outro lado, não existem proposições pautadas em ações coletivas que digam respeito à categoria empresários negros, tal como vimos no discurso acima.

Os informantes apresentam mais uma característica comum, que se refere ao início de sua atividade empresarial. Indagados sobre o capital inicial utilizado para começar seu empreendimento, eles responderam que era originário do Fundo de Garantia (FGTS), quando desligados de seus trabalhos, assim como de economias pessoais. Alguns obtiveram empréstimos dos amigos.

*A minha história foi mais ou menos um acidente, talvez um pouco de sorte, misturado com necessidade e curiosidade. Meu pai abandonou minha mãe eu tinha dez anos, aí eu fui morar com uma tia, depois tive que abandonar os estudos para trabalhar. Eu trabalhava com uma*

*pessoa [que tinha uma loja de sucatas] no Largo do Retiro, isso em 1970 e pouco... Trabalhei até os dezoito anos. Depois voltei a estudar... Naquela época, maior de idade só podia estudar à noite, e eu também trabalhava [...]. Trabalhei uma média de dezoito anos como empregado, depois saí, comprei um caminhão com a indenização [...]. Aí já tinha o caminhão quando me veio a idéia de sucata, só que nós trabalhávamos com sucata a peso, ou seja, sucata para derreter. E me veio a idéia de trabalhar com sucata automotiva, uma sediada aqui na avenida Suburbana, que era quatrocentos metros quadrados. Ele [o antigo patrão] entrou com uma parte e eu com outra [...]. E nós éramos sócios, em 1986 nós já tínhamos uma média de dois mil metros quadrados, tinha três linhas telefônicas, já tinha imóveis. Eu fiz uma proposta e comprei a parte dele, paguei, parece que em um ano e meio ou dois, naquela época do plano Sarney. E aí assumi a Sucata. (Macedo)*

A trajetória de outro entrevistado, também do ramo de comércio de sucatas, reafirma a importância das economias pessoais:

*Eu fui empregado e já no fim do período de emprego eu tive a necessidade de pensar no meu futuro. Em seguida eu comecei a me preocupar com essa área porque eu sempre gostei de comércio [...]. Meu último emprego foi no pólo petroquímico [...]. Eu trabalhei, antes, de motorista, vendedor, depois fui para o pólo como motorista industrial na área de assistência às indústrias do pólo junto com uma outra equipe de manutenção. Passei cinco anos lá, após cinco anos foi que eu pensei em entrar em uma coisa que eu sempre gostei, que era o comércio. Eu vinha economizando, fazendo alguns investimentos de menor porte para poder, quando eu me tornasse comerciante, eu poder usufruir. Aproveitei uma época que eu tinha um salário bom e me dava condição de pensar em uma outra atividade. Primeiro eu fiz um serviço de lanchonete, e para mim foi pouco porque o espaço era restrito, aí eu achei que eu deveria ir mais longe. Aí investi na área de pesca [...]. Foi quando eu entrei nessa área que eu conhecia [...] não como comerciante, mas sim como mecânico. (Martins)*

Para a maioria dos entrevistados, a opção por determinado tipo de atividade comercial ocorreu acidentalmente; uma ideia que surge mais pelas circunstâncias da vida do que como resultado de uma consulta, ou de uma pesquisa que demonstre que aquele tipo de atividade ofereceria mais vantagens do que outras.

Nesse sentido, o exemplo do proprietário da empresa no ramo de telefonia é bastante ilustrativo. Envolvido com problemas econômicos durante o nascimento de seu primeiro filho, ele foi levado a se desfazer dos poucos bens de que dispunha. Ao vender o seu telefone residencial, deu-se conta da margem de lucro que obtivera em tal negociação. A partir disso, teve a ideia de investir na área de compra e venda de telefones. A iniciativa depois se expandiu, tornando-se uma grande empresa no ramo que hoje conta com seis filiais e mais de 100 funcionários.

*Entrevistador: Você disse que começou no escritório de advocacia, não deu certo e você começou a empresa, mas por que telefones?*

*Entrevistado: Por que telefone? Aconteceu o seguinte [...]. Eu comprei um telefone com a necessidade de usar; quando nasceu meu primeiro filho, tive a necessidade de vender para enfrentar. E vi que aquilo tinha me dado uma rentabilidade que nada tinha dado tanto, então eu entrei em telefonia por esse aspecto.*

*Entrevistador: Mas você não conhecia a atividade?*

*Entrevistado: De nada!*

*Entrevistador: Mas me conta a história, Paulo. Você tinha um sócio? Entrou sozinho?*

*Entrevistado: Nada. Que sócio? Eu tinha um escritório de advocacia [...] Depois de terminar o curso de direito [...] não conseguia um horizonte para divulgar o escritório, eu precisava trabalhar, precisava me manter, e aí eu fiz um concurso público, fui trabalhar na esfera federal, na SUNAB, trabalhando na SUNAB [...]. Eu era inspetor de abastecimento, fiscal, era uma época que botaram pessoas de nível universitário, abriram concurso para fazer aquilo. Então já era minha área de comerciante onde eu vinha atuante, e fui um dos mais atuantes na SUNAB, mas sabia aquela legislação toda, eu era realmente um expert no assunto, esse talvez é o grande, a minha grande, o grande fato de eu ter tido sucesso na vida econômica, porque eu só faço, se eu me meter para fazer uma coisa eu tenho que saber, eu tenho que ser competente.*

*Meu escritório de advocacia se transformou num escritório de compra e venda de linhas. Daí eu inventei o aluguel de telefones, essa coisa foi eu que inventei no país, eu não tinha dinheiro, então você tinha dois telefones me dá um para alugar, eu alugava, tem algumas coisas assim que me orgulham muito, eu tenho, por exemplo, hoje o meu primeiro cliente, a pessoa que fez eu estar nesse campo de atividade ainda é minha cliente até hoje. Está morando em Aracaju, e há pouco tempo ela*

*veio a Salvador para comprar um celular na minha mão. Que comerciante não vai ter um orgulho arretado diante de uma coisa dessas?*  
(Paulo)

Todos os entrevistados estão absolutamente seguros de serem competentes, se não o melhor, ou um dos melhores, naquilo que faz. É constante esta referência em suas falas. “*A minha empresa é uma das dez melhores deste ramo na Bahia*” ou “*a minha empresa é a melhor, é pioneira nesta atividade que desenvolvo*” são frases recorrentes.

## Critérios para a contratação de funcionários

Os entrevistados são unânimes em afirmar que a competência é o critério mais importante na contratação dos funcionários, ainda que a suposta capacidade profissional apareça muitas vezes associada a outros indicativos de qualidade profissional.

*Entrevistador: Qual o critério que você julga mais importante para a contratação de funcionário? É você mesmo quem faz a contratação?*

*Entrevistado: Eu faço. A entrevista principal é comigo.*

*Entrevistador: Então já passou por uma triagem?*

*Entrevistado: Exato.*

*Entrevistador: E quais os critérios que você julga importantíssimos para que você contrate ou não contrate?*

*Entrevistado: Depois de analisado o currículo, as qualidades técnicas, então eu faço uma avaliação onde eu vou julgar a pessoa quase que psicologicamente: pela conversa, pelo olhar, pelo porte da pessoa.*

*Entrevistador: Como assim, o porte da pessoa?*

*Entrevistado: Como a pessoa te olha, como a pessoa responde a determinadas perguntas, entendeu? Do ímpeto de cada um, tem pessoas que têm uma natureza mais forte, e vendedores têm que ter uma maneira mais arrojada de se referir a algum objeto, a alguma pessoa.*  
(Clovis, 41 anos)<sup>43</sup>

<sup>43</sup> Clovis, segundo grau completo, casado, dois filhos. Clovis é um dos poucos entrevistados que é filho de um comerciante relativamente bem-sucedido no ramo de vendas de autopeças. Talvez, por isso, ele tenha começado a trabalhar muito jovem na loja do pai. Atualmente, Clovis é proprietário de uma loja de venda de acessórios para carros que tem 32 funcionários.



Para a entrevistada, o critério mais importante é a aparência, ainda que este conceito esteja relacionado às noções de higiene e de educação.

*Entrevistador: O que você considera mais importante para a contratação de um funcionário, qual o perfil que você acha ideal?*

*Entrevistado: O perfil do funcionário eu acho assim: a aparência é fundamental. Tem um funcionário que eu digo assim: 'A sua aparência é muito legal', pode ser pobre do jeito que for, mas seja limpinho, arrumadinho, se for homem esteja barbeado. E o perfil, hoje [...]. Naquele tempo eu olhava só o perfil, hoje eu tenho que olhar o perfil de uma pessoa que tem um estudo, gente que saiba computador, porque eu tenho Paixão que não sabe computador, eu também não entendo, mas a gente tem que fazer Paixão aprender, porque é pro futuro dela. Aí eu explico: 'Olha, Paixão, é muito bom que você aprenda que é para seu futuro'. Então eu olho esse perfil do funcionário.*

*Entrevistador: Digamos assim, a cor é um requisito importante?*

*Entrevistado: Não.*

*Entrevistador: Tanto faz ser branco ou negro?*

*Entrevistado: Eu quero que seja um preto bom, maravilhoso, e tenha educação com meus clientes. (Cristina)*

Apenas um dos entrevistados referiu-se a um outro critério: “Meu único critério é que ele seja religioso, não importa qual a religião.” Mas, de fato, ele se referia às religiões protestantes, argumentando que “eles não faltam ao trabalho, não inventam doenças, não brigam, não chegam atrasados e não fazem fofoca.” Além disso, argumentou: “eles precisam morar próximo ao local de trabalho.”

*Entrevistado: Geralmente nós só colocamos funcionários por indicação, indicado por outro funcionário que já conhece as regras e as normas da empresa. Priorizamos sempre um funcionário que more perto do trabalho, porque, em caso de greve e essas coisas, ele não vai ter dificuldade de chegar no trabalho. Geralmente eu faço entrevista, procuro ver o último emprego dele, faço contato para saber como é mais ou menos a pessoa.*

*Entrevistador: Em linhas gerais, qual o perfil de um bom funcionário para você? Como você seleciona os funcionários?*

*Entrevistador: Eu, hoje, se pudesse, todos os funcionários de minha empresa seriam religiosos, porque não fofocam, não metem, não 'botam bombрил', isso eu detesto!*

*Entrevistador: O que é isso?*

*Entrevistado: É não estar doente e trazer o atestado. O índice de briga de um funcionário religioso é o mínimo, não existem [...].*

*Entrevistador: Você poderia dar uma média de quantos dos seus trinta e cinco funcionários são religiosos?*

*Entrevistado: Uns dez. E funcionário religioso ainda indica outro religioso, e é de extrema confiança.*

*Entrevistador: Então o fato de o funcionário ser religioso é mais importante que a escolaridade ou cor?*

*Entrevistado: Porque me dá mais tranquilidade, você confia mais. Geralmente são pessoas educadas, pelo menos uma coisa você garante: a educação, principalmente quando ele vai atender o público, quando vai ficar de tête-à-tête com alguém, fala baixo e atende bem. Respeita o cliente, respeita o colega, não briga, não entra em fofoca.*

*Entrevistador: Esse é o perfil do funcionário ideal, mas a partir de quando você começou a perceber isso?*

*Entrevistado: A partir do momento que eu comecei a ter o primeiro, o segundo, o quarto, o quinto [...].*

*Entrevistador: Então, digamos assim, se eu perguntasse um critério prioritário seria a religiosidade?*

*Entrevistado: Não importa, pode ser batista, testemunha de Jeová... Ele tem que ser religioso, tem que ser crente.*

*Entrevistador: Você descobriu isso, mas com relação aos negros, você tem mais negros, menos negros?*

*Entrevistado: A maioria é negra, mas eu não me importo com isso não. Tanto faz ser negro, branco, mulato [...]. Para mim é indiferente a cor da pele. A qualidade dele tem que ser de conhecimento, de ser de pessoa... O resto, eu dou prioridade às pessoas que moram mais perto por causa do transporte, porque fica mais fácil para a gente. (Macedo)*

Como vimos, para a grande maioria dos entrevistados a cor parece não ser um critério relevante na seleção e contratação dos funcionários; a referência a este critério não aparece espontaneamente na fala dos entrevistados, e quando indagados sobre o fato da cor ser ou não importante frequentemente eles respondem que não. Mesmo aqueles proprietários que têm 90% do seu quadro de funcionários formado por negros alegam que esta não é uma opção consciente, mas o resultado de uma escolha baseada em outros critérios. Este é o caso de Clovis, que em uma de suas lojas de autopeças conta apenas com três funcionários “clarinhos”, dentre os 32 empregados.

*Todas as pessoas que tem aqui na minha loja, dos trinta e dois funcionários da minha loja, existem de pele clara eu acho que três pessoas. Agora, essa seleção não é feita propositadamente, eu procuro não fazer isso, nem com meus amigos, as pessoas que frequentam minha casa, porque a gente não quer de maneira nenhuma separação. Apartheid não significa você pegar uma empresa e colocar cem por cento [negros] porque de qualquer maneira você está separando. Agora, você pode dar mais oportunidade, não deixando claro que há separação, porque se o pessoal do lado de lá imaginar isso aí, os negros vão ser os mais prejudicados [...].*

*Exato, se eu tivesse uma fundação, eu pegava uma parte do que eu tenho aí e só ia colocar negros para dar oportunidades. Mas não se pode pegar uma empresa, e só pelo fato de o dono ser negro, empregar somente negros [...]. Tem que fazer uma avaliação, depois uma entrevista e depois você vê se serve ou não. (Clovis, grifo nosso)*

Ao contrário da maioria, Marisa<sup>44</sup> argumenta em prol do trabalhador negro,

*Entrevistador: E desses dezoito, digamos a média, quantos são afro-brasileiros ou negros, e quantos não são?*

<sup>44</sup> A entrevista foi feita com Marisa, 24 anos, filha mais velha do proprietário de uma importante joalheria da cidade. O seu pai estava com um grave problema de saúde e foi obrigado a se afastar do trabalho por período indeterminado. De acordo com a sua mãe, sócia da empresa, Marisa é efetivamente a pessoa responsável pelos negócios. De acordo com a informação dela, cerca de 75 a 80% de sua clientela é de estrangeiros. Contudo, não se pode entender a preferência por vendedores negros manifestada por ela, tendo em vista apenas a eficácia simbólica do marketing comercial. Já que desde muito jovem Marisa teve contato com clientes afro-americanos, isso, de certo modo, influenciou ou contribuiu para a interpretação dela acerca das relações raciais.

*Entrevistada: Ah, se eu te disser branquinho [...] Se eu tenho assim, porque na verdade é difícil de você dizer branco, né? Ou que é branco ou que é negro. Se eu tenho aqui muito, eu devo ter três que não são, porque todos os outros têm cabelo enroladinho, pele morena, e quem não é [negro], se considera.*

*Entrevistador: É uma política de vocês?*

*Entrevistada: Termina [...] termina sendo, por mais que seja intuitivo, termina sendo, a gente sempre prioriza; hoje mesmo eu fiz uma entrevista com uma menina pra vendedora e eu vi a menina assim, eu, essa menina pra trabalhar com grupo afro, porque ela é assim, uma mulher vistosa, bonita, com aquele cabelo enroladinho, curtinho, mas, assim, é uma espécie negra mesmo, né? Eu disse, essa menina pra trabalhar com grupo afro, porque isso termina assim, a gente tem menos, uma consciência menor disso aqui no Brasil. Você chega nos Estados Unidos, tenho, eu tenho clientes que só [...] compram aqui porque sabem que é uma casa de negros, que tem negros na frente, e que tem vendedores [...], que não chega na casa e está vendo negro só limpando o chão, tem o negro que está mandando, tem o negro que é o vendedor, o manda-chuva, sabe, tem essas coisas, pequenos detalhes que, às vezes, a gente que está aqui tão no dia a dia, trabalha, você não vê, você entra em um monte de lojas só vê. . . claro, você pela sua formação você já é mais antenada pra essas coisas, mas a maioria dos lugares que você vai ver não [...].*

Enquanto isso, dois dos entrevistados argumentam que, em condições de igualdade do currículo, a vaga será preenchida por um profissional negro. De forma bastante inovadora, um deles descreveu uma estratégia eficaz para a contratação de negros, tanto na sua como em outras empresas da qual ele é consultor. A estratégia consiste em sempre solicitar um número relativamente grande de candidatos ao cargo. Se no primeiro grupo não tiver um negro que corresponda às exigências da empresa, ele solicita um outro grupo de candidatos, até que encontre um profissional negro que corresponda às expectativas do empregador. De fato, em seu escritório, 100% dos funcionários eram negros.

*Entrevistador: Agora, essa outra funcionária que você disse que não era da família, é negra também?*

*Entrevistador: É negra também.*

*Entrevistador: Isso é um critério importante para você?*

*Entrevistado: Fundamental. Mesmo quando tivemos um volume maior, todos que a gente colocou aqui sempre foram negros. [...] Em condições de igualdade técnicas e é, digamos, se você entrevistar 10, você selecionou 20 pessoas, aí você conseguiu uma que se destacava um pouco mais e aquela pessoa inicialmente foi branca, eu prefiro selecionar mais 10 para tentar arriscar conseguir um negro no local.*

*Entrevistador: E por que essa opção?*

*Entrevistado: Porque é igual àquela coisa que eu falei da família, se é bom você agregar riqueza na própria família, a mesma coisa acontece com a raça; então, se eu boto um negro no mercado de trabalho, é dessa forma que a gente dá a nossa parcela de contribuição para ajudar [...]*

*Entrevistador: Você monta departamentos contábeis de outra empresa e também gera emprego. Na seleção para os outros, você também inclui o critério da cor? Isso nunca causou nenhum problema com as empresas?*

*Entrevistado: Por incrível que pareça não causou problemas, mas teve uma situação, digamos assim, chegou a ter um certo questionamento. Tinha uma menina no departamento pessoal da empresa que tinha mandado uma equipe, ela tinha feito a pré-seleção daquela parte toda de recursos humanos e depois que ela seleciona manda para mim, para eu poder fazer a avaliação técnica. Seria depois da minha entrevista, da entrevista comigo, que eu devolvia esse resultado e ela faria a seleção analisando as duas coisas, quem foi bem na parte técnica e mais quem fez bem o psicoteste, aquela parte toda de recursos humanos [...]. Veio uma menina e a menina era esforçada, era inteligente, daria uma boa profissional, mas era branca e veio o pessoal, meu, que veio não eram tão bons quanto ela, e eu pedi mais candidatos. Entrevistei todos e mandei pedir que ela mandasse mais uma quantidade a mais, aí ela mandou uma CI perguntando o porquê, se ela tinha mandado várias pessoas em que se destacava inclusive essa menina. [...]. Eu queria que essa pessoa tivesse alguma coisa a mais que ela não tinha, mas também não falei que queria que fosse negra. Aí ela ficou assim, e depois mandou uma outra safra e esse departamento específico dessa empresa, todos negros, e ela mandou uma outra remessa, depois acabei contratando um rapaz negro. Aí depois de um certo tempo ela ficou com aquilo na cabeça. Aí ela disse... ela veio me perguntar. Ela aproveitou a menina em uma outra atividade e a menina era realmente bem inteligente, bem sagaz. Aí ela 'Ah, Luciano, até hoje estou prá te perguntar, me diz uma coisa: o quê é que fulana tinha, fulana tem, que fulana não tinha? Que naquela época eu queria contratar ela para lá para*

*a contabilidade e você não quis.’ Eu digo: ‘Não sei, dê uma reparada talvez você descubra, repare melhor lá na contabilidade, talvez você descubra.’ Aí passou mais um tempo, chegou um dia ela me falou: ‘Ah, rapaz, já entendi o que você quis dizer. É que a gente abre aquela porta e todos lá dentro são negros.’ (Luciano, 36 anos) <sup>45</sup>*

Normalmente, quanto maior a empresa, menos o proprietário está envolvido com a seleção dos funcionários. Nestes casos, a seleção fica a cargo do departamento pessoal e só no último momento da seleção o empregador faz uma entrevista com o candidato. Esta estratégia garante o mínimo de distanciamento com relação aos constantes pedidos de empregos feitos pelos amigos, vizinhos e parentes.

Não se pode esquecer que, na maioria das vezes, o entrevistado é o único membro da família com melhor renda, o que significa que ele não funciona apenas para os mais próximos como referência positiva de alguém que “subiu na vida”, mas também ele é a única pessoa próxima que tem possibilidade de empregá-los. Disso deriva uma outra questão importante relativa ao significado, ou às implicações do trabalho com os familiares: para a maioria dos entrevistados, trabalhar com os membros da família resulta menos de uma escolha e mais da escassez de oportunidades no mercado de trabalho. Do mesmo modo, eles apontam o problema da questão da autoridade com os funcionários que são parentes.

*É difícil porque família e amigos nem sempre respeitam a posição do dono do negócio e aí você tem uma série de experiências que às vezes não são muito positivas. Por exemplo, a determinação que se dá como proprietário, como dono, como gestor, como gerente, não é muito respeitada, porque a figura do amigo e parente não leva a coisa muito a sério. É normal isso, talvez setenta ou oitenta por cento dos parentes e amigos não levam a sério e aí a gente tem sempre surpresas negativas. Foi o que aconteceu comigo, eu abri mão de só trabalhar com parente; como a maioria das empresas [...]. (Martins)*

Para a entrevistada a seguir, a experiência de trabalhar com a família só deu certo num primeiro momento, quando todos os envolvidos pertenciam à mesma camada social:

---

<sup>45</sup> Luciano é contador, casado, 2 filhos.

*Quem era a pessoa que eu estava botando para trabalhar? Eram os parentes, e os parentes e eu e Paulo. Quando os parentes viram que eu resolvi abrir o restaurante [...]. No dia da inauguração isso aqui foi um [...] tinha uma tia e um tio dele que me ajudaram, a tia dele sempre me ajudou muito. E os irmãos dele vinham e eu pagava tudo assim, nunca quis nada de graça, era tudo ótimo enquanto estava dando certo, enquanto estava todo mundo na mesma merda.*

*O restaurante começou a dar certo, o boca a boca começou a crescer e eu precisava da família mais ainda. Um dia, tinha a família de Paulo que já me ajudava, que vinha aqui por esporte, ganhava o dinheiro e 'se picava', sem compromisso. Ganhava seu dinheiro e nem procurava saber se eu precisava [...] e eles não queriam obrigação, eles queriam chegar, ganhar o dinheiro deles e 'se picar'. [...]. Trabalhar com a família não é bom, principalmente quando a família é do mesmo nível, do mesmo nível que eu digo assim: são todos fudidos e você conseguiu. (Cristina)*

Já outro entrevistado observa que a sua empresa tem um número limitado de vagas e os pedidos podem ser superiores à oferta, além da possibilidade de faltar a necessária qualificação ou capacidade dos funcionários para exercerem diferentes funções na empresa.

*A empresa tem 18 anos de direito, 20 anos de fato, mas somente há três anos passei a seleção dos funcionários para um setor específico. Eu tenho familiares empregados, eu tenho um filho meu que trabalha comigo, Junior, tem um sobrinho meu que trabalha, mas imagine você, eu que tenho [...] 12 irmãos, não sei quantos tios, sobrinhos. Aqui eu tenho hoje 118 funcionários ou 117, eu deveria ter uns 100% ou 70% da família, mas é outra coisa, esses familiares meus não exercem funções, vamos dizer assim, lá em cima, vai enriquecer cada um de acordo com sua capacidade, se não tem não é pelo fato de ser meu filho ou minha filha ou meu parente que a pessoa vai chegar aqui e vai mandar, não existe isso para mim.*

*Aqui na empresa, para você ter uma idéia, eu não [...] se você chegasse agora e dissesse: 'Eu queria que você empregasse fulano', eu não tenho mais essa coisa aqui dentro, contratei uma empresa que seleciona as pessoas que colocam aqui dentro. Eu já mudei nesse aspecto porque já pensou que pressão que eu não sofro, ainda mais eu que sou conhecido de tanta gente, me dou com todo tipo de pessoas, aí pronto, foi a forma que eu resolvi. (Paulo)*

Contrariamente à maioria dos entrevistados, Clovis considera que é positivo trabalhar com os parentes, já que eles se comprometem mais com o sucesso da empresa. Mesmo assim, o entrevistado observa que, às vezes, os parentes confundem a relação de parentesco com excesso de liberdade.

*Dependendo da afinidade que você tenha com esse parente, porque às vezes os parentes, eles confundem o parentesco com a liberdade que ele vai ter dentro da empresa para o lado negativo. Eu já tive algumas experiências com parentes e os que não me agradaram já saíram. Quando é feita a admissão é tudo bem esclarecido, é uma chance que está se dando a um parente, porque está escassa a coisa, estão bem mais difíceis ainda mais para o pessoal de origem humilde como nós. Mas é explicado a eles: 'É uma experiência, se você for aprovado tudo bem, se não a empresa vai estar em primeiro lugar.'* (Clovis)

Todos os homens afirmam ser extremamente rigorosos e exigentes em suas atividades; ao mencionar as dificuldades em trabalhar com os membros da família, um entrevistado afirmou: “*Olhe que eu sou um cara bastante duro [rigoroso],*” referindo-se às cobranças que ele faz aos funcionários. Mesmo assim, ele disse que, se pudesse, não trabalharia com familiares, já que os vínculos de parentesco atrapalham na hora de reprimir ou até mesmo de demitir um funcionário.

*Imagine! para você ter uma idéia, na minha empresa a minha filha não conseguiu trabalhar comigo, nem irmãos e o diacho, por que? Porque quando eu entro aqui eu sou um profissional, sou rigorosíssimo, imagine você se até eu fosse comprar alguma coisa aqui dentro teria que ser dentro da norma legal. Eu quando alugava telefone, quando colocava o meu telefone para alugar, eu pagava a empresa que era minha, estava em meu nome, era a mesma coisa que pagar a você como cliente. Talvez o meu sucesso empresarial tenha sido nessa rigidez de não misturar as coisas.* (Paulo)

Uma das características das mulheres entrevistadas é que, mais que os homens, estas empregam membros da família em seus estabelecimentos. Se, para a maioria dos homens, trabalhar com a família tem implicações e/ou algumas consequências negativas, inclusive com relação à autoridade do patrão/parente, para as mulheres essas tensões são acentuadas, uma vez que elas se defrontam com questões relativas ao gênero. Elas in-



clusive mencionaram, no decorrer das entrevistas, diversos problemas ocorridos com funcionários que eram seus parentes. Chamou-me a atenção a referência a este tema em duas das entrevistas.

No primeiro caso, antes de começar a entrevista, ocorreu um incidente em que o irmão da proprietária desobedeceu à sua ordem de afastar uma pessoa, visivelmente portadora de distúrbios mentais, do seu restaurante, já que a presença dela afastava possíveis clientes, bem como criava dificuldades para a realização da entrevista. Nesse caso, começamos a entrevista perguntando sobre as vantagens e desvantagens em trabalhar com membros da família. Ela então respondeu que era muito difícil, e que ela só os mantinha como funcionários porque eles não tinham outras possibilidades de empregos. Além disso, acrescentou: *“É pior ainda. Ser mulher e ser negra ainda é pior. Ser mulher, porque o homem não aceita as ordens da mulher. Homem não aceita ordem de mulher. E se tratando de parente ainda é pior.”*

No segundo exemplo, a entrevistada relatou o caso de um primo, funcionário de sua empresa durante muitos anos, e que, após ter sido demitido, entrou com uma ação na justiça trabalhista alegando que ela o explorara durante todo o período em que foi seu funcionário. Ela considerou que ele se beneficiou do vínculo de parentesco que tinha com ela para ter acesso ao emprego, inclusive morando em sua residência.

Mas as diferenças entre homens e mulheres não se reduzem a isso; como foi mencionado anteriormente, o grupo entrevistado era bastante heterogêneo em termos de renda, profissão, escolaridade, tipo e tamanho do empreendimento. Do total de trinta entrevistados, apenas quatro são mulheres. Isso ocorreu menos por escolha e mais como resultado dos diferentes meios de indicações. Além das diferenças mencionadas, alguns importantes aspectos demarcam as diferenças entre homens e mulheres. O tipo de atividade desenvolvida pelas mulheres é um exemplo, pois a maioria delas exerce atividades relacionadas à “cultura baiana”, ou melhor, à culinária baiana – todas aprenderam a cozinhar com uma mulher da família, em geral a mãe ou a avó. A artista plástica inspira-se em temas relacionados à cultura negra, mas, ainda que todas as entrevistadas sejam consideradas bem-sucedidas, elas têm em média menos funcionários do que os homens.

Pesquisadores que trabalharam na perspectiva de compreender a estrutura das famílias negras no passado enfatizavam a importância das mulheres nestas famílias, o que passou a ser descrito como matriarcado, ou matrifocalidade. Ruth Landes (1967), por exemplo, defende a tese do matriarcado no candomblé baiano. Pesquisas mais recentes contestam a hipótese acerca das famílias negras, bem como a tese defendida por Ruth Landes. Contudo, mesmo descartando esta hipótese, a importância das mulheres, principalmente das mães nas famílias, é mencionada em diversos trabalhos. Em pesquisa que foi realizada no mestrado (FIGUEIREDO, 2002), afirma que todos os entrevistados mencionaram a importância da mãe na educação formal e no estímulo em suas carreiras.

No trecho da entrevista abaixo, o entrevistado comenta sobre a maior dificuldade dos pobres terem acesso à educação formal no passado, e destaca o esforço e o estímulo dados por sua mãe para toda a família.

*Era muito mais difícil, mas havia uma coisa, minha mãe também, de novo, ela tinha o orgulho dela que os filhos estudassem, naquela época ela dizia assim 'Ah, meu filho [...]', ela achava a gente também muito inteligente, achava que era mais inteligente do que os filhos dos outros, é verdade. Então ela achava que a gente tinha que estudar, que a gente tinha que ser doutor, aquela coisa assim. Meu pai já não ligava tanto[...] por isso, talvez, que ela se desenvolveu em tanta coisa [...] ela fez salão de beleza, ela fazia costura, fazia doce, fazia qualquer tipo de coisa para manter a gente nessa situação, vamos dizer assim, poder fazer isso [estudar]. Meu pai, como operário, não tinha condições salariais, mas ela trabalhava muito, nós devemos muito dessa formação à nossa mãe. Só não estudou lá em casa, dos 13 filhos que ela teve, 12 estão vivos, porque não quis. Porque eu tenho irmãos que não estudaram, não se formaram [...]. (Paulo)*

## Representação da classe

Já é conhecido o fato de que as pessoas de camadas sociais mais elevadas têm dificuldade em declarar suas rendas. Nesta pesquisa, as mulheres demonstraram menos dificuldade em falar sobre sua renda do que os homens. Assim, quando era mencionada esta pergunta, alguns entrevistados homens fingiam não terem ouvido, outros diziam que a sua renda era o suficiente para sobreviver, e havia aqueles que eram explícitos

ao afirmar que não iriam responder a esta pergunta. Contudo, todos os informantes têm casa(s) e carro(s) próprios; a maioria tem casa de praia e todos os que têm filhos, invariavelmente, matriculam seus filhos em escolas particulares, reconhecidas por serem escolas frequentadas por membros da classe média em Salvador.

Ainda em sua dissertação de mestrado (FIGUEIREDO, 2002) aborda, ainda que brevemente, o tema da representação da classe e da socialização dos filhos dos negros, membros da classe média. Do que foi apresentado, gostaria de destacar a importância atribuída à educação formal dos filhos – os investimentos em cursos considerados relevantes para a formação profissional e para intensificar a capacidade competitiva deles no mercado de trabalho, tais como cursos de inglês e de informática –, e à temática da identificação da classe social. Com relação ao último ponto, a respeito da classe social, observa-se que, a despeito das rendas dos entrevistados serem consideradas elevadas em relação aos padrões salariais nordestinos e/ou baianos, não havia um sentimento de pertencimento à classe média e, quando isso ocorria, quase sempre vinha acompanhado de uma distinção entre eles e aqueles indivíduos que eles consideravam como classe média.

O mesmo ocorreu com a pesquisa realizada com os empresários, já que a grande maioria dos entrevistados rejeita a ideia de que eles sejam membros da classe média, ainda que eles possuam rendas e bens materiais que são indicativos do seu pertencimento à classe média. Provavelmente, o ingresso recente em determinada classe social faz com que a representação sobre a própria posição social seja ainda considerada instável.

Quando indagados sobre a classe social a que pertencem, alguns dos entrevistados mencionam, direta ou indiretamente, práticas sociais e se referem a determinados espaços constantemente associados à classe média, o que provavelmente se configura como um *habitus* de classe. Um dos entrevistados afirma: “*Eu sou uma classe média alta ou altíssima, pode chegar até por aí, mas não frequento a alta sociedade*”.

Contudo, nenhum dos entrevistados aludiu ao valor, à uma renda mensal que eles considerassem necessário para a identificação e ao pertencimento a uma determinada camada social. Vejamos o trecho abaixo transcrito:

*Entrevistador: Qual a classe social que você pertence?*

*Entrevistado: Eu poderia pertencer até a classe AB... Poderia, mas não tenho necessidade de participar ativamente. Eu posso ter contato, ter alguns amigos, mas não tenho necessidade de ter amigos ricos...*

*Entrevistador: Quando você fala de frequentar, é frequentar o que?*

*Entrevistado: Clube, uma boate...*

*Entrevistador: Qual clube?*

*Entrevistado: Um clube de ginástica [...].*

*Entrevistado: Que você acha que seria então uma coisa de classe média?*

*Entrevistador: Eu não tenho necessidade... deixa eu ver como vou explicar... eu até frequento, mas não tenho o desejo de consumo de me sacrificar para poder frequentar. Frequento normalmente, vou a todos os lugares, lugares que se pode gastar muito, que pode gastar pouco sem problemas, não sofro não. Tem muita gente que sofre porque não pode ir a um ambiente, ou que vai gastar; às vezes se sacrificam, mas, eu não tenho essa necessidade. (Clovis)*

Outro entrevistado diz:

*Eu diria que no Brasil hoje não existe mais classe social. A gente até tenta chegar próximo de uma delas. Antigamente eu era classe média, era uma classe média que muita gente invejava. Eu tinha um contexto social equilibrado, mas hoje com essa queda financeira a gente perdeu muito essa questão da classe social. O Brasil sempre escolheu a classe social pelo lado do capital, e aí a gente fica sem saber onde nós estamos. Pelo menos eu tenho consciência que eu sou pobre hoje, aí eu estou na classe dos pobres. (Martins)*

## Percepção do racismo

Em que pese a relevância dos dados acerca das desigualdades no acesso à educação, e nos desníveis de renda entre os trabalhadores brancos e negros brasileiros, ainda permanece a crença de que os negros, membros da classe média, são vistos e tratados como brancos. Sabemos que esta afirmação só pode ser considerada relativamente verdadeira, pelo fato de as relações raciais no Brasil serem personalizadas. Assim, dentro de um

espaço específico de reconhecimento do *status* que detem, a exemplo do local de trabalho e de moradia, alguns negros podem ser tratados como negros que têm um poder aquisitivo e *status* comparáveis aos de um branco, mas basta haver alguma confusão ou mal-entendido para que a sua posição econômica e social seja irrelevante e a sua condição racial seja destacada, ou o termo negro e outras denominações sejam utilizados em tom pejorativo, acusatório. Além disso, ao ultrapassarem estes espaços restritos de reconhecimento, quase sempre estes indivíduos são vistos como negros e tratados do modo como se trata, em geral, os negros no Brasil, sempre com certa desconfiança. Isso ocorre quando os entrevistados querem desfrutar de sua posição econômica elevada, ou seja, no consumo de bens e serviços considerados caros ou luxuosos.

Constantemente citado nas ocasiões em que se discorre sobre a discriminação racial no Brasil, e sobre a dicotomia raça e classe, Pelé é um caso emblemático. O tratamento dispensado a Pelé não resulta da sua posição socioeconômica, mas do reconhecimento público que ele tem, mesmo para as pessoas consideradas racistas. Pelé é considerado um “negro especial”, o êxito na profissão o tornou um símbolo do futebol e da identidade nacional. Por isso mesmo, este não parece ser um bom exemplo.

O debate acadêmico acerca da prevalência do preconceito de classe sobre o preconceito racial nas relações raciais brasileiras também está presente na fala de alguns entrevistados. Algumas vezes os informantes oferecem uma interpretação que é levada a considerar que eles acreditam que, no Brasil, o preconceito ainda é de classe, ou o problema do tratamento diferenciado oferecido aos negros resulta da falta de recursos financeiros. Contudo, ao indagar mais sobre isso, o entrevistado responde:

*Entrevistado: Existe a questão da raça, porque no Brasil, se você é rico e negro está tudo livre, se você é pobre e negro está tudo fechado, se você é pobre e branco está tudo fechado. Então o Brasil é o que eu falei antes, a gente vive.*

*Entrevistador: É a mesma coisa ser rico e negro e ser rico e branco?*

*Entrevistado: Não é tão igual quanto o branco e rico, porque as pessoas querem saber por que estamos ali. Exemplo, quando eu participava de rodas mais sociais, estava compartilhando com rico, o pessoal queria saber como eu estava ali, ficavam muito curiosos. Eu descia num hotel*

*cinco estrelas, o pessoal esperava que eu falasse inglês, mas quando eu começava a falar “baiano”... Descia de um avião, pegava um traslado no meio de todos os brancos e todo mundo ficava pensando que a gente era americano ou africano, sempre que eu estava com algum colega do meu nível social [...]. A gente ingressava no mesmo hotel, por exemplo, em viagens de Fórmula I, viagens de salões de automóveis, as pessoas ficavam querendo saber por que a gente estava ali, não dava para vir perguntar, mas sempre estavam curiosas. (Martins)*

A fala do entrevistado demonstra a curiosidade e a desconfiança com que ele é observado nos espaços sociais frequentados por membros da classe média/alta. Ainda que em momento algum tenha lhe sido dirigida a pergunta: “quem é você?”, ou, “por que você está aqui?”, ele parece antevê-la. É curioso notar como o entrevistado analisa a expectativa daqueles que o encontravam: “*Eu descia num hotel cinco estrelas, o pessoal esperava que eu falasse inglês, mas quando eu começava a falar ‘baiano!...’*”. É como se o fato de ele ser negro e frequentar espaços associados a classes mais abastadas só pudesse ser justificado no caso de ele não ser brasileiro. Afinal, a representação sobre o lugar do negro na sociedade brasileira jamais permitiria uma associação diferenciada entre cor e classe. Como mencionamos anteriormente, assim como há um tipo ideal de patrão, expresso na fala de uma entrevistada aqui, também parece haver um tipo ideal de negro bem-sucedido, o “estrangeiro”.

A abordagem sobre o preconceito e a discriminação racial só foi introduzida após a primeira fase da entrevista, quando os entrevistados relatavam livremente suas trajetórias, enfatizando os aspectos que eles consideravam relevantes em suas vidas. Com isso, tencionava entender se era quando o discurso racial era mencionado em seus relatos. Frequentemente eles começavam descrevendo a infância de uma criança pobre e somente na fase adulta de suas vidas é que eles falavam de si como um homem ou uma mulher negra.

Para a grande maioria deles, o reconhecimento de que eram negros (as) ocorreu através do contato com outras pessoas; foi alguém que enfatizou, positiva ou negativamente, sua condição racial. Somente uma entrevistada afirmou ter sido discriminada na escola, ainda quando era criança. Esta também é um dos poucos entrevistados que nasceu com

uma condição econômica superior – seu pai ocupava um importante cargo numa empresa estatal.

A pergunta inicial sobre a discriminação racial foi: “o Sr. (a) já sofreu algum tipo de discriminação racial?”. Alguns disseram que não, pois são suficientemente conhecidos em Salvador, mas citaram exemplos de discriminação ocorridos em outras cidades. Outros disseram que não e citaram casos envolvendo pessoas próximas. Parcela significativa dos entrevistados respondeu que não em um primeiro momento, contudo, ao insistir um pouco mais sobre este assunto, eles acabavam mencionando um fato que consideraram corriqueiro, cotidiano, como por exemplo o fato de terem sido confundidos com os trabalhadores da empresa. Isso não seria grave se eles não tivessem afirmado serem o dono, gerente ou administrador; mesmo assim, algumas pessoas insistiam na pergunta, “Eu quero falar com o gerente”. Esta pergunta podia ser feita tanto pelos vendedores, representantes de produtos que a empresa utiliza, como pelos próprios clientes.

Todavia, nenhum dos entrevistados esboçou algum tipo de resposta a esta situação que parecia ser, no mínimo, constrangedora. Eles falavam disso com um tom irônico, pois o fato já havia acontecido tantas vezes que não mais o consideravam relevante. O exemplo de uma entrevistada é bastante ilustrativo: na época da formatura da irmã caçula, ela, a irmã e mais uma outra amiga se dirigiram ao prédio de uma costureira, localizado numa zona nobre de Salvador e, ao entrarem no elevador, uma senhora se dirigiu a elas e perguntou se elas tinham uma amiga como elas para trabalhar na casa dela. A irmã, formanda em Medicina pela UFBA, sentiu-se extremamente agredida, enquanto as outras riram do “equivoco” cometido pela senhora. Ficou evidente, em seu relato, que elas perceberam tal confusão como uma prática discriminatória, afinal de contas elas foram confundidas com empregadas domésticas. Entretanto, isto não foi o suficiente para que revidassem.

Outros demoram a perceber que o tratamento desigual a eles dirigido tenha sido efetivamente uma discriminação pautada em bases raciais. Convidada para participar em um curso sobre culinária em São Paulo, a entrevistada relata:

*É um hotel em São Paulo, lindo, cinco estrelas. Eu tive que ficar hospedada nesse hotel [...]. Eu acho que eles nunca tinham hospedado negro, eu acho que negro no hotel era só para limpar chão. Então entra uma negra, metida a besta, que diz que ia dar aulas ali, ninguém acreditou. Aí eu prontamente quando eu cheguei, eu já sabia que a minha diária estava lá, eu mostrava ao cara que eu era Cristina e ele não achava no computador, e eu sei que estava lá. Aí eu fui educada, ele me fez procurar, o miserável, naquele lugar imenso, me fez andar aquilo tudo. Subir em elevador, descer, sair em buracos que eu nem sabia eu saía, saía em salões que não tem nada a ver [...]. A gente chegou dez horas e andou até quatro horas, e eu voltava no salão, falava e nada, ele dizia: ‘não tem esse nome, eu nunca vi esse nome’ [...]. Eu já irritada eu disse: ‘Meu filho, eu posso ligar? Você me liga para esse número’ [...]. Aí ele pegou o telefone e botou no balcão para eu ligar. Aí eu senti que era preconceito; até aí eu não tinha sentido que era preconceito, só tinha engolido como sacanagem!’ (Cristina)*

Vejamos um outro exemplo:

*Já aconteceu um lance comigo que eu não achei nem que fosse preconceito, eu acho até que foi uma falta de [...] um mal-entendido. Eu entrei nas Lojas Americanas lá no Rio, aí eu fiz umas compras e quando fui passar o cheque, aí a menina não entendeu o código da minha cidade que é (071), Salvador. Aí eu dei o telefone para ela, ela aí ligou para checar se estava certo o telefone, mas aí ela ligou com o código de São Paulo, do Rio. Aí a moça disse assim: ‘Não, eu nunca tive uma empregada com esse nome’ [...]. Aí o gerente chegou junto de mim, aí ela olhou para mim e falou ‘Senhora, qual é o seu telefone mesmo?’ Eu disse: ‘meu telefone é (071) [...]’, aí dei o código, quando eu dei o código, o gerente já estava junto de mim todo apavorado, porque eles estavam pensando que eu ia achar que era discriminação. Jamais, eu senti que foi um mal-entendido.’ (Rosa)*

Esta fala é muito curiosa, já que, antes mesmo de relatar o fato, a entrevistada afirma que o que se passou naquela ocasião foi um mal-entendido. Em seguida, ela fala da experiência ocorrida no Rio de Janeiro e diz que a funcionária das Lojas Americanas, ao ligar para confirmar o número do telefone dela, ouviu a seguinte resposta: “*eu nunca tive uma empregada com esse nome*”. Mas, se a funcionária ligou para confirmar o número do telefone, de onde surgiu a referência à empregada doméstica? Será que foi uma interpretação da entrevistada ou será que a funcionária pergun-



tou sobre uma empregada doméstica? Num terceiro momento, aparece a figura do gerente, que já entra na situação “[...] apavorado, porque eles estavam pensando que eu ia achar que era discriminação”. Em todos os momentos do relato surge a referência direta ou indireta à discriminação racial – direta, no caso do gerente, e indireta, quando a entrevistada é confundida com uma empregada doméstica.

As pessoas que praticam a discriminação racial são sempre vistas como mal-educadas, mal-informadas, mas nunca os entrevistados consideram-nas como racistas.

*Então o povo é isso aí; se alguém discrimina, eu vejo que essa pessoa não está preparada, não é uma pessoa que tem formação, que tem educação. [...] Acontece, às vezes, com pessoas que têm educação, que têm formação, mas aí já parte de uma índole, porque aquela pessoa foi criada com a discriminação no meio e faz aquilo que aprendeu. (Macedo)*

Já um outro entrevistado considera como manifestação de discriminação racial, porém tolerável, a surpresa com que os novos clientes o recebem na primeira reunião, já que ele enfatiza todo o tempo que a expectativa deles é de que um contador indicado por um amigo branco seja necessariamente branco.

*Entrevistador: Agora me diz uma coisa, nesse período todo, você, em algum momento, sendo contador, tendo que lidar com pessoas que têm poder aquisitivo elevado, donos de empresas, já houve algum conflito, alguma tensão em termos raciais?*

*Entrevistado: Não, raciais, não. Acho que eles aturam, a gente sempre acha que o branco está de pé atrás [...] de pé atrás. Muitas vezes você sente que eles não esperam por mim, às vezes, supondo, se alguém fizer uma indicação ‘eu tenho um contador bom’, alguma coisa assim, ‘tem resolvido os problemas aqui’, acho que eles sempre imaginam na cabeça deles um branquinho, de óculos redondinho, de paletó e gravata. Imagina, na hora que as pessoas estão falando, acho que eles moldam essa imagem. Quando você chega, inicialmente, acho que todos se sentem surpreendidos porque chegou um negro. Isso eu já percebi.*

*Entrevistador: Desapontamento, você acha?*

*Entrevistado: Não sei se é desapontamento, eles olham assim como quem diz assim ‘Esse?’, entendeu?*

*Entrevistador: Mas isso, de algum modo, você acha que mexe com a credibilidade deles na sua competência profissional?*

*Entrevistado: Nas minhas experiências não, porque deve passar muita coisa na cabeça na hora, não sei bem o que passa na cabeça deles, mas eu sinto que tem alguma coisa assim. É como se eles não esperassem que fosse chegar um negro. Eles esperavam que chegasse ali um contador branco, disso eu tenho quase certeza, ainda mais quando você lida com as empresas grandes.*

Contudo, esta surpresa manifestada inicialmente não tem prejudicado os contratos e as efetivas relações de trabalho.

*Entrevistador: [...] o intolerável ainda não teve. Acho que pode acontecer a qualquer momento, mas ainda não teve. Esse tolerável acontece o tempo inteiro, você percebe claramente. [...] Eu vou ter uma reunião segunda-feira com um empresário que eu já conheço, mas eu tenho certeza que o que eu já conheço está me indicando para outro cliente. Eu acho muito pouco provável que ele tenha feito um comentário dizendo: 'Ah, eu estou te indicando um contador, olha ele é negão, mas é batata.' [...] Agora, eu tenho certeza absoluta, 90% de chance de que o amigo que ele está me apresentando é branco.*

*Eu sempre pensei, eu sempre esperei essa expectativa do baque de ser negrinho, na hora que você chega, mas assim, de um empresário chegar assim, 'eu não vou te contratar porque você é negão'. Porque, na verdade, esse problema de ser desse racismo brasileiro, como é que as pessoas são racistas e dizem que não são, manifestam com seus atos assim muito [...] é que faz com que não gere essa expectativa de ser dessa forma. Você sabe que eles não tomam essa atitude dessa forma, eles vão até, podem até não querer, ele vai tratar bem ali, vai sair dali, uma reunião formal, tudo bem, mas vai, digamos [...] uma frieza maior de um lado, você é frio do outro lado também, e vamos ter nossa conversa técnica. (Luciano, 36 anos)*

É também constante a referência à desconfiança com que os entrevistados dizem ser observados quando estão dirigindo seus carros, mesmo quando o tema abordado não é o racismo.

*Eu acho que as pessoas [...] eu não sei, eu não ligo não, eu deixo passar despercebido. Está na cabeça de cada um, o importante é o que está na minha consciência, eu deixo passar despercebido, se eu passo no carro, com um carro novo e alguém olha. [...] Meu carro é um L 200, até outro*

*dia eu estava com uma BMW, eu não ligo não [...] se alguém me aponta eu viro o rosto olho para outro lado. (Macedo)*

A outra referência diz respeito à compra de um carro.

*Entrevistador: Você falou um pouco da sua relação com a cultura negra. Você já foi alvo de discriminação?*

*Entrevistado: Já, eu fui um caso até que saiu na revista Veja, fui alvo nacional disso, o que aconteceu comigo? Em 1995 eu vi, eu estava lendo uma reportagem sobre aquela parte de automóveis, da Folha de S. Paulo, eu sou assinante da Folha, domingo em casa, e lá tinha um Mustang, e eu tinha um sonho de ter um Mustang [...] aí eu vi que tinha dois carros, dois Mustang conversíveis, um GT, motor 5.0, custava 72 mil dólares naquela época. E aquilo me deixou excitado, vou me dar esse carro de presente, peguei uma poupançazinha [...] ‘amigo, eu quero o carro, quanto é que custa? ah, eu não tenho esse dinheiro todo’ [...] Quando no dia 16 de dezembro, já estava pago o carro desde o dia 10, a Cell Star, que é uma das empresas que eu revendia aqui, que naquela época era distribuidora da Motorola, me convidou para uma festa de Natal deles lá em São Paulo [...] e eu fui lá no Morumbi para ver o carro. Quando cheguei lá, neguinho, nordestino, aquela coisa, sabe que em São Paulo a discriminação é muito maior, aí passou uma moça eu perguntei: ‘minha filha, você pode me atender, por favor? Eu queria falar com o senhor Wellington, que é o supervisor’. Ela me disse ‘ele não está, foi almoçar’. ‘Que horas ele volta?’, ‘ah, não sei’ me deu as costas e foi embora, e eu estava junto com uma pessoa da Cell Star, Marcelo, um cara louro, e eu, minha roupa simples, uma camisinha de manga comprida, como eu gosto de andar; aí quando ela voltou de novo, ‘você pode me dar uma atenção, eu queria falar. E o gerente de vendas está aí?’, ela já olhou [...] falou assim ‘como é o nome do senhor?’, disse ‘ah, o senhor que comprou’, aí me botou numa sala especial, lá vem salgadinho, uísque, veio o diretor me cumprimentar, o carro estava lá naquela coisa, gente como o diabo, era o primeiro Mustang GT que chegava no Brasil, uma coisa assim portentosa, não é? [...] É, você sabe, a discriminação quando chega na grana acaba, não é?*

Mais uma vez aparece a relação entre cor e classe discutida anteriormente.

*Entrevistador: É isso que eu quero entender um pouco, porque há uma tendência aqui no Brasil a dizer que a discriminação racial não é discriminação racial, mas de classe.*

*Entrevistado: É de classe, mas é de raça também [...] meu caso não é? Eu estava lá, enquanto eu ali um negro a mais que estava sendo tratado, quando eu dei o meu nome que o cara sabia, bom, foi o cara que comprou o carro mais caro que tinha na loja, então mudou a história. Aí veio uísque, apareceu diretor foi me cumprimentar, me levou para a frente do [...] ‘esse aqui é [...] da Bahia, que comprou o carro’, e aquela coisa, e o paulista já gosta desse negócio, dá muito valor a esses assuntos, então existe esse ângulo no Brasil. (Paulo)*

A partir dos diversos exemplos, mesmo quando eles reconhecem que estão sendo vítimas do preconceito racial, os entrevistados parecem não reagir diante disso. Pode-se argumentar que, quando a discriminação é praticada por um cliente, não revidar pode ser uma estratégia, já que, em última instância, o empreendimento necessita vender para obter lucro; mas qual o motivo que os leva a tomar a mesma atitude quando a discriminação é praticada por outras pessoas, fora dos espaços de trabalho?

Diante disso, comecei a investigar não mais se eles haviam sido discriminados. Procurei entender como, quando e por que as pessoas reagem com gestos, agressões físicas e verbais ou recorrem a ações judiciais contra atitudes discriminatórias. Reformulada a pergunta, a questão era: “O que levaria o sr. (a) a tomar uma posição frente a uma atitude discriminatória?”

Dessa questão saíram diversas respostas. Em poucos casos, os entrevistados disseram não recorrer ao Poder Judiciário, devido à morosidade com que age a justiça brasileira; outros entrevistados disseram que não gostariam de envolver-se com escândalos públicos. Um entrevistado mencionou que só tomaria uma atitude se quem discrimina estivesse no mesmo patamar que ele, referindo-se ao nível social e econômico; a grande maioria observa que, frequentemente, quem discrimina são os funcionários e não o proprietário, não valendo a pena se indispor com o funcionário – afinal de contas, “o coitado pode até perder o emprego”. Reagir frente à discriminação também pode estar relacionado a terceiros, como relatou um dos entrevistados, que afirmou que tomaria uma atitude reativa se o fato tivesse ocorrido com pessoas que ele considera incapazes de se defender, a exemplo dos filhos e alguns membros de sua família. A probabilidade de que ele interceda em causa própria é menor que se o

fato tiver ocorrido com aqueles que ele considera mais frágeis, efetivamente incapazes de tomar uma atitude.

Nesse sentido, é importante entender como e quais as circunstâncias em que o tema do racismo é tratado em casa. Diferente da sua experiência educacional em escolas públicas, todos os entrevistados matriculam os seus filhos em boas escolas particulares de Salvador, majoritariamente frequentadas por brancos. Sabemos também que o espaço de sociabilidade não se reduz à escola. O contato dos filhos com as crianças brancas desperta nos pais a necessidade de precavê-los, caso ocorra algum tipo de brincadeira, piada ou exclusão, cujo mote seja a cor. Eles não querem que os seus filhos sejam humilhados, por isso, sentem necessidade de dialogar com eles sobre um tema até pouco tempo considerado tabu: o preconceito racial. Contudo, não há unanimidade nas respostas acerca de como se deve reagir às práticas discriminatórias, e, em alguns casos, aconselha-se o silêncio. Recomenda-se que é melhor não reagir, ou seja, se é comum abordar o tema da discriminação e do preconceito racial com os filhos, o mesmo não podemos dizer com relação às respostas oferecidas a esta situação. Vejamos.

Referindo-se ao diálogo sobre a discriminação racial com os filhos, um entrevistado comenta:

*Entrevistado: Eu converso bastante com meus filhos, porque eles estudam em um colégio que noventa e nove por cento são brancos, o Diplomata. E eu sempre digo isso, de ter que deixar indiferente, se alguém está te discriminado é porque alguém está incomodado, faz de conta que não viu.*

*Entrevistador: Mas eles chegam a falar alguma coisa que houve na escola?*

*Entrevistado: Comentam, mas eu sempre passo para eles que tem que deixar, não dar respostas, não discutir; se ofender, vai à direção do colégio e comunica que eles tomam uma providência. (Macedo)*

Outro entrevistado diz:

*Entrevistado: Converso, e não induzo de maneira nenhuma à prática do racismo. Mas falo que eles devem procurar se proteger e não deixar que isso aconteça, que eles têm que se impor, que fora da escola, na vida, as oportunidades são diferentes, então tem que procurar correr atrás*

*e não perder tempo. Eu falo isso para meu filho todos os dias, qualquer dia desses ele entende.*

*Entrevistador: Mas seu pai falava dessas coisas para você quando você era criança?*

*Entrevistado: Ele não falava, mas mostrava, não falava como estou aqui te falando, mas sempre foi uma pessoa que trabalhou muito, sempre foi uma pessoa voltada muito para a família. E eu procuro fazer a mesma coisa. (Clovis)*

Não pode ser esquecida a diferença entre os contextos sociais em que pais e filhos foram criados. Temas que até há pouco tempo atrás só eram tratados no âmbito restrito da academia e dos movimentos negros, hoje estão presente na imprensa e na mídia televisiva em horários considerados nobres. Algumas poucas escolas, inclusive, já tratam do tema preconceito racial nas salas de aula.

Como demonstramos, todos os entrevistados mencionam o racismo existente na sociedade brasileira; contudo, isso não significa que todos reajam frente às práticas discriminatórias. Ainda existe um grande hiato entre o reconhecimento da discriminação racial e a tomada de atitudes frente às práticas discriminatórias.

Como pode ser observado anteriormente, é bastante heterogêneo o grupo entrevistado, sendo que as diferenças mais marcantes dizem respeito ao ramo de atividades, ao número de funcionários, à renda e à escolaridade dos entrevistados. Contudo, os entrevistados apresentam diversas características comuns, como por exemplo o capital inicial para começar os negócios, a centralização das atividades empresariais e, às vezes, a personificação do *marketing*, a dificuldade em trabalhar com os membros da família e, principalmente, a ausência de tradição na família. Foi visto, também, quais são as implicações simbólicas decorrentes da ausência de tradição familiar nas atividades empresariais por eles desenvolvidas e foi destacada, sobretudo, a tensão que caracteriza a relação patrão/empregado.

Nesse sentido, é importante retomar alguns aspectos que foram abordados no capítulo anterior, em que foi realizada uma perspectiva comparativa entre a classe média negra brasileira e a norte-americana, e entre os empresários negros. Algumas questões apresentadas naquele capítulo

merecem particular atenção: em primeiro lugar, pretende-se mencionar a questão crucial da sub-representação dos negros enquanto empresários, que nos EUA é explicada, inicialmente, pela vertente culturalista, respaldada na análise de Frazier, que enfatiza a falta de experiência dos negros em vender e comprar. Outros autores discordam de Frazier e destacam o racismo existente nas instituições financeiras que negam ou oferecem empréstimos com valores inferiores aos solicitados pelos negros (Foley). Já Light observa que não faz parte da tradição dos pequenos empresários recorrer a empréstimos de instituições oficiais, uma vez que a forma mais comum utilizada por eles é a associação de crédito rotativo – maneira informal de obtenção de empréstimo, comum entre vários grupos étnicos e não sendo empregada pelos negros norte-americanos.

No caso brasileiro, há, certamente, uma baixa representação dos negros nesta categoria, mas pouco esforço tem sido feito no sentido de entender quais são os motivos que levam a esta baixa representação e não temos nenhuma informação acerca do acesso a instituições financeiras segundo a cor; e, com relação aos entrevistados, em nenhum momento foi mencionada a dificuldade de acesso às instituições financeiras por conta do racismo e os dados dispostos não permitem inferir nenhuma resposta a esta questão. Frequentemente, os entrevistados alegavam o excesso de burocracia e a necessidade de garantias de que eles não dispunham, como por exemplo, a propriedade de imóveis. O que se quer dizer é que os entrevistados não percebiam, ou não identificavam, em nenhum momento, como o racismo poderia operar como um mecanismo que impossibilitava o acesso ao crédito. Importante aqui é destacar algo sobre uma cultura, um *ethos* empresarial que faltaria aos negros, que não o impossibilita de abrir o seu próprio negócio, mas, certamente, influencia na forma com que eles o conduzem.

Os empresários negros brasileiros não fabricam e nem revendem produtos específicos para a comunidade negra, nem mesmo para consumidores negros; alguns dos entrevistados mencionaram que oferecem serviços para as classes mais abastadas, majoritariamente representadas por brancos. Isso aponta para a possibilidade de pensar que o significado econômico dos empreendimentos de propriedade dos negros brasileiros, diferente dos que os negros norte-americanos possuem, não constitui

um desvio econômico, já que as empresas de propriedade dos negros no Brasil não têm apenas os negros como consumidores; na verdade, a grande maioria delas, de fato, oferece serviços para as classes mais abastardas, que são majoritariamente compostas por brancos – isto é, as empresas de propriedade dos negros estão inseridas no mercado mais amplo. Entretanto, isto não significa que os empreendimentos de propriedade dos negros no Brasil tenham grande relevância econômica.

Em geral, a manutenção e a ampliação do empreendimento se dão através de recursos próprios. A recusa a empréstimos financeiros pela maioria dos entrevistados pode ser bem exemplificada como forma de não incorrer no erro indicado pelos ditados populares “botar o chapéu onde a mão não alcança” ou “dar um passo maior que a perna”, bastante citados pelos entrevistados. Em nível mais macro, pode-se argumentar que estes empresários, por fazerem parte da primeira geração familiar que ascende, não se encontram numa posição favorável para arriscarem aquilo que conquistaram. Dito de outro modo, eles não arriscam por não contarem com recursos econômicos disponíveis na família que possam subsidiar um possível erro.

A despeito de as empresas dos entrevistados não serem consideradas empresas familiares – porque, embora a maioria dos entrevistados fossem casados, somente em dois dos casos as esposas trabalham com os maridos –, assim como eles também não contam com o suporte da família na sustentação e manutenção do empreendimento, aqueles que contratam familiares o fazem mais pela falta de oportunidade dos familiares em conseguir outros empregos no mercado de trabalho. Nesse mecanismo de ajuda, os familiares são muito mais beneficiados que os proprietários, uma vez que eles poderiam contratar outros funcionários.





## ASSIMILAÇÃO EM TEMPOS MODERNOS

Com um jeito um tanto hesitante aproximam-se de mim, olham-me com curiosidade ou com compaixão e então, em vez de perguntarem diretamente, como é a sensação de ser um problema, dizem: Na minha cidade conheço um excelente homem de cor; [...] Eu então sorrio, ou me interesso, ou reduzo o calor da minha raiva, conforme a ocasião. Quanto à pergunta real: Como é a sensação de ser um problema? Raramente respondo uma palavra sequer. (Du Bois, 1999, p. 52)

Esta citação de Du Bois é ainda útil para caracterizar o desconforto frente às situações nas quais os negros sentem que estão sendo observados, admoestados, num misto de curiosidade e espanto por parte de observadores que são surpreendidos pela presença negra em seu meio. Vários entrevistados desta pesquisa mencionaram que são olhados com curiosidade quando participam de atividades sociais relacionadas à classe média, e com desconfiança quando querem adquirir ou desfrutar dos bens sociais e simbólicos associados a pessoas de poder aquisitivo mais elevado. E, mesmo quando de posse desses bens, há o constrangimento provocado pelas diversas perguntas acerca da efetiva possibilidade de que aqueles indivíduos negros venham a ser os verdadeiros proprietários de determinados bens, que tenham suficientes recursos financeiros para quitar uma dívida adquirida, ou que possam frequentar espaços sociais identificados com a classe média.

Tudo isso cria uma tensão adicional no cotidiano das pessoas negras com poder aquisitivo mais elevado, que sempre são vistas como estando “fora do lugar” sociologicamente construído e simbolicamente determinado; em outras palavras, eles estão pagando um alto preço exatamente por estarem “fora do lugar”. Uma das entrevistadas mencionou um exemplo que ela considerava bastante comum: quando se dirigiu a uma loja para comprar sapatos, indagou ao vendedor se havia um número específico daquele modelo de sapato exposto na vitrine; o vendedor então

lhe disse o preço do sapato, mas não sobre a numeração, pergunta que ela havia feito. Reconhecendo a estratégia do vendedor, pondo em dúvida a sua capacidade de compra, a entrevistada quis mostrar a ele que não poderia duvidar do seu poder aquisitivo, mas, em vez de penalizá-lo, não comprando o objeto, ela optou por comprar muito mais do que desejava. De acordo com a sua interpretação, ela deu um “tapa sem mão” no vendedor, mostrando que ele não poderia agir assim só pelo fato de se tratar de uma cliente negra. Em se tratando do consumo, esta tem sido uma estratégia bastante frequente entre os entrevistados.

Esta desconfiança com relação aos negros de classe média resulta de três importantes fatores: 1) do baixo percentual de negros em posições sociais mais elevadas; 2) da construção social sobre o negro que o coloca sempre em uma posição econômica e simbólica inferior à dos brancos; e 3) da construção socioantropológica da categoria negro que tem construído uma incompatibilidade entre ser negro e poder desfrutar dos bens associados à modernidade (conforme foi demonstrado na introdução). Isto significa que há uma ressonância ou uma interpenetração das construções sociais que são originalmente formuladas em diferentes lugares e por diferentes agentes, ou seja, as ciências sociais e o senso comum estão em perfeita consonância no que se refere ao entendimento sobre o “lugar dos negros” na sociedade brasileira.

Tendo como referência as questões colocadas acima, as quais abrangem o significado simbólico da mobilidade social dos negros, neste capítulo são retomadas algumas questões relativas às interpretações sobre a estratificação social interna aos diferentes grupos sociais considerados como minorias étnicas e, mais especificamente, os negros. Sabe-se que os estudos relativos às minorias étnicas têm deixado à margem, ou têm problematizado pouco, o papel das diferentes classes nas dinâmicas sociais e no relacionamento existente no interior dos grupos. Do mesmo modo, tem se indagado pouco sobre o papel desempenhado pelas diferentes classes nas estratégias de manutenção/reprodução das especificidades étnicas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a dificuldade em refletir sobre a estratificação social no interior dos grupos étnico-raciais não diz respeito apenas à literatura que aborda a temática das relações raciais e da identidade

negra; ao contrário: quando a ênfase é posta nos grupos étnicos/raciais, há uma tendência de que a análise seja homogeneizante em termos de classe.

Alguns autores que tratam da temática da etnicidade em outros contextos têm alertado para a importância das diferenças geracionais e de gênero nas estratégias de mobilidade, na relação com as práticas identificadas como tradicionais e no relacionamento dos membros das minorias com a sociedade mais abrangente. Estes textos têm oferecido importantes pistas para a reflexão sobre a diferenciação dos grupos.

Referindo-se à realidade brasileira e, mais especificamente, soteropolitana, Sansone (1993) demonstra que a diferença geracional entre pais e filhos implica não só a utilização de termos diferenciados na autoclassificação da cor como também na postura diante do mercado de trabalho. Os filhos mais escolarizados do que os pais se autoclassificam como negros e não aceitam determinados trabalhos manuais através dos quais seus pais tinham sido inseridos no mercado de trabalho.

Objetivando dar conta desse tema – a diferenciação interna entre os negros – é que se opta por iniciar o capítulo apresentando algumas questões relativas ao conceito de assimilação, do seu oposto, etnicidade, e suas respectivas ênfases na cultura, para demonstrar como os estudos sobre as relações raciais realizados no Brasil ainda mantêm esse viés culturalista em suas análises. E, ainda que o conceito de assimilação tenha entrado em desuso, aqui no Brasil permanece a ênfase em seu termo correlato, o “embranquecimento”, que foi identificado como o modo como negros e mestiços vislumbravam a integração e a mobilidade social na sociedade brasileira.

De acordo com Hans Vermeulen (2001), o projeto assimilacionista era uma proposta ideológica presente na formação dos Estados-nações modernos e também um conceito bastante utilizado nas Ciências Sociais da década de 30. O conceito de assimilação só entrou em desuso no pós-guerra, quando os negros e os judeus denunciaram os limites da proposta assimilacionista. Desse modo, fica evidenciado que a assimilação não era um projeto somente almejado pela elite brasileira, como tem sido propalado, mas, ao contrário, a assimilação era uma proposta ideológica mais ampla.

Embora a ideologia assimilacionista estivesse presente em distintas sociedades, havia características específicas derivadas do contexto histó-

rico e cultural dos diferentes países. Léo Spitzer (2001) analisa a trajetória assimilacionista de três indivíduos de nacionalidades distintas: um negro da Serra Leoa, um judeu alemão e um mulato brasileiro. Referindo-se ao caminho percorrido pelo brasileiro André Rebouças, Spitzer (2001) observa que, enquanto o embranquecimento somático fosse um elemento crucial na ideologia dominante brasileira da assimilação, o padrão de ascensão dos Rebouças também incluiu seu complemento cultural necessário. Para ele,

O ‘embranquecimento’ sustentou de diversas maneiras a dominação das elites brancas. Sua disseminação pelo campo geral da mitologia popular brasileira, como veículo evolutivo que prometia a elevação na classe social e uma participação econômica e política mais plena, ajudou a alimentar a idéia de uma ‘democracia racial’ brasileira em evolução e a amortecer as polaridades existentes nas relações raciais. [...] contribuiu também para extinguir o pavio das desigualdades associadas à discriminação racial, potencialmente explosiva, e para inibir a probabilidade de um confronto entre as raças. Além disso, ao retirar das fileiras dos negros subalternos as pessoas de cor que, em termos individuais, culturais e somáticos, eram ‘qualificadas’, e ao incentivar sua identificação com as elites dominantes, o ‘embranquecimento’ tornou mais difícil para negros e mulatos a elaboração de um sentimento comum de identidade grupal subalterna. Com isso, impediu a formação de um ‘poder negro’ potencialmente unido, capaz de se opor à hegemonia da elite branca. (SPITZER, 2001, p. 128)

Apesar de haver uma relação evidente entre as estruturas de dominação e os resultados efetivos do “embranquecimento”, é um engano acreditar que essa ideologia resultava de uma deliberação consciente, fabricada por uma elite branca dominadora. Ao contrário, a força do embranquecimento como ideologia assimilacionista residia em sua relativa invisibilidade como ideologia. “Como todas as ideologias, [...] o que essa ideologia representava não [era] o sistema das relações reais que rege a vida dos indivíduos, mas a relação *imaginária* desses indivíduos com as relações reais em que eles vivem”. (SPITZER, 2001, p. 144)

Spitzer (2001) relata a experiência de três indivíduos que levaram a cabo o projeto assimilacionista e que foram barrados em suas trajetórias pelos limites impostos pela assimilação. O texto dele revela tanto os meandros de uma trajetória pautada pelos ideais assimilacionistas quanto

o drama desencadeado pela ausência da assunção da identidade. Assim, a assimilação, sinônimo da negação da identidade étnico/racial/religiosa, mostra sua face mais cruel quando os indivíduos que já não se reconhecem como membros de um determinado grupo (judeus, africanos e mulatos brasileiros) são reconhecidos e tratados como tal. Nas trajetórias retratadas por Spitzer, há um final trágico reservado não só a todos que não assumiram no momento certo a sua identidade étnico/racial/religiosa, mas também para aqueles que tentam recuperá-la tardiamente (percurso bastante claro na trajetória de André Rebouças); isto é, parece haver não só um momento certo em que é possível assumir a identidade, como a identidade parece ser imperativa.

Outro exemplo é fornecido em contexto e época distinta por Everett Stonequist (1948), que, orientado por Robert Park (ambos faziam parte da Escola de Chicago), assume a tarefa de desenvolver melhor os achados iniciais do mestre. No livro *O homem marginal* (1948), o homem culturalmente dividido entre dois mundos, Stonequist, descreve os dilemas experimentados pelos imigrantes e mestiços que vivem em uma situação de marginalidade frente à sua cultura original e à cultura da sociedade na qual ele vive.

Nessa perspectiva, é menos importante entender como os Estados implementaram suas políticas assimilacionistas do que como os diferentes grupos reagiram e moldaram as suas expectativas e projetos de vida àquelas realidades políticas.

Em trabalho realizado anteriormente, (FIGUEIREDO, 2002) abordou a problemática do embranquecimento. Ao fazer este esforço, foi percebido que há, pelo menos, três significados para o termo embranquecimento: 1) é uma proposta ideológica do Estado-nação; 2) o resultado da mestiçagem; e, finalmente, 3) o embranquecimento social dos negros, que é resultado da adoção de valores éticos e estéticos dos brancos. Foi observado que o embranquecimento é um conceito tanto nativo quanto analítico, além de ser empregado na maioria das vezes num tom acusatório, já que somente os outros embranquecem, não sendo constatado o uso deste conceito na primeira pessoa.

Contudo, as informações obtidas nas entrevistas apontavam para uma mudança significativa, não só das estratégias de mobilidade empregadas

pelos negros, mas também da forma com que os entrevistados lidavam com algumas questões relativas à construção da identidade negra. Para lidar com estas mudanças, foi proposta a noção de negritude como um contraponto, como um modo diferenciado de refletir sobre a incorporação de um discurso sobre a cor/raça explicitada na fala dos entrevistados. Como estratégia metodológica, foi adotada a noção de tipos ideais para dar conta dos diferentes discursos proferidos pelos entrevistados e concluiu-se que há diferentes formas de assumir a negritude e tornar-se negro no contexto contemporâneo.

Em seu clássico livro, *Tornar-se negro*, Souza (1983, p. 19) discorre sobre a inevitável negação de si, enquanto negro, que pautava o projeto de ascensão social:

foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de tornar-se branco – ainda que tendo de deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente.

Dando continuidade a esta perspectiva, pode-se considerar aqui a noção de embranquecimento, não só como uma estratégia de mobilidade utilizada pelos negros-mestiços brasileiros para ascender socialmente, mas como o resultado de um projeto assimilacionista mais amplo, experimentado por diversos grupos de imigrantes. E, ainda que o embranquecimento biológico, resultado da mestiçagem, possa e venha a ser considerado como algo específico da cultura ou da interação das raças no Brasil<sup>46</sup> – não podendo esquecer que o embranquecimento cultural, entendido como a adoção da ética, da visão de mundo e, às vezes, da estética do grupo dominante –, foi e ainda tem sido adotado em diversas sociedades pelos grupos e/ou indivíduos aspirantes à mobilidade.

## Da assimilação à identidade étnica: uma breve incursão na literatura

Tendo como ponto de partida a mudança do paradigma da assimilação para o da etnicidade, Vermeulen (2001) reconstrói e analisa, através de

---

<sup>46</sup> Ao português se atribui a capacidade de miscigenar-se racial e culturalmente.

uma perspectiva crítica, a trajetória dos estudos sobre o tema, produzidos prioritariamente na Europa e nos Estados Unidos. Em sua análise, o autor não só define, recupera a origem dos conceitos e estabelece seus vínculos com a política, como apresenta as críticas mais contundentes que aqui serão reproduzidas.

Como mencionado anteriormente, a assimilação era tanto um ideal político quanto um conceito analítico bastante utilizado pelos cientistas sociais. Após as críticas realizadas ao projeto assimilacionista na política entre os anos 1960 e 1970, a assimilação – objetivo final a ser alcançado por todo grupo de imigrante – foi particularmente substituída por dois outros termos que redefiniam a trajetória social ideal de uma minoria étnica: integração socioeconômica e multiculturalismo, entendidos como a possibilidade de poder cultivar e manifestar a própria diversidade cultural. Vermeleun e Pennix distinguem a integração em duas dimensões: a estrutural, que significa a participação total nas instituições sociais, e a sociocultural, caracterizada pelos contatos sociais entre as minorias e a sociedade majoritária.

Do ponto de vista analítico, os cientistas sociais constataram que as associações étnicas particularistas, ao longo do século XX, não tinham dado lugar às relações mercantis universalistas, como pressupunham. Era também notório que a profecia de Marx, acerca da superposição da solidariedade de classe, em detrimento das identificações étnicas, nacionais e religiosas, também não se cumprira. Tudo isso levou à constatação da necessidade de uma revisão do conceito de assimilação, não só no campo político bem como no científico.

Nesse sentido, os estudos sobre a etnicidade surgem como um contraponto à tendência assimilacionista. Entretanto, ambas as abordagens destacam a importância da cultura na análise, inclusive ocorrendo uma tendência a encarar as culturas como unidades com fronteiras bastante delineadas, frequentemente representando a cultura da minoria como intrinsecamente oposta à da maioria. Mas, ainda que a ênfase fosse atribuída à cultura, há diferentes formas de abordar a etnicidade: a abordagem primordialista parte do pressuposto de que os membros de um grupo étnico veem a si próprios de um modo diferente porque são diferentes, enquanto que a abordagem situacional considera que as pessoas se



veem como diferentes a partir do contato. Já a abordagem construtivista opõe-se à concepção dos grupos étnicos como unidades naturais, estáveis e estáticas, e destaca, sobretudo, a linguagem, a retórica e a ideologia, sendo assim o papel político e cultural da etnicidade. “A viragem construcionista implica uma deslocação de ênfase da etnicidade como aspecto da organização social, para a etnicidade considerada como consciência, ideologia ou imaginação [...]”. (VERMEULEN, 2001, p. 85)

Na perspectiva primordialista, um indivíduo é considerado membro de um grupo étnico na medida em que é portador da cultura original. A manutenção dos grupos étnicos depende, invariavelmente, da preservação da cultura tradicional. Na perspectiva situacional, o critério de pertença a um grupo étnico não reside em características culturais objetivas – um dos primeiros autores a adotar a perspectiva situacional foi Frederik Barth. (cf. POUTIGNAT, 1998) Segundo essa abordagem, a cultura e a etnicidade são conceitos distintos. A etnicidade é um sentimento de unidade e solidariedade; é o resultado de uma cultura ou de uma história comuns. A cultura é definida como consciência coletiva, como um sistema coletivo de significados.

Após sublinhar as diferentes correntes que analisam a etnicidade, o autor realiza uma crítica acerca do modo como o conceito de cultura tem sido empregado. Para ele, há uma reificação do conceito de cultura que conduz a uma ênfase na autonomia da cultura, o que leva a encarar as pessoas, em primeiro lugar, como “portadoras” passivas de cultura.

Esta concepção de cultura como herança social nega os elementos de descontinuidade e de criatividade [...]. Uma das consequências dessa concepção é a idéia de que a continuidade é natural e a mudança anti-natural [...]. (POUTIGNAT, 1998, p. 48)

A cultura deve ser entendida como um mundo partilhado de experiências, valores e conhecimentos que marca uma determinada unidade social.

É só a partir disso que se estabelece uma relação entre os termos aparentemente opostos de cultura e de classe. Para entender essa conexão, Vermeulen (2001) recorre à literatura norte-americana acerca dos imigrantes, em que demonstra a impossibilidade de entender a posição atual de classe dos imigrantes sem recorrer à sua história progressa, sua posição social anterior à migração. Nesse sentido, acrescenta o autor, mui-

tos dos operários imigrantes comportam-se mais como os camponeses que eram, do que como operários, sendo possível concluir que não há culturas étnicas isentas da posição de classe.

Ainda que o referido autor aborde, principalmente, a cultura de classe de origem das minorias étnicas, essa parece ser uma conclusão bastante relevante também no que se refere à problematização da relevância da classe no interior dos grupos étnicos e, conseqüentemente, da imagem construída sobre o grupo na sociedade mais abrangente. Mesmo assim, ainda não foi possível visualizar, nessas análises, a imagem que os grupos têm de si mesmo, o relacionamento e as tensões existentes no interior dos grupos acerca das representações. Isto resulta do fato de a maioria dos estudos sobre as minorias abordarem prioritariamente a relação entre a cultura da minoria e a cultura mais abrangente.

Grande esforço do autor é dirigido para entender o porquê de alguns grupos se assimilarem, enquanto outros passam pela experiência de formação de minorias. Vermeulen (2001) argumenta que a formação de uma minoria não deriva apenas da presença de um determinado grupo de imigrantes num país com cultura, língua e hábitos distintos, mas também de uma relação distinta, baseada num processo de adscrição negativa, estigmatizante, que não só os cidadãos, mas também o Estado, estabelecem com determinado grupo. Dito de outro modo, não basta ser imigrante para que um determinado grupo seja considerado como minoria, do mesmo modo que não há uma relação entre o percentual numérico da população e a força de sua identidade étnica, o que leva o autor a concluir que a experiência norte-americana tende a minorar os grupos de imigrantes, enquanto a Inglaterra os racializa.

Já Lentz (1997) demonstra que a criação de identidades étnicas na África resulta de um processo de longa duração em que contribuíram, principalmente, os administradores coloniais, os missionários e os trabalhadores migrantes. Para ela, a formação de ideologias étnicas no presente é notadamente o produto de uma elite africana intelectualizada.

Analisando as dinâmicas de hierarquização e racialização de determinados grupos de imigrantes em diferentes países, Ramon Grosfoguel (1998) demonstra que o processo de hierarquização e estigmatização dos grupos mantém laços estreitos com o passado colonial. Na ver-

dade, os ex-sujeitos coloniais são, na maioria das vezes, os grupos que estão na base das hierarquias raciais quando migram para a antiga metrópole, bem como são alvo de maior preconceito e de discriminação. Surpreendentemente, o autor revela que os negros não compõem a base de todas as hierarquizações raciais e, mesmo em se tratando dos negros, há uma diferença bastante significativa marcada pela nacionalidade dos imigrantes negros e dos países para os quais migraram.

As dinâmicas e hierarquias raciais não só mantêm laços estreitos com o passado colonial, mas também com a arena política. A imagem positiva atribuída aos cubanos, nos Estados Unidos, deriva dos mecanismos através dos quais o governo estimulou e utilizou o sucesso dos imigrantes para estabelecer uma vitrine, uma exposição clara do bom êxito econômico dos imigrantes numa sociedade capitalista em comparação aos que permaneceram na ilha. A presença dos cubanos em Miami contribuiu também para reconfigurar o sistema de classificação da cor, já que a elite cubana, mestiça, se incorpora à categoria dos brancos. (GROSGUÉL, 1994)

Algumas pesquisas sobre os brasileiros imigrantes, principalmente aqueles que se dirigiram para Portugal e Argentina, demonstram que uma importante estratégia de integração econômica é o mercado da cultura, no qual os brasileiros oferecem lazer e entretenimento à população local, ou seja, é uma estratégia de minoria voltada para a maioria. Porém, a imagem de brasilidade e os recursos culturais de que lançam mão são facilmente identificáveis como constitutivos da cultura negra. (HASENBALG; FRIGERIO 1999; MACHADO, 2002) Esse é um aspecto bastante relevante, já que a imagem do Brasil para os brasileiros é bem mais branca e moderna do que a imagem negra do Brasil para o exterior. Provavelmente isso ocorre porque, no exterior, a cultura brasileira concorre no âmbito das culturas exóticas.

Ao contrário da hierarquização racial brasileira, os brasileiros mestiços, os mulatos em Portugal gozam de uma imagem mais positiva do que os brancos brasileiros, já que a identidade brasileira é construída com base nas manifestações identificadas como pertencentes à cultura negra. Como estratégia de assimilação, alguns brancos apressam-se em aprender a falar com sotaque português para deslocar-se dessa imagem festiva

atribuída aos brasileiros, bem como se casam com mulheres portuguesas. (MACHADO, 2002)

O aproveitamento dos aspectos exótico e tropical como um nicho econômico mostra que, no caso de grupos de imigrantes, a relação entre ascensão social, cultura de origem e cultura dominante é bem mais complexa do que normalmente se pensa. (MACHADO, 2002) Na realidade, no âmbito da moderna teoria da etnicidade tem havido um grande debate tanto em torno da relação entre integração econômica e conhecimento (de aspectos) da cultura dominante, quanto acerca da importância da cultura das minorias em favorecer ou desfavorecer a integração econômica dos seus membros. Por um lado, é conhecido o fato de que há grupos de imigrantes que são perfeitamente integrados do ponto de vista da língua e da cultura e são marginais do ponto de vista econômico. Do mesmo modo, existem aqueles que são marginalizados do ponto de vista cultural e que são integrados e bem-sucedidos comercialmente/economicamente. (SANSONE, 2003)

Para a maioria dos entrevistados desta pesquisa, a cultura tem pouca importância na escolha e no exercício de suas atividades – quer dizer, não é o pertencimento à cultura negra ou a manifestação de algum tipo de identidade negra que orienta suas escolhas profissionais ou empresariais, com exceção das mulheres negras, proprietárias de restaurantes. Mais do que isso, os empresários negros que oferecem serviço para pessoas de poder aquisitivo mais elevado, tais como o dono de uma loja de acessórios para carro ou o dono da empresa de táxi aéreo, praticamente não chegam a ter clientes negros. Certamente, isso reflete o baixo poder aquisitivo dos negros e não a falta de solidariedade.

É compreensiva a fala de um dos entrevistados quando afirma que a ausência de referencial de pessoas que exercem atividades relacionadas ao comércio em cargos não subalternos tem implicações não só no modo como as pessoas negras percebem as oportunidades de inserção neste setor, quanto no próprio exercício dessas atividades. Um bom exemplo disso é a desconfiança com que os familiares veem o uso do capital para a abertura de um negócio – muitas vezes eles recomendam mais do que cautela e chegam, de fato, a duvidar da possibilidade de êxito do empreendimento. O segundo problema está relacionado ao já citado relacio-

namento com os bancos. Inexiste, no Brasil, uma forma de mensurar as chances de um indivíduo negro obter ou não acesso a créditos e os insucessos mencionados pelos entrevistados dizem respeito mais às exigências burocráticas do que ao racismo existente nas instituições financeiras. De todo modo, parece haver uma intimidação – além da porta de segurança na entrada dos bancos – que antecede a ida deles ao banco.

Se for incontestável que os grupos étnicos desenvolvem laços de solidariedade – esse é um dos grandes problemas identificados na população negra, que sempre é comparada com as minorias étnicas aqui e alhures –, não existe um completo entendimento acerca das vantagens e desvantagens do desenvolvimento de atividades comerciais no interior do grupo. Alguns estudos demonstram que a ética, a solidariedade e os mecanismos de reciprocidade do grupo podem funcionar como um empecilho, já que são muitas vezes opostos às noções de concorrência e de lucro presentes nas atividades comerciais. Neste sentido, é mais viável negociar com pessoas estranhas, em vez de operar com empresários em contextos informados por regras que orientam o contato entre os membros do mesmo grupo.

Por outro lado, o estudo das minorias comerciantes oferece outra perspectiva sobre a difícil inter-relação da cultura, ou etnicidade, com os processos socioeconômicos. Assim, acredita-se que as redes internacionais que interligam estes grupos étnicos fazem com que as minorias comerciantes tenham certas vantagens com relação aos comerciantes locais.

Em se tratando dos empresários negros entrevistados, verifica-se a ausência de estratégias coletivas entre eles. Entretanto, a solidariedade com relação ao grupo não diz respeito a todos os negros, mas sim dirige-se à família extensa, composta por parentes, amigos e vizinhos que constantemente solicitam empréstimos e empregos. De fato, existe uma demanda por emprego superior à oferta, e isso se configura como um problema para os empregadores negros. Além disso, alguns entrevistados citaram exemplos de experiências negativas com funcionários que mantinham uma relação de amizade ou algum vínculo de parentesco. De acordo com seus relatos, as pessoas às vezes confundiam a relação de trabalho, marcada pela relação hierárquica entre patrão e empregados, e tinham dificuldades em acatar algumas ordens. Outros, entretanto, independentemen-

te das tensões provocadas pela proximidade, mantêm os parentes em seu quadro de funcionários.

Neste sentido, é difícil generalizar com relação ao tipo de capital social mobilizado pelos empresários negros.

## Estratificação no meio negro

Não obstante os estudos mais recentes sobre a etnicidade se distanciam cada vez mais da abordagem primordialista e da noção essencializada de cultura que essa perspectiva adota, não pode ser esquecido que no Brasil houve, e de certo modo ainda há, análises sobre a cultura negra que não só reificam o conceito de cultura como estabelecem fronteiras bastante nítidas, delimitam os espaços e as manifestações que são consideradas como constitutivas da cultura negra e definem o que é ser negro.

É conhecido o fato de que as Ciências Sociais efetuam uma substituição do termo raça por cultura, principalmente a partir dos trabalhos realizados por Boas, já nos anos 20. As diferenças entre os grupos que no passado eram descritas em termos raciais passam, efetivamente, a ser apresentadas em termos culturais. No Brasil, alguns autores têm analisado a obra de Gilberto Freyre por essa perspectiva e, ainda que o termo raça apareça com frequência nos textos mais recentes, nenhum autor atribui o sentido biológico ao termo. Concordo com Guimarães (2002), quando afirma que se de fato a raça não existe mais como conceito biológico, ela orienta as ações sociais e constitui-se num indicador importante para a interpretação das desigualdades no Brasil. Isso significa que a substituição do termo raça por cultura no Brasil ainda guarda algumas especificidades e, suspeito, uma análise mais acurada sobre essa mudança apresentará ainda mais limites analíticos.

Como visto anteriormente, Vermeulen (2001) define a consciência étnica também como a consciência da diferença cultural. Tomando como ponto de partida esta constatação, passa-se a analisar a situação das pessoas negras que são vítimas do preconceito e da discriminação racial na sociedade brasileira. Retornando ao primeiro exemplo desse capítulo, um caso reconhecido pela entrevistada como típico de discriminação racial, e mesmo os exemplos relativos à discriminação no mercado de

trabalho – sobretudo aqueles em que a vítima reconhece que a discriminação se deu através do velho critério da boa aparência –, constata-se que há, na interpretação dos informantes sobre o fato, uma clara relação entre a discriminação e a aparência deles, ou seja, os fenótipos. Desconfia-se que esta experiência em nada contribui para despertar a consciência da diferença cultural, afinal de contas, a cultura brasileira é assumidamente mestiça/híbrida e os brasileiros têm grande orgulho disso, mas, ao contrário, a discriminação é praticada com base em suposições de que os negros não têm suficientes recursos para adquirir determinados bens e, em se tratando do critério da boa aparência, a relação com os fenótipos é ainda mais explícita. Criando e acentuando a consciência da diferença racial, argumenta-se que a discriminação racial ocorre com base nas características fenotípicas tanto do ponto de vista de quem discrimina quanto daquele de quem é discriminado. Por isso mesmo, é tão difícil a passagem do conceito de raça para etnicidade e sua ênfase na cultura.

Decerto que as interpretações podem variar e talvez um bom indicador seja a posição social dos indivíduos; uma pessoa pobre que é discriminada pode atribuir ao tratamento desigual o fato de ela estar mal vestida para a ocasião, pode creditar ao fato de que ela não soube se expressar corretamente e, até mesmo, porque ela não soube se comportar devidamente. Enfim, muitas vezes essas pessoas acabam, de uma forma ou de outra, assumindo para si a responsabilidade. Inversamente, a maioria das pessoas negras de classe média sabe que estão bem vestidas, que têm renda e, às vezes, escolaridade suficientes para não serem tratados inadequadamente, com base em estereótipos que estabelecem o “lugar dos negros”.

Aqui, portanto, é interessante refletir sobre o conceito de cultura derivado indiretamente das duas interpretações. Certamente, estas pessoas não acreditam que estão sendo discriminadas em nome da cultura tradicional, antagonica aos valores sociais/culturais mais abrangentes; do mesmo modo que os negros de classe média acreditam já possuir o capital cultural necessário para participar ativamente de diversos âmbitos da vida social, mesmo assim alguns espaços ainda são interditos.

Um outro aspecto relevante da diferença da posição de classes entre os negros diz respeito às representações sobre os mesmos. Os entrevistados de classe média quase sempre rejeitam os estereótipos sobre os negros e

não querem ter uma imagem sobre si associada exclusivamente à religiosidade, à festividade e à sexualidade.

Desse modo, as lutas acerca da melhor representação sobre si ou sobre o grupo não ganham espaço quando o alvo prioritário das análises é saber se os negros brasileiros assumem ou rejeitam alguma identidade negra. Mas, afinal, qual a identidade e de que representações estão falando? Das imagens produzidas pela BAHIA-TURSA, Empresa oficial de turismo na Bahia? Das imagens dos negros que migraram para o Sudeste? Ou da imagem dos negros sexualizados presentes nos livros de Jorge Amado? Enfim, são inúmeras as representações.

Nesse sentido, os trabalhos de Rahier (1995) e (2001), sobre as representações do negro equatoriano na revista *Vistazo* (2001), e mesmo sobre as representações da África no cinema, são bastantes relevantes. Com relação à revista, Rahier (2001) argumenta que há uma hierarquização no interior da categoria negro, cujo topo, ou o sentido mais positivo, é atribuído aos negros norte-americanos, enquanto a base, ou o sentido mais negativo, é infligido aos negros equatorianos. No que se refere ao cinema, Rahier analisa o filme *Um príncipe em Nova York* e o documentário *When Black Men Ruled the World*, ambos americanos. Para ele, esses filmes são duas versões do afrocentrismo que está presente nos círculos acadêmicos e artísticos nos Estados Unidos, uma vez que neles há uma clara postura defensiva contra o eurocentrismo.

Digo que os filmes aqui analisados são ‘afrocêtricos’ porque ambos retratam o sonho de um mundo sem brancos, apresentando duas versões diferentes de um passado alegórico, devotado à ancestralidade e ao sangue africanos, baseado nas tradições monárquicas que demonstram a nobreza africana. Ambos se dedicam à celebração de um modo de vida perdido. Ambos têm o desejo de recuperar a honra e o orgulho africanos. (RAHIER, 1995, p. 54)

Rahier (2001) conclui que os filmes não retratam os problemas políticos, econômicos e sociais da África moderna. É necessário sublinhar que ele mesmo, nascido no continente africano, ou um sujeito diaspórico, como às vezes se denomina, não se reconhece nessas representações sobre a África e não acredita que elas sirvam aos interesses dos africanos. O que Rahier efetivamente demonstra é que, às vezes, as representações



têm um propósito e atendem a necessidades específicas. Segundo ele, retratar o passado glorioso africano se encaixa perfeitamente nos interesses dos negros americanos, mas não aos negros africanos em suas lutas políticas atuais.

Esses textos demonstram que há diferentes formas de representação dos negros. O primeiro texto citado de Rahier faz uma alusão às diferentes representações sobre os negros na revista *Vistazo* (2001), no Equador. O já referido artigo de Grosfoguel (1994) menciona as diferentes hierarquias raciais, demonstrando que os estereótipos mais negativos são dirigidos àqueles grupos migrados das ex-colônias, e não aos negros de um modo geral. Tudo isso demonstra que a busca pela unidade em torno da definição de cultura negra, e mesmo da categoria negro, é uma doce ilusão. Mesmo assim, continua-se retratando as relações raciais no Brasil de modo uniforme, e poucos têm manifestado curiosidade para entender as especificidades que caracterizariam a experiência negra em diferentes regiões, cidades, ou mesmo as diferenças internas à categoria negra.

Uma rápida digressão ao tema das representações sobre os negros pode ser útil para fazer refletir sobre algumas dinâmicas da sociedade brasileira. A experiência dos nordestinos em São Paulo e no Rio de Janeiro é bastante ilustrativa. Saídos de vários estados, Alagoas, Sergipe, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Bahia – estados culturalmente bastante distintos –, são denominados “baianos”, em São Paulo, e “paraíba”, no Rio de Janeiro. Eles veem suas identidades pessoais sendo transformadas em identidades coletivas, em se que destaca, sobretudo, a região de nascimento. Os estereótipos negativos construídos pelos sudestinos, acerca dos nordestinos, não deixa dúvida sobre o lugar reservado na força de trabalho e revela as dinâmicas de racialização a que está exposto este contingente populacional, já que, na maioria das vezes, eles são vistos e tratados como negros.

Devido à ausência de estudos que abordem as hierarquias raciais e a construção de estereótipos em diferentes contextos, permanecem desconhecidas as dinâmicas da produção e reprodução dos estereótipos contra os nordestinos. É desconhecido qual o lugar dos negros nascidos em São Paulo, na hierarquia racial paulista, e em quais medidas eles reforçam ou corroboram os estereótipos contra os outros, os negros e os nordestinos.

Já com relação à solidariedade, diversos estudos atestam a ausência de solidariedade política e econômica da população negra brasileira. (HANCHARD, 2001) Entretanto, pouco esforço tem sido feito para compreender que tipo de solidariedade existe entre os negros e como ela se manifesta. No caso dos empregadores negros, e mesmo dos profissionais liberais negros, há uma relação muito estreita entre os indivíduos que ascendem com a família – frequentemente, eles contribuem significativamente com o orçamento doméstico da família de origem (pais, mães, irmãos etc.) – e, algumas vezes, investem em ações sociais voltadas para a melhoria socioeconômica dos negros.

## Negritude e modernidade tardia, ou modernidade e identidade tardias

Até agora todo o esforço tem sido para inserir o debate sobre a identidade negra no Brasil no conjunto das pesquisas realizadas sobre a identidade étnica e as minorias comerciais realizadas em outros contextos. Esta preocupação, talvez desnecessária para alguns, resulta da constante comparação realizada direta ou indiretamente entre os negros brasileiros e as minorias étnicas, em que se busca, sobretudo, entender não só o porquê dos negros não manifestarem a própria identidade e as mesmas formas de solidariedade, mas também pelo fato de não utilizarem recursos e estratégias de mobilidade similares.

Aqui é adotada uma posição contrária àqueles que acreditam na impossibilidade da assunção de uma identificação, uma identidade étnico/racial tardia. O argumento dos autores que acreditam que isto se constitui num contrassenso pode ser sumariamente apresentado em três pontos: a) a importância da identidade na constituição da personalidade dos indivíduos; b) a centralidade do conceito de cultura e o essencialismo em torno do mesmo; e c) a rejeição ao hibridismo cultural. No que se refere especificamente aos negros, parece haver uma crença na incompatibilidade da experiência negra na modernidade.

Além dos clássicos que introduziram o termo identidade nas Ciências Sociais em outros contextos (ERIKSEN, 1993; EPSTEIN, 1978), os poucos trabalhos realizados no Brasil que enfatizam o indivíduo são oriundos da

psicologia e, neles, encontra-se a referência às consequências psíquicas dos estereótipos negativos sobre os negros vigentes na sociedade brasileira. (BARAÚNA 2002; CHAGAS, 1996) Ferreira (2000) fez um cuidadoso levantamento bibliográfico de 4.911 títulos na área de psicologia em São Paulo, no período entre 1987 a 1997, e concluiu que apenas 12 tratavam dos afrodescendentes. Dentre os 12 títulos apenas três se detinham ao tema da identidade. O autor então interroga: “Seriam as variáveis raça e origem étnica consideradas como não relevantes no estudo do homem?” (FERREIRA, 2000, p. 60)

Se for este o caso, então os psicólogos não estariam levando em conta as diferenças efetivamente existentes desta população. Acredita-se não ser uma opção absurda, pois tal postura estaria alinhada com o apregoadado discurso oficial, ao qual o psicólogo também está submetido enquanto cidadão, tendo sua identidade também construída em torno da idéia da ausência de preconceito no Brasil, de tratamento igualitário para todas as pessoas e de iguais oportunidades de mobilidade social para todos. (FERREIRA, 2000, p. 60)

De fato, o debate sobre as relações raciais no Brasil tem deixado à margem a discussão sobre a constituição dos indivíduos nas sociedades modernas. Ao contrário, como o diálogo é, na maioria das vezes, estabelecido com a tradição, há uma tendência a priorizar o coletivo, a experiência coletiva dos negros na sociedade brasileira. Como ensina Giddens (2002), uma das características da modernidade tardia é a complexa variedade de opções que os indivíduos encontram na conformação dos estilos de vida, em oposição às escolhas estruturadas presentes nas sociedades tradicionais. Por estilo de vida entende-se “[...] um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de autoidentidade”. (GIDDENS 2002, p. 79) Se levada ao extremo, a argumentação de Giddens faz concluir que a importância da identificação étnico/racial na construção da autoidentidade reflexiva na modernidade tardia resulta de mais uma dentre tantas outras escolhas.

Mesmo que Giddens (2002) aborde tanto as macrotransformações, que caracterizam a modernidade tardia ou a alta modernidade, quanto aquelas que repercutem na construção da autoidentidade reflexiva, de-

finitivamente ele não menciona as questões relativas à forma como os indivíduos membros de minorias étnicas ou racialmente diferenciados fazem suas escolhas na construção da autoidentidade nos contextos marcados, não só por possibilidades de escolhas individuais, mas também por estereótipos, estigmas e exclusão. Desse modo, o autor refere-se não somente a uma modernidade homogênea, com seus marcos distintivos das sociedades tradicionais, como trata de um indivíduo genérico.

Ainda que não se refira à constituição dos indivíduos, já que sua análise é direcionada aos sujeitos coletivos, é Manuel Castells (1999) que vai estabelecer o elo entre a macroteoria, a sociedade em rede e a construção das identidades coletivas num contexto marcado por relações de poder. Nesse sentido, seria oportuno observar que as escolhas mencionadas por Giddens (2002) ocorrem numa sociedade marcada por fluxos, redes, escolhas, desigualdades, estigmas e discriminação. Referindo-se à marcha de um milhão de homens realizada em Washington, DC, em 1995, Castells argumenta que essas novas manifestações de identidade política resultam de um princípio mais religioso do que étnico e que o impacto dela não está fundamentado na identidade, mas sim na consciência da perda dessa identidade. A hipótese do autor é que:

[...] a etnia não oferece as bases para os paraísos comuns de uma sociedade em rede por estar fundamentada nos vínculos primários que perdem o sentido, quando extraído do seu contexto histórico, como base para a reconstrução do significado em um mundo de fluxos e redes, de novas combinações de imagens e novas atribuições de sentidos. [...] em meio a comunas culturais e unidades territoriais de autodefesa, as raízes étnicas são distorcidas, divididas reprocessadas, misturadas, estigmatizadas ou recompensadas de maneira distinta, de acordo com uma nova lógica de informalização/globalização de culturas e economias que produzem compostos simbólicos a partir de identidades não claramente discerníveis. Raça é um fator muito importante, mas dificilmente se pode dizer que seja ainda capaz de criar significados. (CASTELLS, 1999, p. 78)

Adiciona-se a estas duas referências a reflexão de Stuart Hall (1997) sobre a descentralização dos sujeitos pós-modernos, que é caracterizada pelo deslocamento de um sentido de si estável. Essa breve referência aos autores que tratam do tema da identidade individual e coletiva na modernidade, traz à tona duas importantes questões que darão suporte

à argumentação de que as inúmeras possibilidades de escolha na construção da autoidentidade reflexiva na modernidade tardia e a dificuldade de acionar a solidariedade racial na construção da identidade coletiva na sociedade em rede.

Com relação ao hibridismo cultural, Hall (1997,p. 96) argumenta que na modernidade tardia, na era da globalização, é inevitável para aqueles que vivem em novas diásporas, criadas pelas migrações pós-coloniais

[...] renunciar ao sonho ou ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural ‘perdida’ ou de absolutismo étnicos [...] Eles devem aprender a habitar no mínimo duas identidades, a falar duas línguas culturais, a traduzir e a negociar entre elas.

Para o autor, a noção de tradução, em vez de tradição, vai ser fundamental na criação de novas identidades na pós-modernidade.

Isto posto, pode-se retornar aos argumentos daqueles que acreditam na impossibilidade da assunção de uma identificação, uma identidade étnico/racial tardia. Ao que parece, o caso brasileiro está numa posição diversa da maioria dos trabalhos sobre etnicidade nas sociedades urbanas, modernas. Pode-se pensar que as políticas de identidades que passam, necessariamente, pela afirmação das especificidades culturais, encontram lugar nas sociedades em que há, de certo modo, um elogio à diferença. Ao que parece, a identidade nacional brasileira se constituiu com base na exaltação da mistura, da miscigenação, do hibridismo cultural. E esta celebração à mistura implica não só a postura que o Estado mantém com os cidadãos, mas também a forma como as classes populares a incorporaram em suas práticas. Isto não significa dizer que não haja contradições nesse postulado; provavelmente, a crença no valor atribuído à mistura tenha se disseminado mais nas camadas populares do que na elite. Esta, sim, conhece bem a importância dos casamentos endogâmicos de cor e de classe nas estratégias de manutenção e de reprodução do poder político e econômico.

Na construção dos tipos ideais feita em pesquisa anterior, (FIGUEIREDO, 2002) deu conta da importância atribuída à raça/cor na fala dos entrevistados. A partir disso, construiu três grupos e empregou em dois deles a mesma denominação utilizada pelos entrevistados, isto é, transformou duas das categorias nativas em analíticas. Assim, os radicais e/

ou militantes eram aqueles que priorizavam a cor e a raça nas suas experiências pessoais e também davam bastante ênfase às questões relativas às desigualdades raciais, ao racismo e à discriminação racial na sociedade brasileira, e frequentemente eles se referiam aos negros que não imputavam a mesma importância à cor/raça como alienados. Na utilização feita deste termo, os alienados foram os entrevistados que não atribuíram grande importância à cor ou à raça em suas falas; já os assertivos eram aqueles que destacavam o ser brasileiro.

Tudo isso demonstra o quão complexa é a realidade e que a atribuição de um único significado à identificação racial na construção da personalidade precisa ser matizada. Possivelmente, a identificação racial tem um peso maior para aqueles que reconstróem suas experiências destacando a cor/raça em suas trajetórias. Frequentemente são pessoas que relembram do modo diferenciado/discriminado como foram tratados por vizinhos, colegas e professores durante a infância, recuperando as marcas que a discriminação racial deixou na sua personalidade. Em se tratando das mulheres negras há uma recorrência aos relatos de discriminação na infância cujo mote é/foi o cabelo.

A maioria dos entrevistados dessa pesquisa inicia os relatos mencionando a trajetória de uma criança nascida em uma família pobre e, dependendo da situação de privação material pela qual viveram, os relatos são um tanto densos e mais ou menos longos. Os que migram do interior para a capital contam a saga da família numerosa e suas estratégias de sobrevivência utilizadas aqui na capital – o emprego doméstico e o comércio informal foram os recursos mais citados. Após este primeiro momento, eles falam sobre o que consideram como o primeiro emprego e sobre os tantos outros empregos que tiveram até chegarem a ser empresários. A cor só aparece nessas narrativas após a fase adulta, e frequentemente é através de uma terceira pessoa que se referiu ao fato de eles serem negros(as) em um tom ofensivo e quase que acusatório. Somente a partir disso é que eles começam a falar de si como pessoas negras. Apenas uma das entrevistadas citou o fato de ter sido vítima de discriminação racial na escola primária e de que, realmente, tem uma leitura diferenciada sobre a raça/cor desde a infância.

A importância da identidade étnico/racial/religiosa na construção da personalidade não é universal, e a primazia destas identificações na construção do indivíduo mantém uma relação com os valores da sociedade abrangente e com a trajetória da pessoa. E em que pese os limites da ideologia brasileira, esta, efetivamente, tem inibido algumas dinâmicas e processos de emancipação que necessitam na crença na diferença.

As interpretações sobre o dilema da experiência negra na modernidade têm, efetivamente, mais de um século. Du Bois (1999, p. 54) mencionou a duplicidade que caracterizava a experiência dos negros norte-americanos: “[...] duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados; dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destroe”. Por isso mesmo, Du Bois se refere à noção de dupla consciência, à impossibilidade que os negros têm de se ver com os próprios olhos.

O material derivado das entrevistas demonstra que se há uma dupla consciência para os entrevistados, ela não se revela em termos de nacionalidade (ser negro e/ou brasileiro), já que todos os entrevistados se consideram brasileiros, mas essa dupla consciência se manifesta no ser negro e membro de classe média, uma vez que a maioria das representações sobre os negros e sobre a cultura afro-brasileira se refere aos negros de classe baixa, restando pouco espaço para ser ao mesmo tempo negro e de classe média.

Esta marca nacionalista da experiência dos negros no Brasil já foi mencionada por Bastide (1976). Ao analisar comparativamente o movimento da negritude no Brasil e na França, ele identificou na negritude francesa um movimento cuja força era centrífuga, uma vez que era manifestado o desejo do retorno à África; enquanto que no Brasil havia um desejo de integração, e não de retorno, o que ele caracterizou como uma força centrípeta. Outro exemplo provém das análises sobre a Frente Negra Brasileira, reconhecida como um movimento de integração de cunho nacionalista. (BACELAR, 2001; HANCHARD, 2001)

Esta interpretação segue a trilha de alguns estudos que demonstram tanto existir uma intrínseca relação entre modernidade e negritude (GILROY, 2001), quanto o fato de que as reivindicações étnicas tendem a ser manifestadas por aqueles que já perderam muito da sua própria cultura

(entendida com a cultura dos pais), e que, muitas vezes, mantêm uma relação próxima com a cultura dominante – seria até a sensação de estar se desligando de uma cultura de origem, um dos motores dos processos identitários na modernidade tardia.

Baseada nos relatos dos entrevistados – primeiros e muitas vezes os únicos membros da família a vivenciar o processo de mobilidade –, reitera-se que a experiência de ser membro da classe média parece ser extremamente importante para o reconhecimento da diferença entre o “nós”, no sentido étnico/racial, e os “outros”, restando, portanto, somente a possibilidade de uma identificação tardia. Dito de outro modo, enquanto ocupavam a base da estratificação socioeconômica, e viviam em bairros pobres, esses indivíduos não se sentiam fora de lugar e não eram vistos como tais. Situação oposta ao que ocorre quando eles passam a exercer cargos de comando, ocupar posição de destaque no mercado de trabalho, morar em bairros de classe média (que, mesmo em Salvador, são majoritariamente brancos) e dirigir-se aos espaços sociais frequentados pela classe média, a exemplo de bares, lojas e restaurantes e quando matriculam os seus filhos em boas escolas particulares.

Assim como as identidades parecem se configurar na modernidade tardia, para os entrevistados dessa pesquisa a assunção da identidade negra definitivamente resiste ao uso da identidade no sentido político/coletivo, indo mais na direção de uma identidade que serve aos propósitos individuais, sobretudo, para ter acesso à cidadania plena, ou seja, a ênfase recai no aspecto do direito individual e não das estratégias coletivas de mobilização de recursos étnicos. Por mais desavisados que sejam, ou que não se preocupem com temas relativos à questão racial, ter os direitos restringidos pela crença na inferioridade e incapacidade dos negros levados, de fato, à problematização e à reflexão sobre as relações raciais no modelo brasileiro.

Do mesmo modo, a identificação racial é uma das tantas identidades que estes atores assumem na pós-modernidade. Ser membro da classe média é também estar sujeito a compartilhar com uma visão de mundo daqueles que ocupam a mesma posição social, ou como nos ensina Bourdieu, é estar sujeito ao mesmo habitus de classe.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve dois objetivos: abordar a temática da classe média negra e retratar a trajetória ascendente dos empresários/empregadores negros em Salvador. A análise aqui contida foi na contramão da maioria dos estudos sobre as relações raciais que ainda visam convencer de que no Brasil existe o racismo e de que o critério racial/cor é utilizado para discriminar os indivíduos na sociedade e na força de trabalho. Essa é uma afirmação incontestável; na verdade, foi o ponto de partida escolhido para defender este discurso.

As questões propostas podem ser sumariamente apresentadas da seguinte forma: partindo do pressuposto de que no Brasil há racismo e de que os negros são constantemente vítimas da discriminação e do preconceito racial, deseja-se entender como os empresários negros, membros da classe média, analisam suas trajetórias de mobilidade, qual a importância atribuída à cor/raça no cotidiano e como eles lidam com as questões relativas à identidade negra.

Foi feito um esforço para não deixar o discurso ser levado em um simples maniqueísmo, analisando as respostas às questões acima, e, para entender melhor a dinâmica de mobilidade entre os negros brasileiros, foi necessário recorrer a uma literatura bastante heterogênea, que vai dos estudos sobre as religiões afro-brasileiras até os textos produzidos sobre a classe média em diferentes países. Essa estratégia permitiu não só conhecer um pouco das questões formuladas em outros contextos acerca da classe média e das estratégias de produção e reprodução da classe média, como das minorias étnicas e das minorias comerciantes em contextos de imigração. Esta viagem proveitosa acabou por afastar o específico brasileiro, pelo menos do ponto de vista das questões formuladas acerca da mobilidade social dos negros no Brasil.

A consequência mais direta disso é que acabou sendo feita a análise das trajetórias dos empresários de uma perspectiva que considera tanto as consequências e os impactos da discriminação racial em suas trajetórias e na condução dos empreendimentos quanto o modo como eles reconstruem seus próprios destinos. Destino este que é delimitado não só pela cor, mas também pela classe e pela escolaridade. E, em vez de perguntar a eles somente sobre o que é ser negro na sociedade brasileira de forma mais abstrata, foi indagado sobre a importância atribuída à cor/raça em suas próprias vidas, no cotidiano da empresa deles, no trato deles com os clientes e os funcionários, ou seja, foi inquirido sobre a experiência deles.

É incontestável a certeza de que há um grupo de negros que fazem parte da classe média brasileira, no entanto, a questão importante é, ainda, entender de que modo os negros de classe média manifestam a sua identidade racial. Nesse sentido, para uma melhor compreensão, a fim de conhecer o perfil desse grupo, é preciso estabelecer um paralelo com a classe média branca brasileira.

É importante recordar que 67% das famílias de classe média estão concentradas na região Sudeste e 33% na região Nordeste do país, enquanto que a maioria da classe média branca (79%) está no Sudeste e 58% das famílias negras no Nordeste.

Foi determinado o perfil diferenciado da classe média em termos de origem, ocupação e renda, sendo destacado o fato de que a classe média negra está concentrada nas ocupações identificadas como de classe média baixa e mencionando a sua maior vulnerabilidade em permanecer dentro da classe, além da dificuldade em assegurar para os filhos a mesma posição de classe. Contudo, a maior diferença diz respeito à renda, já que os negros chegam a receber apenas 56,6% da renda dos brancos na mesma ocupação, o que põe em xeque a capacidade de acumular bens e os transmitir a gerações futuras, bem como potencial de consumo.

Dois questões relativas ao consumo foram importantes para essa análise: o primeiro refere-se à descoberta do consumidor negro pela revista *Raça Brasil* – ao que parece, a revista descobriu o consumidor negro como consumidor de produtos de beleza, mais do que objetos relacionados à classe média negra (FIGUEIREDO, 2002) –; o segundo diz respeito à re-

lação entre consumo e cidadania (GARCÍA CANCLINI, 1996), já que os entrevistados mencionaram o consumo como momento mais frequente em que eram discriminados. Nesse sentido, pode-se concluir que os negros de classe média não têm direito a cidadania plena.

No que se definiu como avaliação subjetiva da classe, foi destacado o fato de que os membros da classe média negra avaliam mais positivamente os itens (educação, infraestrutura do bairro, saúde etc.) do que os brancos na mesma posição de classe. Do modo contrário, quando a pergunta era relativa à renda ideal/necessária, havia uma tendência a que os negros estabelecessem valores inferiores aos brancos. Remetendo isto ao fato dos negros terem expectativas diferenciadas. Provavelmente isso deriva não só do fato de os negros de classe média terem como referência a situação em que vive a maioria dos negros e dos membros de sua família – já que na maioria das vezes eles são os únicos a vivenciarem mobilidade –, bem como o fato de eles terem interiorizado parte das representações negativas acerca dos negros.

A grande maioria dos negros inseridos na classe média faz parte da primeira geração de ascendentes e não tem consolidado o capital econômico, social e simbólico desfrutado pela maioria dos brancos inseridos na mesma posição. A classe média negra vive basicamente dos salários, não herdando dos familiares bens que possam ser adicionados ao patrimônio; ao contrário, parte da renda é gasta para ajudar os familiares que necessitam. Por isso mesmo constata-se uma grande dificuldade para que os filhos da primeira geração de classe média possam assegurar a mesma posição de classe dos pais.

Independentemente das escolhas e das carreiras profissionais, ainda não é possível identificar uma geração que seja ao mesmo tempo socializada como negra e como membro da classe média. Tanto na pesquisa de mestrado quanto nesta pesquisa (FIGUEIREDO, 2002) não conseguiu identificar sequer um indivíduo que tenha sido socializado como negro e como membro da classe média. Provavelmente, as gerações mais jovens – os filhos dos entrevistados – descortinam um novo lugar, uma nova posição no contexto racial de Salvador, já que eles são socializados como membros de classe média sem esquecer que são também negros.

O Brasil não é Estados Unidos, disso já sabemos, mas é a partir da comparação que sempre formulamos questões acerca da população negra brasileira e insistimos em indagar sobre a solidariedade política e econômica com relação à comunidade, sendo também comum a comparação com as formas de assunção da identidade. Entretanto, é bastante sintomático que a comparação não seja feita com a literatura atual, sobre a população, ou como preferem a comunidade negra norte americana e seus problemas atuais. Na verdade, dialogamos com uma comunidade negra americana imaginária, perfeita, impossível de ser alcançada em outros lugares da diáspora.

Por isso, foi dedicado grande parte do segundo capítulo a apresentar ao leitor o debate sobre a *Black middle class*, nos Estados Unidos, e somente depois disso tratou-se das interpretações de mobilidade social e da classe média negra brasileira. Com objetivo de demonstrar as diferenças entre os contextos e as estratégias de mobilidade, foi mantido o termo *Black middle class* em inglês, tornando-o quase uma categoria nativa.

Diferentemente da tradição dos estudos sobre a classe média negra nos Estados Unidos, temos tido poucos trabalhos que se debrucem sobre o entendimento desta temática. Até então, não temos um único livro sobre a classe média negra que possa ser considerado um clássico sobre o tema, tal como o trabalho de Frazier (1975). Uma das raras exceções é o trabalho de Azevedo (1955) sobre as elites de cor, sendo que, ainda assim, a abordagem do autor reduz-se ao contexto das relações raciais na Bahia e não nos oferece uma compreensão mais ampla acerca da realidade nacional. É curioso notar que tanto Frazier quanto Azevedo mantiveram uma relação de proximidade com a UNESCO. O primeiro foi convidado para assumir um importante cargo, e o segundo realizou sua pesquisa no conjunto dos trabalhos patrocinados pela referida instituição. Mas as semelhanças não acabam aí: os dois livros foram publicados originalmente em francês e só posteriormente foram traduzidos para o português e o inglês.

Desde o trabalho de Fraizer 1975, mas publicado originalmente em 1972 observou-se que as atividades econômicas dos negros se concentram, principalmente, no setor de serviço e em algumas atividades comerciais que são pouco relevantes na economia mais ampla. Silverman (1999) assinala que dentre as empresas típicas de propriedade dos afro-

americanos está a fabricação e comercialização de produtos de beleza, que nos últimos anos passa a sofrer a concorrência de fabricantes brancos, judeus e coreanos. Tudo isso montado a partir de uma estratégia de marketing que impossibilita que o consumidor negro reconheça a origem do produtor.

No Brasil, antes da década de 1990, não existiam produtos de beleza específicos para negros, ainda que houvesse diversos produtos para o tratamento e alisamento de cabelos crespos. Somente a partir dos anos 90 é que começa a surgir uma linha de produtos em que a diferença étnico-racial torna-se evidente. Contudo, essas linhas são criadas pelas empresas de produtos de beleza já consolidadas no mercado e o consumidor negro brasileiro interessa-se pouco em conhecer a origem racial de quem produz, sendo inexistente o discurso sobre o retorno do capital para a comunidade negra.

Outra diferença marcante refere-se aos consumidores. Historicamente, no Brasil, não se tem tido a criação de um mercado etnicamente segmentado, ainda que o mercado brasileiro se constitua como racialmente diferenciado, isto é, na configuração do mercado de trabalho, os negros concentram sua participação nas atividades de menor renda e status em oposição aos brancos sobrerrepresentados nas categorias ocupacionais de maior remuneração, status e prestígio. Contudo, a argumentação utilizada para justificar esta disposição ainda está relacionada à baixa escolaridade dos negros. Somente em algumas atividades que envolvem o corpo, como por exemplo, a dança, o samba e o futebol, a habilidade dos negros é atribuída à origem racial.

Os empresários negros entrevistados não fabricam e nem revendem produtos específicos para a comunidade negra, ou mesmo só para consumidores negros. Alguns dos entrevistados mencionaram que oferecem serviços para as classes mais abastadas, majoritariamente representadas por brancos. Isso aponta para a possibilidade de pensarmos que o significado econômico dos empreendimentos dos negros brasileiros, que se distingue aos dos negros norte-americanos, não constitui um desvio econômico, já que está inserido em um mercado mais amplo. Entretanto, isso não significa que os empreendimentos de propriedade dos negros no Brasil tenham grande relevância econômica, bem como não funcionam

como abrigo étnico – este último, no sentido de atuar em um setor específico do recrutamento da mão de obra. Os limites mencionados acerca da ampliação da atividade econômica aqui, também se referem ao capital limitado que estes empresários dispõem.

Há também, no Brasil, uma baixa representação dos negros como empresários, mas pouco esforço tem sido feito a fim de saber quais são os motivos que levam a esta pequena percentagem. É importante aqui destacar algo sobre a falta de estímulos e incentivos governamentais que possibilitem a criação de uma cultura, um *ethos* empresarial entre os negros. Ou seja, ainda que haja um número significativo de negros que exercem a função de empresário por conta própria ou de pequenos comerciantes, e embora sejam hábeis no desenvolvimento de pequenos comércios ou mesmo atuando como trabalhadores autônomos, isto não os impossibilita de abrirem o seu próprio negócio – apenas, certamente, influenciaria na forma como eles conduziriam suas respectivas funções.

Por fim, acompanhando a perspectiva dicotômica entre modernidade e negritude da maioria dos cientistas sociais e dos discursos nativos em torno da identidade negra, parece existir uma diferença congênita entre os processos de formação de identidade dos negros e dos outros grupos populacionais. Sabe-se que as identidades sociais na modernidade tardia são caracterizadas por sua dimensão reflexiva, resultante do processo de seleção/composição, mais do que por sua imposição – o que inclui a possibilidade de escolher entre diferentes opções culturais e simbólicas dentro de um banco de símbolos e um panorama étnico, graças aos fluxos culturais globais que nos confrontam como a pletera de projetos étnicos de grande ou pequeno porte. Poder escolher e montar a própria identidade social é, segundo muitos autores, o essencial da condição moderna, da cidadania e da modernidade tardia. Mas será que toda essa complexidade não atinge os afro-brasileiros da classe média?

## REFERÊNCIAS

- AGIER, Michael. *Anthropologie du carnaval*. Marseille: Parenthese, 1999.
- \_\_\_\_\_. Etnopolítica: a dinâmica do espaço afro-baiano. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 99-115, 1992.
- \_\_\_\_\_. Mobilidades: Algumas formas recentes de diferenciação social. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio; CASTRO, N. A.; AGIER, M. (Org.). *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 75-113.
- ALEXIS, Marcus. The Black consumer. In: VATTER, Harold G.; PALM, Thomas (Ed.). *The Economics of Black America*. Chicago: Harcourt Brace Jovanivich, 1972. p. 151-154.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. Tatuagens e subjetividade: reflexões em torno do imaginário da epiderme. *Revista Interseções: revista de estudos interdisciplinares*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 1, 2001.
- ANDERSON, Benedict. Comunidade imaginada: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- APPADURAY, Arjun. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: FEATHERSTONE, Mike (Ed.). *Global Culture. Nationalism, globalisation and modernity. A Theory and Society Special Issue*. London: Sage, 1990. p. 295-310.
- ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 71-89, 1998.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo sobre a ascensão social*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.
- \_\_\_\_\_. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo sobre a ascensão social e classes sociais e grupo de prestígio*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 1996.
- BACELAR, Jéferson. *Galegos no paraíso racial*. Salvador: Ed. Ianamá, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- BANKS, Ingrid. *Hair matters: beauty, power, and black women's consciousness*. New York: New York University Press, 2000.



BARAÚNA, Lia Maria Perez Botelho. À Flor da pele. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org). *Psicologia social do racismo: estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 131-146.

BASTIDE, Roger. Negritude et intégration nationale. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 12, p. 5-30, 1976.

\_\_\_\_\_. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações*. São Paulo: EDUSP, 1971.

BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BENEDICT, Burton. Family firms and firm families: A comparison of Indian, Chinese, and Creole firms in Seychelles. In: SALLY, Greenfield et al. (Ed.). *Entrepreneurs in cultural context*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1979. p. 306-324.

BIRMAN, Patricia. *Fazer estilo criando gênero: estudo sobre a construção religiosa da possessão e da diferença de gênero em terreiros de umbanda*. Rio de Janeiro: Relume Dumará;/EdUERJ, 1995.

BOGGS, James. The myth and irrationality of black capitalism. In: NAILEY, Ronald W. (Ed.). *Black business enterprise: historical and contemporary perspective*. New York: Basic Books, 1971. p. 150-158.

BONACHICH, Edward. A theory of middleman minorities. *America Anthropological review*, n. 38, p. 583-594, 1973.

BOULDING, Kenneth E. Is economics culture bound? In: VATTER, Harold G.; PALM, Thomas (Ed.). *The Economics of Black America*. Chicago: Harcourt Brace Jovanivich, 1972. p. 32-35.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BROWER, Michael; LITTLE, Doyle. White help for Black business. In: CASH Jr., William, L.; OLIVER, Lucy R. (Ed.). *Black economic development: analysis and implications*. Michigan: The University of Michigan, 1975. p. 89-99.

BROWNE, Robert S. Barriers to Black Participation. In: CASH JR., WILLIAM, L.; OLIVER, Lucy R. (ed). *Black economic development: analysis and implications*. Michigan: The University of Michigan, 1975. p. 80-88.

BUTLER, Kim D. *Freedoms Given Freedoms Won: Afro-Brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. N. Brunswick (N.J.); London: Rutgers University Press. 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires. Uma incursão pelo lado 'não-respeitável' da pesquisa de campo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPOCS, 4., 1980. Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ANPOCS, 1980. Mimeo.

CAREAGA, Gabriel. *Biografía de un joven de la clase media*. México: Ediciones Oceáno, 1977.

\_\_\_\_\_. *Mitos y fantasías de la clase media en México*. México: Calyarena, 1999.

CARNEIRO, Edson. *Candomblés da Bahia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da identidade: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Nadya; BARRETO, Vanda Sá. Os negros que dão certo: mercado de trabalho, mobilidade e desigualdades raciais. Encontro da Associação Nacional Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, 16., 1992. Caxambú. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1992. Mimeo.

CASTRO, Nádia Araújo; GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Classe Proletária, trabalhadores prósperos. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio.; CASTRO, Nadya.; AGIER, Michel (Org). *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 19-39.

CHAGAS, Conceição Corrêa. *Negro: uma identidade em construção*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHAGAS, Patrícia de Santana Pinho. *Em busca da Mama África: Identidade africana, cultura negra e política branca na Bahia*. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

CLIFFORD, James. *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1997.

COELHO, Maria Claudia. O que vale é a intenção: trocas materiais, comunicações subjetividade. *Revista Interseções: revista de estudos interdisciplinares*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 1, 2001.

COLLINS, Sharon M. *Black Corporate Executives: the making and breaking of a black middle class*. Philadelphia: Temple University Press, 1979.

COULON, Alain. *A escola de Chicago*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DA MATTA, Roberto. O Ofício do etnólogo ou, como ter anthropological blues. In: NUNES Edson (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improvisos e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978,

DANTAS, Beatriz Goiás. *Vovô nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DEGLER, C. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

DEREK, Wynne. *Leisure, Lifestile and the new middle-class: a case study*. London; New York: Routledge, 1998.

DOMINGUES, José Mauricio. Desenvolvimento, modernidade e subjetividade. In: MAIO, Marcos Chor.; VILLAS BÔAS, Gláucia (Org.). *Idéias de modernidade e a sociologia: ensaios sobre L. A Costa Pinto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p. 71-86.

DRAKE, Clair.; CAYTON, Horace. Negro business. Myth and Fact. In: NAILEY, Ronald W. (Ed.). *Black Business Enterprise: historical and contemporary perspective*. New York & London, Basic Books, 1971. p. 61-72.

DU BOIS, W. E. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

EPSTEIN, A. L. *Ethos and identity: three studies in ethnicity*. London: Tavistock, 1978.

ERIKSEN, Thomas Hylland. *Ethnicity & nationalism*. London: Pluto Press, 1993.

EVANS, Arthur S. Jr. The Transformation of the Black Middle Class. In: VIDICH, Arthur J. (Ed.). *The middle classes: life-styles, status, slaims and political orientations*. New York: New York University Press, 1995. p. 215-237.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. 2 v.

\_\_\_\_\_. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.

FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: Identidade em construção*. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FIGUEIREDO, Angela. *Beleza pura: símbolos e economia ao redor do cabelo do negro*. 1994. Monografia (Bacharelado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Cabelo, cabeleira, cabeluda, descabelada: identidade, consumo e manipulação da aparência entre os negros brasileiros, In: ANPOCS. Caxambú, 2002a. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Efeitos e interiorização das diferenças: representação subjetiva das classes entre famílias negras e brancas. *Revista Interseções: revista de estudos interdisciplinares*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 13, 34, 1999.

- \_\_\_\_\_. *Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: Annablume; UCAM, 2002b.
- FLOURNOY, A. Coles Jr. *Black economic development*. Chicago: Nelson Hall, 1975.
- FOLEY, Eugene P. Limitations of the black business. In: VATTER, Harold G.; PALM, Thomas (Ed.). *The Economics of Black America*. Chicago, Harcourt Brace Jovanivich, 136-139. 1972.
- FRAZIER, E. Franklin. *Black bourgeoisie: the rise of a new middle class in the United States*. London: Collier Macmillan Publishers, 1975.
- \_\_\_\_\_. Negro business: A social myth. In: NAILEY, Ronald W. (Ed.). *Black business enterprise: historical and contemporary perspective*. New York: Basic Books, 1971. p. 73-84.
- FREDERICK, D. Sturdivant. The limits of black capitalism. In: BAILEY, Ronald W. (Ed.). *Black Business Enterprise: historical and contemporary perspective*. New York: Basic Books, 1971. p. 114-122.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mocambos. A decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 2 tomo. Rio de Janeiro, José Olympio Editora. 1968.
- FRY, Peter. Prefácio. In: BIRMAN, Patrícia. *Fazer estilo criando gênero: estudo sobre a construção religiosa da possessão e da diferença de gênero em terreiros de umbanda*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; EdUERJ, 1995a.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: DANTAS, Beatriz. *Vovô nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1995b.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Consumidores e cidadãos: conflitos culturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- GREEN, Sheley.; PRIDE, Paul. *Black entrepreneurship in America*. New Jersey: Transaction Publishers, 1990.
- GREN, Gerson; Geoffrey Faux. The social utility of black enterprise. In: HADDAD, William F.; PUGH, G. Douglas (Ed.). *Black economic development*. New York: Prentice-Hall, 1969. p. 21-37.
- GROSFOGUEL, Ramon. World cities in the Caribbean: the rise of Miami and San Juan. *Review, Fernand Braudel Center*, v. 17, n. 3, p. 351-381, 1994.

GROSGOUEL, Ramón; GEORAS, Chloe. Colonialidade do poder e dinâmica racial: diásporas caribenhas na Cidade de Nova Iorque. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 7-30, 1998.

GRÜN, Roberto. *Negócios e família: armênios em S. Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1992.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Racismo e restrições dos direitos individuais: a discriminação publicizada. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 51-78, 1997.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e poder: movimento negro no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HANDLER, Richard. Is identity a useful cross-cultural concept? In: GILLIS, John R. (Ed.). *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton, Princeton University Press, 1994.

HARRIS, M. *Padrões raciais nas Américas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

HARRIS Jr. Robert L. *The rise of the black middle class*. Boston: Boston College, 1999.

HASENBALG, Carlos. 1976: As desigualdades raciais revisitadas. In: SILVA, Luiz A. Machado da et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. *Ciências Sociais Hoje*, n. 2, p. 179-197, 1983.

\_\_\_\_\_. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores por conta própria e empregadores: característica sócio-econômica e o perfil de seus empreendimentos*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1998. Mimeo.

HASENBALG, Carlos.; FRIGERIO, Alejandro. *Imigrantes brasileiros na Argentina: um perfil sociodemográfico*. Rio de Janeiro: IUPERI, 1999. (Série Estudos n. 101).

HASENBALG, Carlos.; SILVA, Nelson do Valle. *Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1998. Mimeo.

\_\_\_\_\_. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, 1988.

- HEALEY, Mark. Os desencontros da tradição em cidade das mulheres: raça e gênero na etnografia de Ruth Landes. *Cadernos Pagu*, p. 171-220, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- HUGHES, Everett C. *The Sociological Eye*. New Jersey: [s. n.], 1996.
- INNIS, Roy. Separatism economics: a new social contract. In: HADDAD, William F.; PUGH, G. Douglas, (Ed.). *Black economic development*. New York: Prentice- Hall, 1969. p. 50-59.
- KRONUS, Sidney. *The black middle class*. Columbus: Charley E. Merrill, 1971.
- LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LANDRY, Bart. *The new black middle class*. California: University of California Press, 1987.
- LENTZ, Carola. Creating ethnic identities in North-western Ghana. In: VERMEULEN.; GOVERS, (Ed). *The politics of ethnic consciousness*. London: MacMillan, 1997. p. 31-89.
- LOMINTZ, Larissa Adler. *Redes sociais, cultura y poder: ensayos de antropologia latiniamericana*. México: Miguel Angel Porrúa, 1994.
- LIMA, Márcia. *Serviço de branco, serviço de preto: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano*. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- MACHADO, Igor José de Reno. *Ordens raciais e Imigração: o caso dos brasileiros no Porto, Portugal*. Caxambu: ANPOCS, 2002. Mimeo.
- MAGGIE, Yvonne. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias de cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ; Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. p. 225-233.
- MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MONTEIRO, José Aparecido. *O empresário negro: histórias de vida e trajetórias de sucesso em busca da afirmação social*. Rio de Janeiro: OR Produtor Editorial Independente; Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2001.
- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetinga*. São Paulo: EDUSP, 1998.

- OLIVEIRA, Clóvis Luiz Pereira. *A Luta pelo lugar: gênero, raça e classe nas eleições municipais em Salvador em 1992*. Salvador: Editora A cor da Bahia, 1996.
- OLIVEN, Ruben George. *A aventura de grupos urbanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- PATTILLO, Mc Coy Mary. *Black picket fences: Privilege and peril among the Black middle-class*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- PEREIRA, Amauri Mendes. *Cultura de consciência negra: pensando a construção da identidade nacional e da democracia no Brasil*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.
- PINTO, Luis de A. Costa. *O Negro no rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- POUTIGNAT, Phillippe. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- PRANDI, Reginaldo. *Os candomblés de São Paulo*. São Paulo: Hucitec:/Edusp, 1988.
- QUERINO, Manuel. *A raça africana no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.
- RAHIER, Jean. Imagens afrocêntricas da África (por americanos): when black men ruled the world, de H. Clegg e um príncipe em Nova Iorque, de Eddie Murphy. *Cadernos de Antropologia e Imagens*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 51-65, 1995.
- \_\_\_\_\_. Mãe o Que será que o Negro Quer? Representações racistas na Revista Vistazo. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 1, p. 5-27, 2001.
- RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1942.
- \_\_\_\_\_. *As culturas negras*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante no Brasil, 1943.
- REZENDE, Claudia. Um gênero de amizade ou amizade sem gênero? *Revista Interseções: revista de estudos interdisciplinares*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 1, 2001
- RIBEIRO, Fernando Rosa. Racism, mimesis and anthropology in Brazil. *Critique of Anthropology*, v. 20, n. 3, p. 221-241, 2000.

- KING, Roger.; RAYNOR, John. *The middle-class*. London: Longmn, 1981.
- ROOSENS, Eugeen. *Creating ethnicity. the process of ethnogenesis*. London: Sage, 1989.
- SANSONE, Livio. *Blackness without ethnicity. The Global and the Local in Brazilian Race Relations*. New York: Palgrave/St. Martins Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. O local e global na Afro-Bahia Contemporânea. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*, ano 10, n. 29, p. 65-84, 1995.
- \_\_\_\_\_. Pai preto, filho negro: cor e diferença de geração. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 7-98, 1993.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estruturas de posição de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. *O dono da terra: caboclo nos candomblés da Bahia*. Salvador: Sarah Letras, 1995.
- SCALON, Maria Celi. *Mapeando estratos: critérios para escolha de uma classificação*. *Dados*, v. 41, n. 2, p. 337-375, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil, *Novos Estudos Cebrap*, n. 55, p. 83-96, 1999.
- SEGATO, Rita. Cidadania: por que não? Estado e sociedade no Brasil à luz de um discurso religioso afro-brasileiro. *Dados*, v. 38, n. 3, p. 581-601, 1995.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 103-22, 1994.
- SILVA, Joselina da. O clube dos negros. *Revista Interseções: revista de estudos interdisciplinares*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 47-64, 2000.
- SILVERMAN, Robert Mark. Black business, group resources, and the economic sector: contemporary, black manufacturers in Chicagos ethnic beauty aids industry. *Journal of Black Studies*, v. 30 n. 2, p. 232-258, 1999.
- SMALL, Stephen. *The black experience in the United States and England in the 1980s: racialised barriers*. New York: Routledge, 1994.
- SOUZA, Jessé. *Multi-culturalismo e racismo: uma Comparação Brasil- Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997.



- SOUZA, Neusa. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SPITZER, Leo. *Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- STOCKING, George. The ethnographic sensibility of the 1920s and the dualism of the anthropological tradition. In: STOCKING, George, (Ed.). *The ethnographer's magic and other essays in the history of anthropology*. Madison, Wisconsin: Univ. of Wisconsin Press, 1992. p. 276-341.
- STONEQUIST, Everett. *O Homem marginal: estudo de personalidade e conflito cultural*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948.
- TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros em ascensão social: trajetórias de alunos e professores universitários no Rio de Janeiro*. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) - PPGAS/Museu Nacional, 1998.
- TELLES, Edward E. Cor da pele e segregação residencial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-22, 1993.
- TRUZZI, Oswaldo. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1991. (Série Imigração).
- VATTER, Harold G.; PALM, Thomas. The Black consumer. In: THE ECONOMICS of black America. Chicago: Harcourt Brace Jovanovich, 1972. p. 149-151.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- \_\_\_\_\_. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improvisos e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- VERMEULEN, Hans. *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- WALDINGER, Roger, et al. *Ethnic Entrepreneurs: immigrant business in industrial societies*. London: Sage, 1990.
- WEST, Cornel. *Questão de raça*. São Paulo: Cia das letras, 1994.
- WHITE, William Foote. *Participant Observer: an autobiography*. Ithaca: ILR Press, 1994.

WILLIAMS, Eric. *The negro caribbean*. New York: A & B Books Publishers, 1994. Primeira edição em 1942.

WRIGHT, Elliott C. A. Black capitalism and business community.  
In: HADDAD, William F.; PUGH, G. Douglas (Ed.). *Black economic development*. New York: Prentice-Hall, 1969.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas.  
In: CARDOSO Ruth, (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 107-126.

ZHOU, Min. Segmented assimilation: issues, controversies, and recent research on the new second generation. *International Migration Review*, Staten Island, NY, v. 31, n. 4, p. 975-1008, 1997.



# ANEXO

## QUADRO - GRUPOS OCUPACIONAIS

1 - PROFISSIONAIS LIBERAIS
Engenheiros
Arquitetos
Médicos
Dentistas
Acadêmicos de Hospital
Economistas
Magistrados
Procuradores e promotores
Advogados e defensores públicos
2 - DIRIGENTES
Ministros, governadores, prefeitos e membros do poder
Diretores, assessores e chefes no serviço público
Administradores da extração mineral
Administradores e gerentes da indústria de transformação
Administradores e gerentes na indústria da construção civil
Administradores e gerentes no comércio de mercadorias
Administradores e gerentes nos transportes
Administradores e gerentes de empresas financeiras e imobiliárias
Outros administradores e gerentes não classificados anteriormente
Técnicos e fiscais de tributação e arrecadação
Tabeliões e oficiais de registro
Produtores e diretores de espetáculos

3- EMPRESÁRIOS/ EMPREGADORES
Empresários da extração vegetal
Empresários da indústria de transformação
Empresários da construção civil
Comerciantes
Hoteleiros e donos de pensão
Empresários dos transportes
Outros proprietários
4 - OUTROS PROFISSIONAIS UNIVERSITÁRIOS
Agrimensores
Cartógrafos
Químicos
Farmacêuticos
Físicos
Geólogos mineralogistas
Outros especialistas em química e física
Agrônomos
Biologistas
Farmacologistas
Veterinários
Enfermeiros Diplomados
Outros especialistas em medicina
Estatísticos
Analistas de sistema
Contadores
Sociólogos, antropólogos e arqueólogos
Psicólogos

Geógrafos e demógrafos
Assistentes sociais
Professores pesquisadores
Professores de ensino superior
Professores de ensino de segundo grau
Professores de ensino de 5a.a 8asérie
Orientadores e técnicos de ensino
Bibliotecários
Arquivologistas
Aviadores civis
Oficiais das forças armadas
Delegados e comissários de polícia
5 - TÉCNICOS E ARTÍSTICOS
Desenhistas
Técnicos de edificações, agrimensura, estrada e saneamento
Outras ocupações auxiliares da engenharia e arquitetura
Técnicos químicos
Práticos de farmácia
Técnicos de meteorologia
Enfermeiros não diplomados
Técnico de reabilitação
Ortopistas e óticos
Operadores de equipamentos médicos e odontológicos
Protéticos
Técnico em análise clínica
Matemáticos
Técnicos de administração

Técnicos de contabilidade
Técnico de estatística
Agentes censitários
Programadores de computador
Outros cientistas sociais
Professores de ensino de primeiro grau (1ª a 4ª série)
Professores de ensino de primeiro grau sem especificação
Professores de ensino pré-escolar
Professores e instrutores de formação profissional
Professores de ensino não especificado
Inspetores de alunos
Escrivães de cartório
Oficiais da justiça
Outras ocupações auxiliares da justiça
Sacerdotes
Religiosos por conta própria
Escritores e jornalistas
Escultores e pintores
Decoradores e cenógrafos
Fotógrafos
Músicos e compositores
Artistas de cinema, teatro e televisão
Artistas de circo
Locutores e comentaristas
Cinegrafistas e operadores de câmara
Operadores de equipamento de som e cenografia
Outros operadores de rádio e televisão

Operadores de projetores cinematográficos
Outras ocupações técnicas e científicas não enquadradas anteriormente
Inspetores de qualidade
Ourives e relojoeiros
Lapidadores
Supervisores de segurança
Pracistas e viajantes comerciais
Representantes comerciais
Propagandistas
Corretores de seguro
Corretores de imóveis
Corretores de títulos e valores
Avaliadores e leiloeiros
Outros agentes e corretores
Compradores
Comissários de bordo
Oficiais da marinha mercante
Jogadores de futebol
Lutadores e outros atletas
Juízes de esportes
Técnicos de esportes
Investigadores da polícia
Datilcopista
Supervisão do trabalho manual
Mestres e técnicos de empresa de extração mineral
Mestres, contramestres e técnicos de indústria de transformação
Mestres, contramestres e técnicos de indústria têxteis



Mestres de construção civil
Mestres e técnicos de empresas de energia elétrica, gás, água e esgoto
Outros mestres, contramestres e técnicos
Inspetores e despachantes nos transportes
Capatazes
Inspetores fiscais
6 - EMPRESÁRIOS POR CONTA PRÓPRIA
Feirantes
Comerciantes por conta própria
Hoteleiros e donos de pensão por conta própria
Proprietários nos serviços por conta própria não-classificados anteriormente
Proprietários nos serviços de lazer
Vendedor ambulante empregador
7 - FUNÇÕES NÃO-MANUAIS DE ROTINA
Administradores e gerentes de hotéis e estabelecimentos similares
Chefes e encarregados de seção de serviços administrativos de empresas
Inspetores de trabalhos
Assistentes administrativos
Pagadores e caixas( exclusive nos serviços de comércio e mercadoria)
Almoxarifes e armazenistas
Expedidores e conferentes de materiais
Datilógrafos
Operadores de teleimpressoras
Operadores de máquinas de processo automático de dados
Secretárias
Auxiliares de contabilidade
Operadores de máquinas copiadora

Auxiliares de contabilidade
Operadores de máquinas copiadoras
Arquivistas
Recepcionistas
Auxiliares administrativos
Auxiliares de escritório
Vendedores
Operadores de caixas
Repositores de mercadorias
Demosntradores
Vendedores de jornais e revistas
Agentes postais e telegráficos
Postalistas
Telegrafistas e radiotelegrafistas
Telefonistas
Carteiros
Praças das forças armadas
Oficiais e praças do corpo de bombeiros
8 - MANUAL DA INDÚSTRIA MODERNA
Trabalhadores de extração de petróleo
Forneiros metalúrgicos
Laminadores
Trefiladores
Modeladores
Galvanizadores
Afiadores e amoladores
Polidores e esmerilhadores

Ferramenteiros
Estampadores mecânicos
Operadores de prensa mecânica de metais
Fresadores e furadores
Torneiros mecânicos
Ajustadores e montadores mecânicos
Mecânico de veículos automotores
Mecânicos sem especificação
Soldadores
Rebitadores e montadores de estrutura metálica
Caladereiros
Ferreiros e serralheiros
Funileiros
Lanterneiros de veículos
Montadores de equipamentos elétricos
Montadores de equipamentos eletrônicos
Reparadores de equipamentos elétrico-eletrônicos
Montadores de aparelho de áudio e vídeo
Reparadores de áudio e vídeo
Eletricistas de instalações
Instaladores e reparadores de equipamentos de telecomunicação
Instaladores e reparadores de linhas elétricas e de telecomunicação
Operadores de instalação de produtos de energia elétrica
Linotipistas
Tipógrafos
Clicheristas e gravadores
Impressores

Revisor gráfico
Encadernadores e cartonadores
Outras ocupações na indústria gráfica
Vulcanizadores e recalchutadores
Pintores à pistola
Operadores de empilheiras
Ocupações na indústria de papel e papelão
Ocupações na indústria de artefatos de borracha e plástico
Ocupações na indústria de artefatos de cimento e fibramento
9 - MANUAL DA INDÚSTRIA TRADICIONAL
Artesãos de Objetos de cerâmica, couro, madeira e metal
Cardadores e penteadores
Maçaqueiros
Fiandeiros
Rendeiros
Urdidores
Cordoeiros
Tecelões
Tapeceiros
Redeiros
Alvejadores e tintureiros têxteis
Estampadores têxteis
Acabadores de pano
Correeiros e seleiros
Curtidores
Alfaiates e costureiros
Auxiliares de costura

Calceiros e camiseiros
Modelistas e cortadores
Chapeleiros de palha
Chapeleiros exclusivos de palha
Sapateiros
Trabalhadores na fabricação de calçados
Bolseiros e cinteiros
Marceneiros
Carpinteiros
Tanoeiros
Operadores de máquinas de marcenaria
Serradores
Preparadores de compensados e conglomerados
Estofadores e capoteiros
Colchoeiros
Lustradores de madeira
Cesteiros
Armadores de concreto
Pedreiros
Serventes de pedreiros
Pintores e caiadores
Estucadores
Ladrilheiros
Encanadores
Vidraceiros
Calceteiros
Calafates

Operadores de máquinas de construção civil e tratoristas
Linguiceiros e salcicheiros
Charqueadores
Magarefes
Ocupações na indústria de laticínios
Doceiros e confeitadores
Macarroneiros e pasteleiros
Padeiros
Farinheiros e moleiros
Ocupações da indústria do açúcar
Ocupações da indústria de bebidas
Ocupações da indústria de café
Ocupações da indústria do pescado
Ocupações da indústria de chá, mate e cacau
Ocupações da indústria de oleaginosos
Ocupações de outras indústrias alimentares
Vidreiros e ampoleiros
Ceramistas e louceiros
Pintores cerâmicos
Oleiros
Fogueteiros
Vassoureiros
Marmoristas
Preparadores de fumo
Charuteiros e cigarreiros
Foguistas
Embaladores de mercadorias
Outras ocupações da indústria de transformação

10 - TRABALHADORES NOS SERVIÇOS GERAIS
Borracheiros
Mestres de embarcação
Maquinistas de embarcação
Foguista de embarcação
Marinheiros civis
Taifeiros
Barqueiros e canoeiros
Guindasteiros
Estivadores
Agente de estrada de ferro
Condutores e chefes de trem
Maquinistas de trem
Foguistas de trem
Guarda-freios
Manobreiros e sinaleiros
Motoristas
Trocadores
Carroceiros e tropeiros
Trabalhadores de conservação de ferrovias
Porteiros
Ascensoristas
Vigias
Serventes
Contínuos
Guardas-civis e inspetores de tráfego
Carcereiros e guardas de presídios

Guardas-vigias de organizações particulares
Bilheteiros nos serviços de diversão
Bombeiros
Dedetizadores
Guardadores de automóveis
Guardas-sanitários
Jardineiros
Lixeiros
Lubrificadores
Operadores de tratamento e bombeamento de água
Trabalhadores braçais
Trabalhadores de conservação de rodovias
Babás (exclusivo no serviço doméstico)
Ambulantes
Feirantes
Aguadeiros
Doceiros, sorveteiros, baleiros
Quitandeiros e fruteiros
Tripeiros, peixeiros e leiteiros
Bilheteiros
Outras ocupações no comércio ambulante
11 - TRABALHADORES NOS SERVIÇOS PESSOAIS
Parteiras
Camareiro Camareiros (exclusivos do serviço doméstico)
Cozinheiros (exclusivos do serviço doméstico)
Garçons
Atendentes de bar e lanchonetes
Governantas e mordomos (exclusivos do serviço doméstico)



Maitre de hotel
Maitre do serviço de alimentação
Cabeleireiros
Barbeiros
Maquiladores, depiladores e eletricistas
Manicures e pedicuros
Lavadeiras e passadeiras
Engraxates
12 - AMBULANTES
Feirantes
Aguadeiros
Doceiros, sorveteiros, baleiros
Quitandeiros e fruteiros
Tripeiros, peixeiros e leiteiros
Bilheteiros
Outras ocupações no comércio ambulante
13 - TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS
Babás
Cozinheiras
Faxineiras
Lavadeiras
Governantas se mordomos
Empregados domésticos não especializados
Outras ocupações do serviço doméstico
Empregados domésticos

FONTE: PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA DOMICILIAR (PNAD).



COLOFÃO

Formato	17 x 24 cm
Tipografia	DTL Documenta 11/16
Papel	Alta Alvura 75 g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 300 g/m <sup>2</sup> (capa)
Impressão	EDUFBA
Capa e Acabamento	Cartograf
Tiragem	400 exemplares

O tema tratado neste livro cobrirá uma lacuna nos estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil. Desde a publicação do estudo clássico de Thales de Azevedo, *As Elites de Cor*, em 1955, são raros os estudos sobre a classe média negra brasileira, ainda que o tema da mobilidade social tenha sido de vital importância para a compreensão das dinâmicas raciais e a constatação de que no Brasil o preconceito é de classe e não de raça. Recuperar a problemática da classe média negra em comparação com a afro-americana é um dos objetivos da pesquisa. Com este intuito a autora buscou um diálogo profícuo com a literatura produzida sobre o tema nos Estados Unidos. Além disso, através da análise das trajetórias dos(as) empresários(as) negros(as), a autora reconstrói a experiência de ser negro e membro da classe média, propondo desse modo entender, se e como, o racismo, afeta suas vidas.

ISBN 978-85-232-1007-6



9 788523 210076